UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

LÍVISTON FRANK GONÇALVES

São Paulo
2008

LÍVISTON FRANK GONÇALVES

VARNHAGEN: IDEALIZADOR DE UM PROJETO DE NAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Literatura Brasileira.

Orientadora: Profa. Dra. Cilaine Alves Cunha

**São Paulo
2008**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Líviston Frank Gonçalves

**Dissertação de Mestrado
apresentada ao Departamento de
Letras Clássicas e Vernáculas,
área de Literatura Brasileira sob
orientação da Profa. Dra. Cilaine
Alves Cunha.**

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ **Assinatura:** _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ **Assinatura:** _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ **Assinatura:** _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ **Assinatura:** _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ **Assinatura:** _____

À minha mãe, pelo carinho, compreensão e incentivo.

- A Prof. Dra. Cilaine Alves Cunha que soube conduzir o presente trabalho com rigor necessário e com prestimosas sugestões.
- A Bernardo Ricupero e Mamede Mustafá Jarouche por terem contribuído imensamente na Qualificação.
- A Fredi e familiares pelo apoio contínuo.
- A Alex pela contribuição num momento crucial.
- A Gisele e Pedro pelos diálogos valorosos.
- A CAPES pelo subsídio.

Resumo

GONÇALVES, Líviston Frank. *Varnhagen: idealizador de um projeto de nação*. 2008. 147 f. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Essa dissertação discute os papéis atribuídos por Francisco Adolfo de Varnhagen à literatura e à história no processo de construção do Estado nacional brasileiro, da idéia de nação e de nacionalidade, ocorrido em meados do século XIX. Como em tal projeto político-ideológico teve importante participação dos intelectuais reunidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), objetiva-se averiguar em que medida Varnhagen – figura central na condução dos rumos do Instituto – dialoga, na obra *Florilégio da poesia brasileira*, com os pressupostos políticos e filosóficos que norteiam a criação dessa agremiação. Procurando uma compreensão maior do pensamento e da atuação política e cultural do autor, o trabalho recorre a diferentes textos de sua autoria e de outros intelectuais atuantes no âmbito do IHGB. A partir da análise do *Florilégio*, da pesquisa realizada e da leitura da bibliografia selecionada, concluímos que de fato Varnhagen teve participação considerável na consolidação do Estado nacional brasileiro e no debate da crítica romântica brasileira que procurou construir uma literatura para o país e atuar na construção da idéia de nação e de nacionalidade.

Palavras-chave: Literatura. História. Romantismo. Estado. Nação.

GONÇALVES, Líviston Frank. *Varnhagen: idealizador a project of nation*. 2008. 147 f. Dissertation (Master's degree) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

This dissertation discusses the roles assigned by Francisco Adolfo Varnhagen from the literature and history in the construction process of the Brazilian state, the idea of nation and nationality, occurred in the mid-nineteenth century. As in this politico-ideological project had important

participation of intellectuals meeting in the Brazilian Geographic and History Institute (IHGB), it aims investigate what extent Varnhagen - main figure in the conduct of the Institute directions - dispute , in the work "Florilégio da poesia brasileira", with the political and philosophical assumptions that guide the creation of such appointment. Looking for a greater understanding of thought and political and cultural expertise of the author, the work useds to different texts of their authors and other intellectuals acting under IHGB. From the analysis of Florilégio, research and reading of selected bibliography, we find that in fact Varnhagen had considerable involvement in the consolidation of the state and the Brazilian national debate of criticism romantic Brazilian who sought to build a literature to the country and act in construction of the idea of nation and nationality.

Keywords: Literature. History. Romanticism. Estate. Nation.

SUMÁRIO

Introdução.....	1
1. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como Convergência da Ideologia Nacionalista	3
1.1 Um arquivo para a memória nacional	4
1.2 Januário da Cunha Barbosa: a história útil para construir a Nacionalidade eparacivilizar o Império	9
1.3 Karl P. F. von Martius: uma proposta de história para o Brasil	21
2. O Contexto Histórico de Centralização das Idéias e do Poder	34
2.1 O IHGB e o Regresso Conservador	35
2.2 Quem comanda o Estado nacional brasileiro e a quem interessa a construção da idéia de nação na historiografia brasileira	52
3. Franciso Adolfo de Varnhagen: A Busca de uma Literatura Condizente com a “Grandeza” do Império	60
3.1. A defesa de uma literatura nacional que não renegue suas raízes portuguesas....	60
3.2 A canonização como um imperativo para a nacionalidade e para a identidade nacional	66
3.3 Varnhagen e a tradição clássica	73
3.4 A religião que civiliza, que produz a literatura e a identidade nacional	77
3.5 As contradições e os embates na construção da identidade nacional	79
3.6 Literatura e História	86
4. A Construção da Nação.....	94
4.1 Desbravando o território	95
4.2 Assegurado o território, torna-se necessário defendê-lo	111
4.3 Uma nacionalidade para brancos	114
4.4 Como deve ser a nação brasileira para Varnhagen	
4.5 Varnhagen e seu momento histórico	126
4.6 As idéias políticas de Varnhagen	136
Bibliografia	

A obra de Francisco Adolfo de Varnhagen faz parte dos projetos político-culturais que nortearam a criação do IHGB, notadamente aqueles defendidos por Januário da Cunha Barbosa e Karl P. F. von Martius: a construção de uma história para o Brasil. Neste trabalho, procuro discutir os vínculos entre Varnhagen e essa agremiação.

Januário da Cunha Barbosa foi uma das figura mais atuantes no âmbito do IHGB, primeiro secretário da instituição, condecorado com o título de “secretário perpétuo”. Ele liderou a etapa dos trabalhos do Instituto para a formação de um arquivo de documentos referentes ao país, a ser utilizado na construção da história nacional.

O posicionamento do secretário sempre foi o de aproximar o IHGB do imperador D. Pedro II. Dado isso, conduz os preparativos para elaborar uma história nacional de modo a selar essa aproximação. É esse o caminho encontrado pelo secretário para justificar a existência do Instituto e garantir os recursos para mantê-lo. Nesse sentido Barbosa propõe um concurso em 1845 para escolher uma proposta de história para o Brasil.

Karl P. F. von Martius apresentou o projeto vencedor. Martius dá impulso, a partir de então, à sistematização de um relato sobre o passado do país comprometido com a busca de elementos que singularizassem a cultura e o povo “brasileiro”. Como se sabe, a identificação da narrativa histórica com o meio em que é produzida foi um posicionamento comum dos historiadores do século XIX, influenciados pela recusa dos letrados românticos em aceitar valores universais e valorizar sobremaneira a cultura em que estavam inseridos. Martius aconselha o historiador “brasileiro” que se utilizar de sua proposta que fundamente a história do país nas lendas e nas manifestações culturais populares, tal como faziam os românticos na Europa.

Por outro lado, partidário do governo de D. Pedro II, ele postulou a importância desse governo para a manutenção da unidade do território e da ordem

social. Assim, suas idéias políticas, presentes em sua proposta para uma história para o Brasil, aproxima-o da ação dos políticos conservadores que buscam, desde o final da década de 1830, sedimentar o Estado nacional e centralizar o poder. Nesse cenário, a fundação do IHGB faz parte de um quadro político de fortalecimento do Partido Conservador. Seus fundadores sentiam-se autorizados a fazer a leitura oficial do passado do país.

A intenção inicial deste trabalho foi pensar o papel desempenhado pela produção literária e historiográfica de Varnhagen na consolidação do Estado nacional brasileiro e na construção da idéia de nação. Isso me remeteu à necessidade de discutir a atuação do IHGB nesse processo, ou mais de perto, às propostas de Januário da Cunha Barbosa e Karl P. F. von Martius para a construção de uma história para o império.

O contexto de criação do IHGB, o significado e a abrangência de seus trabalhos que culminam na elaboração da *História geral do Brasil* de Varnhagen, os vínculos dessa agremiação com a ação dos conservadores de centralizar o poder e forjar a identidade nacional são analisados nos dois primeiros capítulos. Na finalização do segundo capítulo procurei demonstrar como a historiografia brasileira entende o processo de consolidação do Estado monárquico brasileiro.

Nos capítulos subsequentes, analiso a obra *Florilégio da poesia brasileira* de Varnhagen e o diálogo dela com outros textos do autor, entendendo que seu projeto de construção de uma literatura para o Brasil sempre esteve vinculado à sua intenção de construir a idéia de nação.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como

1.1 Um arquivo para a memória nacional

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi criado em 1838 no bojo das preocupações nacionalistas, românticas e políticas oficiais, próprias do momento histórico brasileiro. Ao Instituto foi atribuída uma função objetiva: organizar arquivos para a construção de uma história para o Brasil. De modo que o interesse maior daqueles que o fundaram era concentrar documentos, obras, arquivos pessoais e públicos, gravuras, tratados, etc. que faziam referência ao país. Diga-se já de início que a atuação do IHGB não foi apenas cultural, mas também intensamente política. Conforme o entendimento de Arno Wehling:

Nascido sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, cuja finalidade era o fomento das atividades produtivas (especialmente, nesta quadra, a agricultura) e tendo como membros figuras da elite política do Império, homens da geração da Independência, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro visava atingir objetivos político-administrativos e intelectuais que transcendiam de muito qualquer rotina acadêmica, o que pode ser explicado com o auxílio de uma análise sócio-profissional de seus filiados.¹

Já na primeira sessão do Instituto – realizada em primeiro de dezembro de 1838 – Januário da Cunha Barbosa (primeiro secretário e uma das figuras mais ativas e influentes do IHGB) apresenta as bases para a postura política que deveria assumir a agremiação e quais deveriam ser as nuances de sua produção intelectual. Em um conjunto de três propostas, Januário da Cunha Barbosa determina que o IHGB procurará se aproximar do imperador D. Pedro II e será um centro convergente para o qual seus sócios deveriam fazer convergir qualquer tipo de documento que tenha tratado do passado e da realidade brasileira. Além disso, o secretário estabelece o modo como se deverá construir a história do Brasil:

- Proponho que o Instituto peça a S.M.I. que aceite o título de seu protetor;

¹ WEHLING, Arno. “As origens do Instituto Histórico e Geográfico”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. No. 338 – janeiro/março – 1983.

- Proponho que se organize uma instrução sobre o modo de haver notícias históricas e geográficas à cerca do Brasil, para remeter aos nossos correspondentes, e poder melhor deles haver os manuscritos e outros objetos que nos possam se úteis;
- Proponho que na próxima sessão entre já em discussão o ponto seguinte: - Determinar-se as verdadeiras épocas da história do Brasil, e se esta se deve dividir em antiga e moderna, ou quais devem ser suas divisões.²

Tais propostas revelam muito o modo como se dão as atividades implementadas pelo IHGB e de sua estruturação interna. Indicam que o objetivo maior da agremiação é efetivamente elaborar uma história para o país, mas de tal forma que se faça uma narrativa do passado nacional condizente com as características do governo do imperador D. Pedro II, protetor do Instituto. Elas demonstram ainda que é Januário da Cunha Barbosa o mentor e ratificador, em última instância, dos trabalhos realizados pela instituição.

Num estudo sobre o Instituto, Lília K. Moritz Schwarcz esclarece como se deu a hierarquia interna do IHGB e quais foram as decorrências dela:

[...] enquanto a posição de presidente honorário era cativa do Imperador, a de presidente era exclusivamente ocupada por políticos respeitados e consensualmente reconhecidos. Os intelectuais que adentravam o Instituto por seus méritos acadêmicos concentravam-se, por sua vez, como secretários ou oradores. Cabe notar ainda que enquanto os presidentes cumpriam papéis em geral basicamente figurativos – abrindo sessões ou lendo atas previamente elaboradas – aos secretários cabiam funções bem mais trabalhosas, na medida em que lhes eram parcial ou totalmente atribuídas praticamente todas as atividades do Instituto.³

Em outra perspectiva, as propostas iniciais introduzidas por Januário da Cunha Barbosa ganham dimensão, segundo Schwarcz, pela sua permanência ao longo do tempo e pelo papel central desempenhado por Januário da Cunha Barbosa nos importantes anos iniciais de solidificação do IHGB:

² REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro : 1º trimestre de 1838. Tomo I.

³ SCHWARCZ, Lília K. Moritz. *Os guardiões da nossa história oficial*. São Paulo: Idesp, 1989.

O cônego Januário da Cunha Barbosa Barbosa foi responsável basicamente pelos primeiros seis anos de vida da instituição. Poeta renomado na época e orador sacro, fundou e dirigiu a *Revista do Instituto*, organizou o primeiro regimento do IHGB (que permanece até hoje pouco alterado), assim como tratou de tornar o grêmio carioca conhecido entre os centros científicos do Velho Mundo. Além de sua atividade interna no Instituto, elaborou trabalhos científicos sobre “antiguidades americanas” – buscando insistentemente criar tradições e, como afirmativa, “tirar nosso passado do silêncio que é mortal” – e ainda notabilizou-se entre seus contemporâneos como biografista de brasileiros ilustres. Como se pode ver, cônego Januário reunia características que viriam a compor um perfil específico dos secretários: de um lado, a labuta de quem acredita e pretende sustentar um instituição que insiste em ser científica, apesar de sue caráter claramente promocional, de outro, a imagem de um intelectual “de plantão”, ou seja, daquele que toma os temas e nomes certos em horas certas.⁴

Januário da Cunha Barbosa, e os demais criadores do IHGB, certos de que agiam na instituição detentora de autoridade para legitimar a leitura oficial – portanto, inequívoca para eles – do passado brasileiro, colocaram em prática uma busca vertiginosa por materiais que se tornassem documentos ou que representassem um fato que julgavam significativos para a história nacional que intentaram construir.

O artigo primeiro dos “Estatutos” de fundação do Instituto indica claramente suas pretensões de concentrar e legitimar documentos:

Artigo 1º O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem por fim coligir, metodizar, publicar ou arquivar documentos necessários para a história e geografia do Império do Brasil, assim também promover os conhecimentos destes dois ramos filológicos por meio do ensino público logo que o seu cofre proporcione esta despesa.⁵

Em um texto intitulado “Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para remeterem à

⁴ Idem, ibidem, p. 13.

sociedade central do Rio de Janeiro”, Januário da Cunha Barbosa novamente manifesta preocupação em detalhar quais documentos deveriam ser remetidos pelos membros da agremiação, espalhados pelas províncias, à sede da instituição no Rio de Janeiro. Esses documentos seriam utilizados na construção da história nacional:

- Cópias autênticas de documentos interessantíssimos à nossa história, assim antiga como moderna; e extratos de notícias extraordinárias das secretarias, arquivos e cartórios, tanto civis, como eclesiásticos;⁶

Noutro texto intitulado “Quais os meios que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à História e Geografia do Brasil”, publicado na *Revista do Instituto* em 1841 pelo Desembargador Rodrigo de Souza da Silva Pontes, verifica-se novamente uma reafirmação por parte do Instituto em centralizar documentação. Nas palavras de Pontes:

A primeira e mais urgente das incumbências do IHGB consiste, segundo se vê do mesmo artigo 1º de seus Estatutos, em coligir e preparar materiais necessários para a história e geografia do Brasil. Estes materiais porém ou se encontram já formados, ou cumpre ainda que sejam organizados. A estes vai dando o Instituto princípio e existência, à proporção que discute, e publica memórias, pareceres, e outros quaisquer trabalhos, ou elaborados no seu seio, ou oferecidos por pessoas, que posto não façam parte da nossa associação, tomam contudo a peito o progresso dos conhecimentos históricos e geográficos.⁷

Segundo Nelson Schapochnik, a ação de centralizar o que se podia encontrar sobre o Brasil se tornou uma tarefa prioritária para o Instituto. Dado o objetivo da agremiação em “fazer da história a biografia da nação” e da literatura nacional uma “expressão da sociedade”, os criadores do IHGB:

[...] colocavam um problema de ordem prática que arrebatou os letrados. A necessidade urgente de assegurar o “tombamento, centralização, catalogação e publicação” das reminiscências do passado converteu-se em uma etapa fundamental para a invenção de uma tradição nacional,

⁵ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: 1º trimestre de 1838. Tomo I.

⁶ Ibidem. Rio de Janeiro: 2º trimestre de 1839. Tomo II.

atribuindo-se à história e à literatura um papel determinante de legitimação e coesão. Nesse sentido, o primeiro passo dado pelos homens de letras pode ser emblematizado no mote “recolher e conservar”.⁸

A busca de documentação era vista como um dever de grande responsabilidade para todos os membros do Instituto. Varnhagen em uma carta datada de 1840 e endereçada a Januário da Cunha Barbosa evidencia esse aspecto:

Creio de minha obrigação não dever demorar em noticiar a esse nosso Instituto que não tenho um só momento perdido de vista, depois que deixei essa capital, as obrigações que me impõe a qualidade de seu membro. Em Santos procurei com Fr. Gaspar à vista examinar as localidades e inscrições.⁹

Efetivamente, houve no IHGB uma constante intenção em se tornar o órgão centralizador e legítimo do que se produzia a respeito do país. Os criadores do Instituto acreditavam que o trabalho inicial de formação de um arquivo sobre o Brasil lhes daria legitimidade inquestionável para construir a história do império. Mas a pretensa imparcialidade que anunciavam aplicar na consecução desse projeto desde o início fica comprometida. Para além da pura reunião de documentos, os letrados do IHGB procuraram interpretá-los e instrumentalizá-los politicamente. A partir da leitura dos estatutos, das bases e dos textos veiculados nos primeiros números da *Revista do Instituto*, percebe-se que os objetivos culturais da agremiação foram norteados por princípios políticos que procuravam viabilizar projetos políticos de ocasião. De tal forma que a historiografia produzida sob a égide do IHGB é marcadamente ideológica e nacionalista, dada a construção de documentos que pratica. Jacques Le Goff entende que o papel mediador do historiador com a documentação que lhe serve de matéria prima jamais poderá ser neutra, pois o próprio documento é resultado de uma construção:

⁷ Ibidem. Rio de Janeiro :1841. tomo III, no. 10

⁸ SCHAPOCHNIK, Nelson. *Letras de fundação: Varnhagen e Alencar – projetos de narrativa instituinte*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Depto. De História da FFLCH, da Universidade de São Paulo em 1992.

⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Correspondência ativa*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961.

[...] a crítica da noção de fato histórico, que não é um objeto dado e acabado, pois resulta da construção do historiador, também se faz hoje a crítica da noção de documento, que não é material bruto, objetivo e inocente, mas exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro: o documento é monumento.¹⁰

1.2 Januário da Cunha Barbosa: a História Útil para a Construção da Nacionalidade e para Civilizar o Império

Para Januário da Cunha Barbosa a história nacional deveria estar fundamentada em dois propósitos: transmitir valores morais – tal como se verifica na poética antiga – e construir a identidade nacional. Assim, ele pretende lançar as diretrizes para uma futura leitura oficial, única e homogênea do passado do Brasil que deveria respeitar antes de tudo “os fatos notáveis de sua história, acontecidos em diversos pontos do Império, sem dúvida ainda não bem designados”.¹¹ Nota-se em seu “Discurso” a vontade de construir uma história para o país que dê conta de todo o seu passado e de todo o território nacional.

Como o “secretário perpétuo” do IHGB entende que o conhecimento do território é indispensável para a construção da história nacional. Ele decreta que é função do Instituto:

Reunir e organizar os elementos para a história e geografia do Brazil, espalhados por suas províncias, e por isso mesmo difíceis de se colher por qualquer patriota que tentasse escrever exatamente tão desejada história.¹²

Até então as fronteiras brasileiras ainda estavam por ser definidas e conquistadas. Nesse sentido, Januário da Cunha Barbosa informa que será o IHGB o agente desse processo:

Nós [os sócios do Instituto] assinalar, com a possível exatidão, o assento de suas [do Brasil] cidades e vilas mais notáveis, a corrente de

¹⁰ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

¹¹ BARBOSA, Januário da Cunha. “Discurso”. In: *Revista do Instituto histórico e geográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: 1º semestre de 1839. Tomo I.

¹² Idem, *ibidem*, p. 10.

seus caudalosos rios, a área de seus campos, a direção de suas serras, a capacidade de seus inúmeros portos.¹³

Januário da Cunha Barbosa está inserido num contexto histórico mundial no qual se procurou discutir um novo sentido para a história. Cada Estado-nação colocou como uma de suas prioridades forjar um discurso de sua própria trajetória com o objetivo de incutir em seu povo uma consciência da singularidade cultural e política de seu país. Segundo Manoel Luís Salgado Guimarães:

No plano europeu, onde desde o início do século este desenvolvimento [de uma reflexão científica da história] é observável percebe-se claramente que o pensar a história articula-se num quadro mais amplo, no qual a discussão da questão nacional ocupa uma posição de destaque.¹⁴

De modo que para Januário da Cunha Barbosa a história teria a incumbência de inserir o Brasil no âmbito das nações europeias “civilizadas” e mostrar a elas que “também prezamos a glória da pátria”.

O secretário entende a história como filosofia da história, pois “os trabalhos e observações” de membros do IHGB fariam parte de uma futura “história geral e filosófica do Brasil.”¹⁵ Januário da Cunha Barbosa defende que um relato histórico sobre o país deveria dar sentido e mostrar “a marcha de nossa civilização.” Em sua visão, assim como o Brasil teria tido um “passado glorioso” teria um futuro promissor. Por isso vê o tempo histórico como “marcha” e como “progresso”.

A concepção da passagem do tempo como progresso, como aperfeiçoamento das coisas e dos homens – na construção da história laica –, surge no Iluminismo francês, quando se verificou uma necessidade premente por parte de alguns setores sociais de transformar as instituições e os valores que davam sustentação para o Antigo Regime. Segundo Astor Antônio Diehl:

O progresso como categoria histórica desenvolveu-se com a consolidação do processo de modernização na metade do século XVIII, quando das

¹³ Idem, *ibidem*, p. 12.

¹⁴ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional.” In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

¹⁵ BARBOSA, “Discurso”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Op. cit., p. 12.

revoluções políticas na América do Norte e na França, quando da revolução econômica na Inglaterra, onde as experiências atuais de vida começaram a ser operacionalizadas e perspectivadas no horizonte das culturas como algo a ser instrumentalizado. Com este pensamento sobre o progresso foi formada uma profunda e inquietante experiência do tempo, vinculando e acelerando o processo de transformação da sociedade estamental em uma sociedade burguesa. Esse direcionamento dado pelo iluminismo tardio tornou-se parte substancial da cultura histórica das sociedades modernas.¹⁶

Januário da Cunha Barbosa pretende construir a história e a identidade nacional sob a perspectiva de uma instituição – o IHGB – fortemente vinculada ao Estado monárquico brasileiro. Por isso, sua intenção é encontrar no passado valores e “lições” com os quais possa incutir nos “brasileiros” uma visão de nação. O que – segundo seu modo de ver – só poderia ser buscado:

No talento dos historiadores e geógrafos é só quem pode oferecer-nos essa galeria de fatos que, sendo bem ordenados por suas relações de tempo e lugar, levam-nos a conhecer na antiguidade a fonte de grandes acontecimentos, que muitas vezes desenvolverão em remoto futuro.¹⁷

Se, da perspectiva da concepção de tempo como progresso Januário da Cunha Barbosa se aproxima do Iluminismo, de outra se distancia, uma vez que os iluministas não valorizam o passado, enaltecendo sobremaneira o presente. Como esclarece Diehl:

O fetiche da época [iluminista] chama-se cultura, progresso, liberdade, ciência, tempo linear, materialismo etc; o tempo linear seria o avalista e garantia para que a posteridade não reservasse abismos e tragédias. A terrível incerteza sobre o futuro deveria ter função de controle sobre a passagem entre os desarranjos do presente e o controle sobre o passado. Ou seja, a ciência e a razão estariam administrando a reconstrução do passado na orientação do tempo linear, projetando-o no futuro. Nesse

¹⁶ DIEHL, Astor Antônio. *Teorias da história: uma proposta de estudos*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2004.

¹⁷ BARBOSA. “Discurso”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Op. cit., p. 14.

caso, o passado é caracterizado como sinônimo de erro e de caos, que oportunizaria à ciência criar saberes sobre as experiências e superá-las.¹⁸

Januário da Cunha Barbosa não pretende “superar as experiências”, mas aprender com elas, ou melhor, reconstruí-las de forma ideológica. Nesse sentido não despreza o passado. Pelo contrário, na “antiguidade” brasileira fundamenta seu presente. De modo que para o secretário:

A história seria, portanto, incompleta, descorada e árida, se ocupando-se unicamente de resultados geraes, por uma mal entendida abstração, não colocasse os fatos no teatro em que se passaram, para que melhor se apreciem pela confrontação de muitas e poderosas circunstâncias que desembaracem a inteligência dos leitores. [...] Só desta arte a história nos pode oferecer importantíssimas lições.¹⁹

Visto que Januário da Cunha Barbosa propõe diretrizes para construir a história nacional considerando a necessidade das circunstâncias históricas do país de solidificação do Estado nacional e construção da idéia de nação, suas idéias estão mais em sintonia com o idealismo alemão. Robert Nisbet aponta que foram os pensadores alemães do final de século XVIII e início do XIX que viram na construção do Estado o sentido do progresso na história:

Mesmo avaliando-se a contribuição francesa para a exaltação do Estado nacional no final do século XVIII e no século XIX, precisamos nos dirigir para a Alemanha e para seus filósofos idealistas a fim de entender como o Estado político chegou a ser confirmando no século XIX. No espírito dos filósofos alemães uniam-se ou fundiam-se organicamente, conforme já apontei, o poder político nacional à concepção do progresso da humanidade, permanentemente saturada de idealismo.²⁰

Considerando a abordagem que Ricardo R. Terra faz do pensamento de Kant, a partir das reflexões desse filósofo, a política, ou a sociedade organizada em Estados, e a história tornam-se um “problema filosófico”. Kant procura

¹⁸ DIEHL. *Teorias da história: uma proposta de estudos*. Op. cit., p. 71.

¹⁹ BARBOSA. “Discurso”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Op. cit., p. 14.

²⁰ NISBET, Robert A. *História da idéia de progresso*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

entender o sentido do desenvolvimento histórico e a construção do Estado sem dissociá-los. Segundo Ricardo R. Terra:

Estamos, aqui [na obra de Kant], longe das filosofias políticas clássicas, mas também dos pensadores que em meados do século XVIII transformaram a maneira de se encarar a história. A partir de Kant a política passa a ser pensada junto com a história. No caso, uma política reformista liberal, apesar de baseada fortemente no Estado, está, de certa forma, garantida pelo sentido da história.²¹

Segundo o pensamento de Kant, o homem só poderia desenvolver suas “potencialidades naturais” numa organização civil, isto é, no âmbito de um Estado regido por leis universalmente consideradas. É nesse sentido que condena o “Estado sem finalidades dos selvagens” e postula pelo rompimento com ele. O foco de Kant é o que fundamentaria o Estado civil, pois: “O maior problema para a espécie humana, a cuja solução a natureza a obriga, é alcançar uma sociedade civil que administre universalmente o direito.”²²

Dada a destinação moral da humanidade, o maior propósito que a Natureza (princípios universais “naturalmente definidos”) oferece ao homem seria os princípios para que ele desenvolvesse sua disposição moral, isto é, uma “constituição perfeitamente justa”:

Uma constituição civil perfeitamente justa deve ser a mais elevada tarefa da natureza para a espécie humana, porque a natureza somente pode alcançar seus outros propósitos relativamente à nossa espécie por meio da solução e cumprimento daquela tarefa.²³

No entendimento de Hegel, a humanidade atingiria uma plenitude moral e a “consciência de liberdade” somente quando vive num “Estado ideal”. A finalidade da existência humana seria a realização desse Estado, definido como a manifestação da própria “Idéia” [o Espírito da história]:

²¹ TERRA, Ricardo Ribeiro. “Algumas questões sobre a filosofia da história em Kant”. In: KANT, Immanuel. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

²² KANT, Immanuel. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

²³ Idem, *ibidem*, p. 10.

O Estado não existe para os cidadãos – ao contrário, poder-se-ia dizer que o Estado é o fim e que eles são os seus meios. Acontece que a relação meio-fim não funciona aqui. O Estado não é o ideal com que se defrontam os cidadãos, mas estes são parte daquele; como os membros de um corpo orgânico, em que nenhum membro é o fim e nenhum é o meio. O Estado é a realização da Liberdade, do objetivo final Absoluto, e existe por si mesmo. Todo o valor que tem o homem, toda a sua realidade espiritual, ele só a tem através do Estado.²⁴

Em uma perspectiva semelhante à dos filósofos do idealismo alemão, para Januário da Cunha Barbosa a história nacional só teria sentido se fosse vinculada ao Estado, visto como o condutor do destino do país e dos “brasileiros”. Estado paradoxalmente construído sob a égide da monarquia escravocrata.

Em outro discurso proferido por Januário da Cunha Barbosa em cerimônia de comemoração do primeiro ano de existência do IHGB ele indica que o Instituto procurará ter uma proximidade cada vez maior com o Imperador e com o Estado nacional, haja visto que depende fortemente, para se manter, dos recursos financeiros e da importância simbólica provindos de D. Pedro II. Em seu discurso Barbosa detalha e explicita o grau de proximidade entre a instituição e o imperador. Barbosa avalia a “instituição literária” da qual faz parte pela “utilidade” que ela teria para o governo de D. Pedro II. Utilidade que se manifestaria por exemplo na construção dos limites precisos das fronteiras e das regiões do país e na louvação do governo do imperador :

Mas para maior firmeza e respeito desta associação literária, cumpria ao Instituto procurar um amparo indispensável na aprovação do governo imperial; os nossos estatutos lhe foram apresentados; e o aviso de 4 de abril deste ano, expedido pela repartição do negócios do império, faz prova que ele aprecia os nossos trabalhos pela utilidade, que deles resultará ao estado.²⁵

Noutro trecho de sua explanação, Januário da Cunha Barbosa chama a atenção dos que comparecem no evento para a presença do regente e de ministros

²⁴ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A razão na história: uma introdução geral à filosofia da história*. São Paulo: Centauro Editora, 2004.

do império. No entendimento do secretário o fato de estarem ali reunidos os dirigentes do Brasil comprovaria a aceitação e valorização do IHGB por parte do governo imperial:

Senhores, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro celebrando o primeiro aniversário de sua instalação, e relatando-vos os trabalhos empreendidos no primeiro ano de sua existência social, tem a satisfação de agradecer publicamente o bom acolhimento que tem merecido do governo Imperial e às Câmaras Legislativas; acolhimento não só provado pelos favores já relatados [favores prestados ao Instituto por D. Pedro II], como também pela presença do Ex.mo. Sr. Regente do Império e pela dos ministros da Coroa, que assim honrando este ato festival, mostram bem claramente quanto apreciam os esforços literários de uma associação, que só tem por fim a propagação dos conhecimentos históricos e geográficos da nossa pátria, a honra e a glória da nação brasileira.²⁶

Como se percebe pela passagem supramencionada, os objetivos nacionalistas do IHGB são inequívocos, ou seja, o que lhe interessa em última instância é a “honra e a glória da nação brasileira”. Portanto a instituição, assim como para o governo do imperador D. Pedro II, condena as rebeliões – recentes, no momento em que discursa Januário da Cunha Barbosa – ocorridas no período regencial. Prosseguindo em sua fala, o secretário se revela um defensor da ordem e um inimigo das “fogosas paixões políticas”:

A exaltação de idéias que ela sofrera [a Terra de Sta. Cruz] pelos acontecimentos da nossa Independência, da nossa liberdade e da nossa fundação constitucional representativa, parece que já toca o ensejo em que esfriam as fogosas paixões políticas, restabelecendo-se essa natural tranquilidade de espírito em que se concebem idéias luminosas que adiantam a marcha das ciências e das artes, inimigas sempre de comoções revolucionárias.²⁷

No mesmo discurso, Januário da Cunha Barbosa manifesta satisfação em informar a aceitação, por parte do imperador, do convite para se tornar o

²⁵ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: novembro de 1939. No. 4.

²⁶ Idem, ibidem, p. 282.

²⁷ Idem, ibidem, p. 283.

”mediato protetor” do Instituto. É digno de ênfase – por revelar os vínculos da instituição com o imperador – que o secretário perpétuo agradece ainda o fato de D. Pedro colaborar com obras para a biblioteca do IHGB:

[...] também muito se manifesta esta mesma importância pela Augusta e imediata proteção, que sua majestade se dignou benignamente conceder, quando no dia 19 de março deste ano o conselho administrativo do Instituto, rodeando o seu sábio presidente, teve a honra de aparecer ante ao Trono do Jovem Imperador, pedindo-lhe a graça de ser o seu imediato protetor, e apresentando-lhe as primícias de nossos trabalhos. Este assinalado favor tem sido ainda acrescentado, não só com cópias de alguns preciosos manuscritos da sua Imperial biblioteca, como também com a concessão hoje de uma sala do seu mesmo paço, em que celebramos a primeira sessão aniversária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.²⁸

Os vínculos de dependência do IHGB para com o Estado são profundos. Como o Instituto é administrado majoritariamente por políticos que conduzem o Estado nacional brasileiro, todas as ações e produções da instituição ficam em consonância e contribuem para a realização dos interesses do governo imperial. O próprio Januário da Cunha Barbosa informa de onde se origina os recursos financeiros com os quais mantinha a instituição:

Acresce que a assembléia geral legislativa, atendendo benignamente às nossas súplicas, e convencida da importância da nossa associação, acaba de votar um não pequeno subsídio pecuniário, visto que os nossos fundos só provenientes de jóias e mesadas de seus sócios, não se proporcionavam às despesas de interessantes publicações, compra de livros, mapas, e manuscritos, que nos são indispensáveis.²⁹

Como bem demonstra Bernardo Ricupero, as ações dos membros do Instituto, visando à proteção do imperador se dão da seguinte forma:

Não por acaso, Dom Pedro II torna-se, já em 1839, protetor do IHGB. Uma das principais atividades do Instituto será, daí por diante, a de cultivar boas relações com o imperador, comparado, no seu apoio à

²⁸ Idem, *ibidem*, p. 273.

²⁹ Idem, *ibidem*, p. 272-3.

cultura, a Augusto, os Médicis, Luís XIV e Dom José I. Envia-se regularmente deputações para saudar o chefe de Estado no seu aniversário e de membros da família imperial, em datas históricas do Brasil, como a independência, a maioridade, a vitória na Guerra do Paraguai, etc.³⁰

Entretanto, o objetivo de obter a proteção do Imperador não se verifica de imediato, e só ocorrerá em 1849. O acontecimento que indica que D. Pedro II de fato aceita a incumbência de “protetor” do IHGB é a inauguração da nova sede do Instituto no Paço Imperial. Para Bernardo Ricupero a transferência do IHGB para o Paço Imperial revitaliza o Instituto e terá papel fundamental para sua sobrevivência:

Não há dúvidas de que o dia 15 de dezembro de 1849 é um marco na história do Instituto Histórico. É tão importante que seus aniversários passarão a ser comemorados nesse dia e se mandará fazer uma medalha em lembrança dele. A data é relevante porque assinala, depois de onze anos de esforços, a legitimação do IHGB como instituição. Legitimação que corresponde basicamente ao reconhecimento, por parte de Dom Pedro II, da importância do Instituto no sistema cultural brasileiro, que ora se montava. Significativamente, daí por diante, o imperador será um ativo participante das sessões do IHGB.³¹

No discurso que o presidente do Instituto – o conselheiro Cândido José da Araújo Viana – profere por ocasião da inauguração das novas instalações da instituição no Paço Imperial, fica patente que, para os membros da agremiação, a legitimidade de suas atividades por parte do imperador é de essencial importância. O presidente dirigindo-se ao monarca assim se expressa:

Senhor, o Instituto Histórico e Geográfico em ato solene, e no dia mais fausto aos brasileiros, deu já, pelo órgão do seu orador vice-presidente, público testemunho de profundo reconhecimento pela mercê que só a impulsos da imperial munificência e do amor das letras aprouve a V.M.I. fazer-lhe designando no paço imperial, e mandando entregar-lhe pronta e convenientemente alfaia, dá esta sala para as suas sessões ordinárias, e

³⁰ RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

³¹ IDEM, *ibidem*, p. 128.

para a biblioteca e arquivo. Agora Senhor, o Instituto honrado com a presença augusta de V.M.I., que cúmulo de favores se digna de assistir a esta primeira sessão aqui celebrada, rende por tão poderoso motivo novas graças a V.M.I.³²

Uma das conseqüências dos laços permanentes que unem o Instituto ao imperador é o fato do próprio monarca procurar determinar o modo como se dá a produção do objetivo maior da instituição, qual seja, construir uma história para o Brasil. Para Januário da Cunha Barbosa isso não poderia ser de outro modo, uma vez que a agremiação, ao depender do governo imperial para existir, deveria prestar serviço para ele, sendo “útil” ao Estado monárquico. Já no evento de comemoração do primeiro aniversário do IHGB, em 1839, não se furta a anunciá-lo:

A nossa literária associação, sensível a tanta honra, achará sempre em recordação destes grandes favores [prestados ao Instituto pelo imperador], motivos bem justos para desempenhar fielmente os gloriosos fins a que se endereça por seus estatutos. [...] O nome do Senhor D. Pedro II será com glória acrescentado ao dos grandes príncipes que têm promovido a ilustração de seus povos. A história, agradecida a tão Augusta proteção empenhará sua pena em eternizar em páginas indeléveis o nome e os feitos do Monarca, que a honra na Terra de Santa Cruz. Os benefícios que do trono se difundem sobre os literatos reunidos em utilidade pública, acendem luzes, que abrilhantam os príncipes que os protegem.³³

Ao cônego Januário da Cunha Barbosa só interessa uma história nacional ufanista, que não adote um posicionamento crítico com relação ao governo de D. Pedro II, mas o enobreça e colabore com sua sedimentação e aceitação por parte dos grupos dirigentes. O secretário do IHGB, pela atuação que desempenha nos âmbitos culturais e políticos do Segundo Reinado, chama a si a tarefa de determinar qual seria a autêntica história do império. Considerando o grau de importância política que a historiografia

³² REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO: 4º semestre de 1849. No. 12.

³³ BARBOSA. “Discurso”. Ibidem. Rio de Janeiro: novembro de 1939. No. 4, pp. 273-4.

possui nesse momento, no sentido de incutir uma determinada identificação com o projeto político do governo monárquico e com a nação que se procurava construir, torna-se patente que ela traz em sua produção o desejo de confirmar um governo que seria capaz de integrar o país – aplainando as incompatibilidades regionais – em um Estado forte, com boas perspectivas para o futuro. A história é então pensada a partir da necessidade de se viabilizar a centralização do poder. Segundo Manoel Luís Salgado Guimarães:

[...] é no bojo do processo de consolidação do Estado Nacional que se viabiliza um projeto de pensar a história brasileira de forma sistematizada. A criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) vem apontar em direção à materialização deste empreendimento, que mantém profundas relações com a proposta ideológica em curso. Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a “Nação brasileira”, capaz de lhe garantir um identidade própria no conjunto mais amplo das “Nações”, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX.³⁴

O próprio D. Pedro II se manifesta no sentido de interferir na elaboração da historiografia praticada no Instituto, com o intuito evidente de assegurar que seu governo seja por ela ratificado. No discurso que faz na sessão que inaugura as instalações do IHGB em seu palácio imperial, o imperador – exprimindo-se em suas palavras – como “primeiro sócio, e primeiro interessado no progresso do Instituto”, não deixa dúvidas sobre o quanto deseja uma historiografia patriótica que louve sua pessoa e seu governo:

Sem dúvidas, Senhores, que a vossa publicação trimensal tem prestado valiosos serviços, mostrando ao velho mundo o apreço, que também no novo merecem as aplicações da inteligência; mas para que esse alvo se atinja perfeitamente, é de mister que não só reunais aos trabalhos das gerações passadas, ao que vos tendes dedicado quase que unicamente,

³⁴ GUIMARÃES. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional.” In: *Estudos históricos*. Op. cit. p. 6.

como também, pelos vossos próprios, torneis aquela a que pertença, digna realmente dos elogios da posteridade: não dividi pois as vossas forças, o amor da ciência é exclusivo, e, concorrendo todos unidos para tão nobre, útil, e já difícil empresa, erijamos assim um padrão de glória à civilização da nossa Pátria.³⁵

Os critérios para a elaboração da história nacional foram previamente estabelecidos pelos membros do Instituto. Assim, a história nacional, ficava previamente comprometida com uma dada visão conservadora e centralista de nação.

Segundo Michel de Certeau a escrita da história funciona de formas distintas nas diferentes sociedades. Por isso, antes de se procurar pelo que a historiografia revela sobre determinado povo, é mais relevante saber qual a importância que esse povo dispensa à historiografia:

Antes de saber o que a história diz de uma sociedade, importa analisar como ela aí funciona. Essa instituição inscreve-se num complexo que lhe permite somente um tipo de produção e lhe interdita outros. Tal é a dupla função do lugar [de produção]. O lugar torna possível determinadas pesquisas, por meio de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna outras impossíveis; exclui do discurso o que é sua condição num dado momento; desempenha o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) é o ponto cego da pesquisa histórica, e a razão pela qual ela não é compatível com não importa o quê.³⁶

Levando em consideração a reflexão supracitada de Michel de Certeau e a dinâmica sócio-política do contexto histórico brasileiro do Segundo Reinado, que analiso, julgo importante, antes de procurar discutir o modo como se deu a concretização do projeto do IHGB de escrever a história do império – que se corporifica na *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen – ver como ele foi anteriormente determinado. Nesse sentido discuti os estatutos de criação do Instituto e a concepção de história de Januário da Cunha Barbosa que

³⁵ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: 4º trimestre de 1849. No. 12. Op. cit., p. 552.

³⁶ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Editora, 2006.

foi considerado por Karl P. F. von Martius em sua proposta de uma história para o Brasil, que será analisada no próximo tópico. Esse procedimento é adotado por considerarmos a análise dos trabalhos da agremiação feita por Segundo Manoel Luís Salgado Guimarães segundo a qual o IHGB, como lugar de produção ditou as bases nas quais a história nacional deveria se assentar.:

É, portanto, à tarefa de pensar o Brasil segundo os postulados próprios de uma história comprometida com o desvendamento do processo de gênese da Nação que se entregam os letrados reunidos em torno do IHGB. A fisionomia esboçada para a Nação brasileira e que a historiografia do IHGB cuidará de reforçar visa a produzir uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras. É de novo uma certa postura iluminista – o esclarecimento, em primeiro lugar, daqueles que ocupam o topo da pirâmide social, que por sua vez encarregar-se-ão do esclarecimento do resto da sociedade – que preside o pensar a questão da Nação no espaço brasileiro.³⁷

1.3 Karl P. F. von Martius: Uma Proposta de História para o Brasil

É certo que a história passa por transformações metodológicas e conceituais durante o século XIX. Ela passa a se confundir com a própria nação no contexto em que é elaborada, tendo poder para gerar uma dada cultura. Assim esclarece Elias Thomé Saliba:

Não mais a civilização produzia história, mas tudo aparentava o contrário: era a história que produzia, ela mesma, de forma nem sempre clara, nem sempre traduzível em termos do presente, uma civilização e uma cultura.³⁸

Se Januário da Cunha Barbosa – homem bastante representativo de seu tempo – não via a história como um meio de distração, ele a entendia como fonte de valores morais – dado que pretendia “civilizar” o império –, e também como um mecanismo para “auxiliar a pública administração”, isto é, incutir nas elites um idéia de nação:

³⁷ GUIMARÃES. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional.” In: *Estudos históricos*. Op. cit. p. 6.

³⁸ SALIBA, Elias Thomé. *As utopias românticas*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1991.

Sendo inegável que as letras, além de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza de seus alicerces, ou seja, pelo esclarecimento de seus membros, ou pelo adoçamento dos costumes públicos, é evidente que em uma monarquia constitucional, onde o mérito e os talentos devem abrir as portas aos empregos, e em que a maior soma de luzes deve formar o maior grão de felicidade pública, são as letras de uma absoluta e indispensável necessidade, principalmente aquelas que, versando sobre a história e a geografia do paiz, devem ministrar grandes auxílios à pública administração e ao esclarecimento de todos os Brasileiros.³⁹

Assim, no aspecto da história como discurso moral Barbosa não rompe com a concepção de história da Antiguidade que enfatiza no relato histórico a sua utilidade moral.⁴⁰

O secretário acreditava que todas as outras áreas do conhecimento deveriam contribuir para o enriquecimento da história da pátria – uma construção ideológica, obviamente –, pois para ele, é a história que dá sentido, esclarece a vida dos povos e dá singularidade à nação. Para ele a história deve ser antes de tudo celebrativa e glorificadora de acontecimentos que dignificariam o Império brasileiro, a pátria sendo entendida como o Império. Por isso, o IHGB deveria estar encarregado “como em outras nações, de eternizar pela história os fatos memoráveis da pátria.”

Para assegurar uma construção do passado brasileiro que desse sustentação ao Estado imperial que se construía, o IHGB, desde o início de sua criação, preocupa-se com a periodização dos acontecimentos históricos. Em sua primeira sessão de 1 de dezembro de 1838 Januário da Cunha Barbosa manifesta tal preocupação:

³⁹ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro : 1º trimestre de 1838. Tomo I, pp. 5-6.

⁴⁰ Jacques Le Goff esclarece o modo como a história era entendida e construída na Antiguidade: “A Antiguidade greco-romana não teve verdadeiramente o sentido da história. Avançaram apenas, com esquemas explicativos gerais, a natureza humana (isto é, a imutabilidade), o destino e a Fortuna (isto é, a irracionalidade), o desenvolvimento orgânico (isto é, o biologismo). Situou o gênero histórico no domínio da arte literária e atribuiu-lhe as funções de distração e utilidade moral.” (LE GOFF. *História e memória*. Op. cit., p. 83.)

Proponho que na próxima sessão entre já em discussão o ponto seguinte:

- Determinar-se as verdadeiras épocas da história do Brasil, e se esta se deve dividir em antiga e moderna, ou quaes devem ser suas divisões.⁴¹

Dando desenvolvimento ao objetivo de elaborar uma história para o Império, Januário da Cunha Barbosa formaliza um concurso, em 1840, com o intuito de se escolher uma proposta que deveria servir de base para escrita da história nacional. O projeto vencedor é de autoria de Karl Friedrich von Martius, o qual será utilizado posteriormente por Francisco Adolfo de Varnhagen na produção de sua *História geral do Brasil*.

Em seu texto (“Como se deve escrever a história do Brasil”), Martius mantém a postura iluminista – característica do discurso historiográfico produzido pelo IHGB – de procurar as razões que direcionam o desenvolvimento das singularidades de um povo e de projetar para o futuro a consumação da nação. Segundo o autor o desenvolvimento da história brasileira teria uma lei específica:

Pode-se dizer que a cada uma das raças humanas compete, segundo a sua índole inata, segundo as circunstâncias debaixo das quais ela vive e se desenvolve, um movimento histórico característico e particular. Portanto, vendo nós um povo [o brasileiro] novo nascer e desenvolver-se da reunião e contato de tão diferentes raças humanas, podemos avançar que a sua história se deverá desenvolver segundo uma lei particular das forças diagonais.⁴²

A postura da filosofia da história iluminista de apontar para o futuro a resolução dos problemas e questionamentos do presentes é tratada do seguinte modo por Astor Antônio Diehl:

No século XVIII, com a fragmentação da ordem estabelecida, com a fragmentação da ciência em ciências, buscou-se no iluminismo a unidade universal. Essa fragmentação da ciência de então gerou soluções disciplinares, normativas, pragmáticas, em diferentes níveis teóricos, porém todos esses níveis têm algo em comum, pois, individualmente,

⁴¹ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro : 1º trimestre de 1838. Tomo I. Op. cit. p. 57.

⁴² MARTIUS, Karl P. F. von. “Como se deve entender a história do Brasil.” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: 1º trimestre de 1844. Tomo 6.

buscam controlar o passado e projetar o futuro, ou seja, elas pretendiam nos persuadir de que a redenção da humanidade estaria no futuro.⁴³

Martius, adota a postura iluminista que aponta para o futuro a realização da nação brasileira, entendendo que o Brasil é seja um “país que tanto promete”. Procura, com isso, a nacionalidade brasileira na conjunção de “três raças”:

São porém estes elementos [que atuam no desenvolvimento do povo brasileiro] de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular três raças, a saber: a de cor de cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e enfim a preta ou etiópica. Do encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças dessas três traças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular.⁴⁴

Por outro lado, o pensamento sobre história de Martius é marcado também pelo idealismo alemão⁴⁵, pois compreende um “gênio da história” que particularizaria as nações, o que não seria diferente com a história brasileira:

⁴³ DIEHL. *Teorias da história: uma proposta de estudos*. Op. cit., pp. 70-1.

⁴⁴ MARTIUS. “Como se deve entender a história do Brasil.” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Op. cit., p. 186.

⁴⁵ Arno Wehling observa que “o processo histórico, para von Martius, era providencialmente guiado pelo ‘gênio da história’ cuja vontade se sobrepunha às circunstâncias e contingências individuais.”

Onde o autor teria haurido tal idéia? Kant, no preâmbulo da *Idéia de uma história da humanidade do ponto de vista cosmopolita*, afirma que tanto os homens individualmente, como ‘povos inteiros’ agem de acordo com o desígnio da natureza, ‘como seguissem um fio condutor que favorecesse a realização’ (do desígnio).

Voltaire, por sua vez, fala num ‘gênio do povo’ que cada sociedade teria dentro de si, uma força que independe da vontade individual e coletiva.

Tal concepção estava difusa no ambiente intelectual de fins do iluminismo, quando da formação de von Martius e foi uma das características do historicismo filosófico [...]” (WEHLING, Arno. “A concepção histórica de von Martius.” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: outubro/dezembro de 1994. No. 385.)

Na filosofia da história de Hegel a força superior, “o Espírito”, que conduz o desenvolvimento da história é a organização social de um povo, isto é, uma cultura singularizada. Segundo a interpretação de Hegel feita por Lucien Jerphagnon para o filósofo: “O jovem Hegel aborda sobretudo problemas religiosos e históricos. Permanece perto do concreto, e o concreto é, para ele, a vida cívica, o espírito de uma religião ou espírito de um povo. ‘Pensar a vida, eis a tarefa’, diz ele’ e, para tanto, será preciso, sem dúvida, forjar novos conceitos.

Um dos conceitos é o de espírito de um o de espírito de um povo (Volkgeist). Rejeitando de um só golpe o individualismo e o cosmopolitismo, Hegel apreende o espírito concreto como espírito de um povo. O todo constituído por um povo constitui não uma reunião de indivíduos, mas uma comunidade espiritual, uma realidade supra-individual.

Tanto a história dos povos quanto a dos indivíduos nos mostram que o gênio da história (do mundo), que conduz o gênero humano por caminhos, cuja sabedoria sempre devemos reconhecer, não poucas vezes lança mão de cruzar as raças para alcançar os mais sublimes fins na ordem do mundo. Quem poderá negar que a nação inglesa deve sua energia, sua firmeza e perseverança a essa mescla dos povo céltico, dinamarquês, romano, anglo-saxão e normando!

Coisa semelhante, e talvez ainda mais importante se propõe o gênio da história, confundindo não somente povos da mesma raça, mas até raças inteiramente diversas por suas individualidades, e índole moral e física particular, para delas formar uma nação nova e maravilhosamente organizada.⁴⁶

É possível aproximar as idéias de Martius – ao defender que se deve considerar as “doutrinas da verdadeira humanidade” e buscar na história “o homem segundo seu verdadeiro valor” – com o pensamento de Hegel⁴⁷. É esse o caminho de Martius para discutir uma questão intrincada e evitada, por preconceitos, pela sociedade brasileira para a qual ele então fala: a mistura de raças. Nas considerações um tanto quanto eufemísticas de Martius:

Eu creio que um autor filosófico, penetrado das doutrinas da verdadeira humanidade, e de um cristianismo esclarecido, nada achará nessa opinião [segundo a qual as classes inferiores influem na formação das superiores fortalecendo-as e vivificando-as] que possa ofender a suscetibilidade dos

[...] Um povo é uma organização espiritual e, por isso, ultrapassa infinitamente o homem isolado.” (JERPHAGNON, Lucien. *História das grandes filosofias*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

Tal como entende Hayden White o idealismo alemão: “representa uma tentativa de conceber o conhecimento histórico e o processo histórico no modo da metáfora; mas ele concebe como único agente do processo histórico o espírito, não em sua individualidade, mas em sua essência genérica, como Espírito do Mundo, em que todos os eventos históricos são vistos como efeitos de causas “espirituais” remotas, primeiras e finais.” (WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.)

⁴⁶ MARTIUS. “Como se deve entender a história do Brasil.” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Op. cit., p. 188.

⁴⁷ Estamos considerando o pensamento de Hegel segundo o qual por ser o homem a “criatura na qual o Espírito obra”, é nele que se deve buscar a materialidade do Espírito: “O reino do Espírito abrange tudo, inclui tudo aquilo que alguma vez interessou ou interessará ao homem. O homem é ativo nele – seja o que for que faça, o homem é a criatura na qual o Espírito obra. Por isso é interessante, no correr da história, aprender a conhecer a natureza espiritual em sua existência, ou

brasileiros. Apreciar o homem segundo o seu verdadeiro valor, como a mais sublime obra do Criador, e abstraindo da sua cor ou seu desenvolvimento anterior, é hoje em dia uma *conditio sine qua non* para o verdadeiro historiador. Essa filantropia transcendente, que aprecia o homem em qualquer situação em que o acha destinado para obrar e servir de instrumento, à infinitamente sábia ordem do mundo, é o espírito vivificador do verdadeiro historiador. E até me inclino a supor que as relações particulares, pelas quais o brasileiro permite ao negro influir no desenvolvimento da nacionalidade brasileira, designa por si o destino do país, em preferência de outros estados do novo mundo, onde aquelas duas raças inferiores são excluídas do movimento geral, ou como indignas por causa de seu nascimento, ou porque o seu número, em comparação com o dos brancos, é pouco considerável e sem importância.⁴⁸

A “observação histórica geral e filosófica do Brasil” desejada por Januário da Cunha Barbosa na construção da história nacional e o “autor filosófico” pretendido por Martius como agente desse relato também encontram ponto de origem no idealismo alemão. Segundo Arno Wehling:

No jargão oitocentista, entendia-se por “historiografia filosófica” justamente aquela que, por empatia humanista, discernia para além da multidão de pequenos ou grandes acontecimentos políticos, que dominavam as diversas formas que então assumia a escrita da história, os movimentos profundos, cujo fio condutor poderia estar na “natureza humana” de Kant ou na “realização da idéia” de Hegel.⁴⁹

O naturalista alemão entende que a “mescla de raças” daria à história brasileira sua particularidade. Na procura do que singularizaria o Brasil enquanto nação Martius encontra na cultura do índio e do escravo africano elementos com que fundamentar sua proposta. No índio valoriza particularmente a língua tupi:

É sem dúvida muito significativo que um grande complexo de raças brasileiras entendiam este idioma. Assim como no Peru com as línguas

seja, o ponto em que se unem o Espírito e a Natureza, que integram a natureza humana.” (HEGEL. *A razão na história: uma introdução geral à filosofia da história*. Op. cit., pp. 61-2.)

⁴⁸ MARTIUS. “Como se deve escrever a história do Brasil.” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Op. cit., p. 189.

⁴⁹ WEHLING, Arno. “A concepção histórica de von Martius.” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Op. cit., p. 725.

quichua e aymará que se estendiam sobre vastíssimos territórios, aconteceu no Brasil com a língua tupi; e não podemos duvidar que todas as tribus, que nela sabem fazer-se inteligíveis, pertencem a um único e grande povo, que sem dúvida possui a sua história própria, e que de um estado florescente de civilização, decaiu para o atual estado de degradação e dissolução, [...].⁵⁰

A contribuição do negro africano como particularização da nação brasileira se daria segundo Martius pela via da vivacidade e do misticismo que seriam próprios dele: “O negro gosta de falar; o seu modo africano de pensar, seu fetichismo lhe subministram também diversos pensamentos poéticos sobre acontecimentos sobrenaturais e milagrosos.”⁵¹

Essa procura da singularidade do povo “brasileiro” na proposta de Martius indica a influência do Romantismo alemão na sua concepção de história nacional. Os românticos na busca do que singularizaria um dado povo ou uma dada cultura foram buscar nas manifestações populares, folclóricas aquilo que poderia ser atribuído como algo absolutamente particular a determinada nação. Nesse sentido Martius aconselha que o futuro historiador que se utilizar de sua proposta para construir a história do Brasil busque apreender o que caracterizaria os habitantes do país:

O historiador deve transportar-nos à casa do colono e cidadão brasileiro; ele deve mostrar-nos como viviam nos diversos séculos, tanto nas cidades como nos estabelecimentos rurais, como se formavam as relações para com seus vizinhos, seus criados e escravos; e finalmente com os fregueses nas transações comerciais.⁵²

Martius quer buscar um sentido para o presente brasileiro de então através de um olhar sobre o passado nacional que vê um desenvolvimento progressivo do curso dos acontecimentos no Brasil, pois quer saber:

[...] como pouco, a pouco se desenvolveu o sistema presente; qual a parte que em todos estes movimentos tiveram a construção naval, a navegação

⁵⁰ MARTIUS. “Como se deve escrever a história do Brasil.” In: *Revista do instituto histórico e geográfico brasileiro* Op. cit., pp. 191-2.

⁵¹ Idem, ibidem, p. 200.

⁵² Idem, ibidem, p. 198.

e o conhecimento dos mares, principalmente daqueles que foram sulcados pelos portugueses.⁵³

Percebe-se nesse trecho que Martius— em seu discurso sobre a mistura singular das três raças — coloca o português num patamar superior. Manifestando outra influência do Romantismo pretende construir uma história para o império buscando para a nação brasileira origens remotas na “mãe pátria” [Portugal]:

As observações sobre as escolas do Brasil, sobre o método de ensino então aí reinante, o grau de instrução obtido por ele, há de conduzir outra vez a indagação sobre o estado das letras na mãe pátria. Por isso, pertence à tarefa do historiador brasileiro ocupar-se especialmente com o progresso da poesia, retórica, e todas as mais ciências em Portugal, mostrar a sua posição relativa às mesmas no resto da Europa, e apontar qual a influência que exerceram sobre a vida científica, moral e social dos habitantes do Brasil.⁵⁴

Para Martius mais do que construir um relato baseado em eventos históricos o “historiador brasileiro” deveria se aproveitar das lendas do período Colonial, do que eram registrado pelos cronistas daquele tempo de modo a dar lugar, na história nacional, a narrativas tais como “os inúmeros contos fabulosos de cavaleiros e espectros”, tal como faziam na Europa daquela ocasião os intelectuais do Romantismo que construía suas respectivas histórias nacionais:

Uma composição aprofundada destas viagens [as expedições em território brasileiro] para o interior conduziria necessariamente o historiador a certa particularidade, que excitou muito a minha atenção. Eu falo das numerosas história e lendas sobre as riquezas subterrâneas do país, que nele são o único elemento do romantismo e substituem para com os brasileiros os inúmeros contos fabulosos de cavaleiros e espectros, os quais fornecem nos povos europeus uma fonte inesgotável e sempre nova para a poesia popular.⁵⁵

Joseph Hours esclarece como o historiador romântico reconstrói o passado do povo ao qual pertencia: “o sentimento nacional levava o historiador a

⁵³ Idem, *ibidem*, p. 198.

⁵⁴ Idem, *ibidem*, p. 198,

⁵⁵ Idem, *ibidem*, pp. 199-200.

apaixonar-se pelo passado do seu povo onde ele encontrava o seu próprio, o romantismo chamava em seu auxílio a imaginação para reconstruir o passado.”⁵⁶

Como defensor do governo de D. Pedro II, e por extensão, da monarquia lusa, Martius deixa evidente que uma força providencial faria com que as raças de “cor de cobre” e a “preta” fossem assimiladas pela “branca”:

Jamais nos será permitido duvidar que a vontade da providência predestinou ao Brasil esta mescla. O sangue português, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente das raças índia e etiópica.⁵⁷

Assim, é a partir do pressuposto da superioridade “do sangue português” que Martius legitima o projeto político nacionalista do Império. Acredita que – tal como posteriormente se posiciona Varnhagen – o português seja a força que impulsionaria a história brasileira:

Cada uma das particularidades físicas e morais, que distinguem as diversas raças, oferece a este respeito [o “novo povo brasileiro” que nasce e se desenvolve pela reunião das três raças] um motor especial; e tanto maior será a sua influência para o desenvolvimento comum, quanto maior for a energia, número e dignidade da sociedade de cada uma dessas raças. Disso necessariamente se segue o português, que, como descobridor, conquistador e senhor, poderosamente influenciou naquele desenvolvimento; o português, que deu as condições e garantias morais e físicas para um reino independente; que o português se apresenta como o mais poderoso e essencial motor.⁵⁸

Assim como Varnhagen apresentará na *História geral do Brasil*, Martius não possui uma visão romântica ou idealizada do índio brasileiro. Ao contrário, vê na condição do índio um estado deplorável que, por isso mesmo, não teria nenhum vínculo ancestral com a civilização do “branco”, que tanto valoriza. Nas considerações que faz reprova a “filosofia enganadora”, empregada em referência ao pensamento de Rousseau que viu no curso do desenvolvimento humano uma

⁵⁶ HOURS, Joseph. *O valor da história*. Coimbra: Livraria Almeida, 1979.

⁵⁷ MARTIUS. “Como se deve escrever a história do Brasil.” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Op. cit., p. 189

⁵⁸ Idem, ibidem, p. 188.

etapa que denominou “estado de natureza”.⁵⁹ Tal “estado” foi interpretado por uma vertente do Romantismo brasileiro na cultura do índio e viu nela um vida idealizada de pureza e ingenuidade. Martius os indianistas nos seguintes termos:

Enfeitado com as cores de uma filantropia e filosofia enganadora, consideravam este estado como primitivo do homem; procuravam explicá-lo, e dele derivavam os mais singulares princípios para o direito público, a religião e a história. Investigações mais aprofundadas porém provaram ao homem desprevenido que aqui não se trata do estado primitivo do homem., e que pelo contrário o triste e penível quadro, que nos oferece o atual indígena brasileiro, não é senão o resíduo de uma muito antiga, posto que perdida história.⁶⁰

Martius vê no índio que encontra no Brasil apenas vestígios de uma provável cultura com algum valor, por não ser “degenerada” como a que verifica no presente. Assim, o autor não dá peso considerável a qualquer contribuição dessa cultura à nacionalidade brasileira. Segundo Martius o confronto armado que seu deu entre os índios e o colonos portugueses, durante a invasão no século XVI, por exemplo, teria sido benéfico para estes últimos:

Assim vemos que a posição guerreira, em que se colocou o colono português para com o índio, contribuiu muito a rápida descoberta do interior do país, como igualmente para a extensão do domínio português. A natureza particular do país, principalmente a abundância de ouro, não era de pequeno momento; por quanto as primeiras viagens de descoberta eram antes incursões de rapinas contra os indígenas, a quem escravizavam, ou só tinha por feito a descoberta de riquezas minerais.

Enfim, não devemos julgar a emigração de colonos portugueses para o Brasil, como ela se operava no século XVI, e que lançou os primeiros fundamentos do atual Império, segundo os princípios que entre nós regulam as empresas de colonização.⁶¹

⁵⁹ Para Rousseau o homem passa de um “estado de natureza” para um “estado civil”: “A passagem determina no homem uma mudança muito notável., substituindo na sua conduta o instinto pela justiça e dando às suas ações a moralidade que antes lhe faltava.” (ROUSSEAU, Jean-Jacques. “Do contrato social ou princípios do direito político”. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

⁶⁰ MARTIUS. “Como se deve escrever a história do Brasil.” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Op. cit., pp. 190-1.

⁶¹ Idem, ibidem, p. 194-5.

Ao contrário de alguns românticos brasileiros como Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias, que procuraram aproximar a nacionalidade que se construía no Brasil do índio, Martius, como também Varnhagen, objetiva vinculá-la à europeia. Em vários momentos de seu texto, intenta inserir a história brasileira na da Europa, tal como faz na seguinte passagem:

As mesmas razões gerais e poderosas, que imprimiram [os portugueses] a uma das nações mais pequenas da Europa um movimento tão poderoso [as descobertas marítimas], que a impeliram para uma atividade que faz época na história universal, induziram-na igualmente à emigração para o Brasil.

Com esta observação quero indicar que o período da descoberta e colonização primitiva do Brasil não pode ser compreendido, senão em seu nexos com as façanhas marítimas, comerciais e guerreiras dos portugueses, que de modo algum pode ser considerado como fato isolado na história desse povo ativo, e que sua importância e relações com o resto da Europa está na mesma linha com as empresas dos portugueses.⁶²

Seguindo em seu intuito de que a história brasileira deve exprimir o “espírito” do brasileiro e de sua nação, Martius chama a atenção para a importância de um melhor conhecimento do território nacional, valorização das lendas e das manifestações folclóricas:

Para a descrição destas viagens [de incursão pelo interior do país] de descoberta, apresenta-se uma grande dificuldade na falta de datas exatas geográficas, que designassem com precisão os caminhos tomados por tais expedições. Custa-nos acreditar que estas incursões percorressem muitos lugares, que atualmente não são mais visitados e inteiramente perdidos para nós, como por exemplo esse fabuloso vale pedregoso e riquíssimo em ouro dos Martírios: contudo uma designação em tudo exata da direção dos caminhos então percorridos, não havia de ser sem interesse para a geografia, etnografia, e em alguns casos também para a exploração das riquezas da natureza, de muitas regiões ainda hoje quase desconhecidas.

⁶² Idem, *ibidem*, p. 195.

Uma exposição aprofundada destas viagens para o leitor conduzirá necessariamente o historiador a certa particularidade, que excitou muito a minha atenção. Eu falo das numerosas histórias e lendas sobre as riquezas subterrâneas do país, que nele são o único elemento do romantismo e substituem para com os brasileiros os inúmeros contos fabulosos de cavalaria e espectros, os quais fornecem nos povos europeus uma fonte inesgotável e sempre nova para a poesia popular.⁶³

Como procura viabilizar a construção de uma história global para o Império brasileiro, reprovava o hábito dos letrados – predominante até o aquele momento no Brasil – que tratavam das diferentes províncias de forma isolada, construindo apenas a história daqueles a que pertenciam, deixando de elaborar um relato sobre o passado do país como um todo. Para Martius todas as histórias regionais deveriam ser excluídas da história da nação, pois elas apresentariam:

Um grande número de fatos e circunstâncias insignificantes, que com monotonia se repetem, e a relação minuciosa até o excesso de acontecimentos que se desvaneceram sem deixarem vestígios históricos, tudo isso, recebido em uma obra histórica, há de prejudicar o interesse da narração e confundir o juízo claro do leitor sobre o essencial da relação. [...] Tudo isso deverá, segundo a minha opinião, ficar excluído [da história nacional].⁶⁴

Essa postura que Martius defende de homogeneizar as diferenças regionais e integrar todas as províncias do território em uma entidade única, certamente vai ao encontro do desejo do IHGB de centralizar o poder e construir uma identidade para o Brasil. Segundo Manoel Luís Salgado Guimarães: “[...] o IHGB pensa em projetos de natureza global, de forma a integrar as diferentes regiões do Brasil, ou melhor, de forma a viabilizar efetivamente a existência de uma totalidade Brasil.”⁶⁵

Nas considerações finais, Martius aconselha o historiador que se utilizar de sua proposta a estar sempre comprometido com sua “pátria”:

Por fim devo ainda ajuntar uma observação sobre a posição do historiador do Brasil para com sua pátria. A história é uma mestra, não somente do

⁶³ Idem, *ibidem*, p. 199-200.

⁶⁴ Idem, *ibidem*, p. 202.

⁶⁵ GUIMARÃES. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional.” Op. cit., p. 8.

futuro, como do presente. Ela pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo. Uma obra histórica sobre o Brasil deve, segundo a minha opinião, ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas.⁶⁶

Martius encontra oportunidade ainda de deixar uma crítica ao insurreto, na sua maneira de pensar, do governo de D. Pedro II, pois eles não teriam entendido ainda o valor dele para manter a ordem:

O Brasil está afeto em muitos membros de sua população de idéias políticas imaturas. Ali vemos republicanos de todas as cores, ideólogos de todas as qualidades. É justamente entre estes que se acharão muitas pessoas que estudarão com interesse uma história de seu país natal; para eles, pois, deverá ser calculado o livro, para convencê-los por uma maneira destra de inexequibilidade de seus projetos utópicos, da inconveniência de discussões licenciosas dos negócios públicos, por uma imprensa desenfreada, e da necessidade de uma Monarquia em um país onde há um tão grande número de escravos. Só agora participa o Brasil a sentir-se como um todo unido.⁶⁷

⁶⁶ MARTIUS. “Como se deve escrever a história do Brasil.” Op. cit., p. 204.

⁶⁷ Idem, ibidem, p. 204.

2.1 O IHGB e o Regresso Conservador

A intenção do IHGB em totalizar o conhecimento sobre a história e a geografia do Brasil extrapola os âmbitos de sua atuação, vinculando-o a uma ação maior efetivada pelo Partido Conservador que buscava, no final do período regencial, centralizar o poder e evitar a fragmentação do território nacional. No modo de entender de Manoel Luís Salgado Guimarães, a articulação do Instituto com o projeto político do partido conservador é inequívoca:

A leitura de história enquanto legitimação do presente, carregada, portanto, de sentido político, é sem dúvida um aspecto importante do projeto historiográfico do IHGB. O historiador, na qualidade de esclarecido, deveria indicar o caminho de felicidade e realização aos seus contemporâneos: fiéis súditos da monarquia constitucional e da religião católica.

Como foi referido anteriormente, este aspecto político do projeto historiográfico pode ser vislumbrado já quando do desenho de um instituto histórico com sede no Rio de Janeiro, a partir do qual seriam criadas instituições semelhantes nas províncias, diretamente subordinadas aos princípios formulados na capital do Império, onde dever-se-ia, em última instância, concentrar a soma de conhecimentos acumulados sobre o Brasil. Esta concepção articulava-se na verdade ao projeto mais amplo de centralização política, vitorioso em meados do século XIX.⁶⁸

Bernardo Ricupero também entende que a fundação do IHGB pode ser inserida no âmbito de ações que foram tomadas pelo grupo conservador que tomou a seu cargo a tarefa de centralizar o poder, garantir a ordem e a integridade territorial do país:

Fica evidente, [...] a vinculação da criação do Instituto Histórico e Geográfico com o Regresso conservador, ocorrida com a nomeação do senhor de engenho pernambucano Araújo Lima como regente do Império, em 18 de setembro de 1837. O regresso representou basicamente a

⁶⁸ GUIMARÃES. “Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. Op. cit., p. 16.

tentativa de pôr fim aos conflitos que prevaleceram durante a Regência, afastando o espectro da anarquia social e racial.⁶⁹

A Independência do Brasil foi resultado de uma ação entre a aristocracia agrária (formada pelos senhores de engenho) e o imperador D. Pedro I. Aos grandes proprietários, dado que procuravam manter seus negócios e poderes locais, não interessava um poder centralizado forte. Por isso deram sustentação a D. Pedro I que de início defendia princípios liberais consubstanciados na visão de uma monarquia federativa. Mas, durante seu governo, D. Pedro I procurou centralizar o poder – com pouca tolerância à negociação, a exemplo da dissolução da Assembléia Constituinte de 1823 –, e colocar nos cargos mais importantes políticos da antiga tradição portuguesa, atuantes desde o período Colonial. Sendo assim, essas mesmas elites destituíram o imperador de seu cargo, forçando-o a abdicar. É esse o período de maior atuação do Partido Liberal. Entretanto, pela divisão interna do Partido, os liberais não conseguem se afirmar como grupo coeso na condução do país, levando a ala moderada a assumir a direção. Segundo Raymundo Faoro:

A derrota do Imperador e sua camarilha, como se apresenta a degenerescência do estamento burocrático, não transformou os liberais em senhores exclusivos do campo. O concurso do exército comprometeu a posse do poder. Novamente, a partilha do governo levará a definição interna das alas que tentarão sobrepujar-se. Os liberais apresentavam-se, no dia seguinte, divididos em moderados e exaltados; os primeiros ocupam o poder em parceria com o exército, que lograrão submeter, fragmentando-o e desmantelando-o, sob os golpes de Feijó, que reprimirá a anarquia militar, criando a Guarda Nacional.⁷⁰

Durante o Período Regencial verifica-se um conjunto de medidas que fortalecem os poderes locais. O Código de Processos de 1833 é um instrumento de descentralização, na medida em que deu maior autonomia aos poderes jurídicos regionais e locais. Tal como informa Emília Vioti da Costa: “O promotor, o juiz municipal e o juiz de órgãos passaram a ser escolhidos numa lista tríplice proposta

⁶⁹ RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

⁷⁰ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1958. Volume I.

pela Câmara Municipal. Nesse sentido o Código de Processos era uma conquista radical [dos liberais].”⁷¹

Em 1834 o Ato Adicional reafirma e amplia as medidas descentralizantes do Código de Processos. Por intermédio daquele dispositivo se delineou de forma clara o quadro de atuação e a jurisprudência das regiões que compunham o território nacional. De início os Conselhos Gerais foram transformados em Províncias. O Artigo 10 definia as competências das Assembléias provinciais, de modo a fortalecer os poderes locais e promover autonomia regional:

Art. 10. Compete às mesmas Assembléias legislar:

- 1° Sobre a divisão civil, judiciária, e eclesiástica da respectiva Província, e mesmo sobre a mudança da sua capital para o lugar que mais convier.
- 2° Sobre a instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo a existência as Faculdades de Medicina, os Cursos Jurídicos, Academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que para o futuro forem criados para por lei legal.
- 3° Sobre os casos e a forma por que pode ter lugar a desapropriação por utilidade municipal ou provincial.
- 4° Sobre a polícia e economia municipal, precedendo propostas das Câmaras.
- 5° Sobre a fixação das despesas municipais e provinciais, e os impostos para elas necessários, contanto que estes não prejudiquem as imposições gerais do Estado. As Câmaras poderão propor os meios de ocorrer às despesas dos seus municípios.
- 6° Sobre repartição da contribuição direta pelos municípios da Província, e sobre a fiscalização do emprego das rendas públicas provinciais e municipais, e das contas da sua receita e despesa.
- 7° Sobre a criação e supressão de empregos municipais e provinciais, e estabelecimentos dos sus ordenados.
- 8° Sobre obras públicas, estradas e navegação no interior da respectiva Província, que não pertencem à administração geral do Estado.

⁷¹ COSTA, Emília Vioti da. “Liberalismo e democracia.” In: *Anais de história* (Departamento de história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis). Assis, 1975. Ano VII.

9° Sobre construção de casas de prisão, trabalho e correção, e regime delas.

10° Sobre casas de socorros públicos, conventos e quaisquer associações políticas ou religiosas.

11° Sobre os casos e a forma por que poderão os presidentes das Províncias nomear, suspender e ainda mesmo demitir os empregados provinciais.⁷²

O Ato Adicional suprimiu o Conselho de Estado, o que é considerado uma grande vitória do Partido Liberal, na medida em que o Conselho foi entendido pelos liberais como uma espécie de entrave para a autonomia das províncias e flexibilidade do sistema político.

Esse momento de conquistas liberais é visto da seguinte forma por Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e Humberto Fernandes Machado:

A subordinação dos regentes trinos à Assembléia, ou seja, às províncias representadas por seus deputados; a criação da Guarda Nacional como a “nação em armas” defendida por Evaristo da Veiga, acompanhada da redução e do remanejamento dos efetivos do Exército; as amplas atribuições concedidas aos juizes de paz, sem o estabelecimento de um contrapeso adequado; tudo isso apontava na mesma direção: o fortalecimento das autoridades locais e regionais, como defendiam não só os exaltados, como também a ficção brasiliense dos moderados.⁷³

Mas em 1835, quando Feijó assume o cargo de regente, os conservadores – dos quais são exemplos Bernardo Pereira de Vasconcelos, Honório Hermeto Carneiro Leão, Paulino José Soares de Souza e Eusébio de Quirós Coutinho – fazem uma intensa oposição ao regente, o qual apresentava uma postura indefinida, ora defendendo maior poder às autoridades locais, ora medidas para o fortalecimento do poder central.

Dadas as indefinições do período e as reformas intentadas por Feijó, que desagradam grande parte das elites do império, elas promovem um movimento

⁷² BRASIL – CONSTITUIÇÕES. A CONSTITUIÇÃO DE 1824. ATO ADICIONAL LEI No. 16 DE 12 DE AGOSTO DE 1834. Brasília: Minter, s/d.

⁷³ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

com vistas a centralizar a administração do país, opondo-se fortemente ao governo de Feijó. Tal momento de instabilidade é assim caracterizado por Arno Wehling:

Enfrentavam [as elites, nas quais engloba os fundadores do IHGB], no difícil ano de 1838, poderosas forças adversas, com as tentativas centrífugas regionais que questionavam o poder central, às vezes chegando à secessão (Pará, Bahia, Rio Grande do Sul), e as tentativas abolicionistas. Seu programa estava, assim, ameaçado não só na sua configuração política, a monarquia constitucional, como em seus desdobramentos econômicos, políticos, sociais e ideológicos – liberalismo, grande propriedade, escravidão, padroado, voto censitário. Constituíram, por isso, o partido do regresso, da ordem ou (depois) conservador.⁷⁴

Os conservadores iniciam o movimento voltado para centralizar o poder político-administrativo, denominado Regresso. Para Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves tratou-se de uma “reconstituição de um poder central forte”.

No modo de entender de Sérgio Buarque de Holanda o movimento do Regresso teve inspiração francesa, ganhando as seguintes características:

Inspirados nos publicistas franceses contemporâneos que valorizavam as posições reacionárias, Vasconcelos denominou a frente parlamentar que liderava de Partido do Regresso e definiu-lhe a linha política como um recuo em relação ao que lhe parecia ser a anarquia de um liberalismo excessivo. Numa paráfrase pouco ajustada ao caso brasileiro, disse uma vez que ‘a idéia do mundo não é a do movimento e melhor lhe pode caber a denominação de idéia de resistência’. O lema do regresso não foi, entretanto, bem aceito no Partido e tiveram preferência as denominações de Partido da Ordem e, mais tarde, Partido Conservador.⁷⁵

O movimento do Regresso alcança uma importante vitória ao forçar Feijó a renunciar em 1837 que foi substituído provisoriamente por Pedro de Araújo Lima. A destituição de Feijó encerrou um ciclo no qual as elites políticas que se

⁷⁴ WEHLING, Arno “As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” . In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 338, janeiro/março de 1983.

⁷⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Difel /Difusão Editorial S. A., 1978.

diziam liberais e canalizadoras das idéias reformistas haviam tido uma atuação efetiva. Como entende Lúcia Maria Bastos Pereira Neves, então:

Encerrava-se, assim, uma fase de intensa experimentação quanto ao funcionamento do novo país, que tivera início com a abdicação de Pedro I, em 1831. Fortalecidos novamente, a facção moderada herdeira dos coimbrãos, cujos membros se julgavam, por suas Luzes, os administradores naturais da nação, iria se esforçar para reverter o curso dos acontecimento, garantindo o ideal de um Império unitário, que provinha da tradição intelectual portuguesa em que se tinham formado.⁷⁶

A efetivação do “ideal de um império unitário”, mencionado acima por Neves, ganha impulso com a eleição – em 1838 para o cargo de regente, com ampla maioria dos votos – de Araújo Lima. Ele organiza um ministério com políticos da vertente tradicionalista da política brasileira, que valorizam a preservação no Brasil da cultura lusa, pois haviam se instruído em Coimbra. Dada a formação educacional dos que tomaram parte em tal ministério, ele ficou conhecido como “ministério das capacidades.”

Na visão de José Murilo de Carvalho o “treinamento” [exercício de funções públicas] e a homogeneidade ideológica, fundamentos da educação das elites conservadoras, teriam uma herança portuguesa crucial para a construção do Estado nacional brasileiro:

A homogeneidade ideológica e o treinamento foram características marcantes da elite política portuguesa, criatura e criadora do Estado absolutista. Uma das políticas dessa elite foi reproduzir na colônia um outra elite feita à sua imagem e semelhança. A elite brasileira, sobretudo na primeira metade do século XIX, teve treinamento em Coimbra, concentrando, na formação jurídica, tornou-se, em sua grande maioria, parte do funcionalismo público, sobretudo na magistratura e no Exército.⁷⁷

No “ministério das capacidade” se destaca Bernardo Pereira de Vasconcelos que, de liberal durante o Primeiro Reinado, passa, então, à condição de

⁷⁶ NEVES; MACHADO. *O Império do Brasil*. Op. cit. p.132.

⁷⁷ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

conservador convicto, pretendendo “parar o carro da revolução”. Um manifestação de Vasconcelos – desse ano de 1838 – é reveladora não apenas de suas idéias, mas também das concepções daqueles com os quais assume o poder:

Fui liberal; então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis; o poder era tudo: fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam, e muito comprometeram; a sociedade, que então corria risco pelo poder, corre risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la; por isso sou regressista. Não sou trânsfuga, não abandonei a causa que defendo, no dia dos seus perigos, de sua fraqueza; deixo-a no dia em que tão seguro é o triunfo que até o excesso a compromete. Quem sabe se, como hoje defendo o país contra a desorganização, depois de havê-lo defendido contra o despotismo e as comissões militares, não terei algum dia de dar outra vez a minha voz ao apoio e à defesa da liberdade? [...] Os perigos da sociedade variam; o vento das tempestades nem é o mesmo; como há de o político, cego e imutável servir ao seu país?⁷⁸

Nesse período ser “regressista” significa agir para fortalecer o Estado monárquico e defender a unidade do território. Tal como nas palavras de Vasconcelos, a intenção era evitar a “desorganização e a anarquia”.

Bernardo Ricupero caracteriza a atuação de Bernardo Pereira de Vasconcelos no “Ministério das capacidades”, vinculando-a ao movimento de centralização do poder do Partido Conservador nos seguintes termos:

[...] o chamado “ministério das capacidades”, que tinha como figura mais importante o fundador do Partido Conservador, o juiz mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos, dedicou-se principalmente a restaurar a lei e a ordem, gastando com o exército e a marinha somas significativas, que acarretaram déficits não menos consideráveis. A centralização voltou a ser objetivo prioritário para o governo [...].⁷⁹

Seguindo o movimento de centralização do poder, Araújo Lima implementa uma campanha pública para dar projeção a D. Pedro II, com vistas a aceitação do

⁷⁸ Apud MATTOS, Ilmar Rohloff de; CONÇALVES, Márcia de Almeida. *O império da boa sociedade: a consolidação do Estado imperial brasileiro*. São Paulo: Atual, 1991.

imperador por parte das elites brasileiras. Assim, conforme o pensamento de Sérgio Buarque de Holanda:

[...] os liberais se aproveitaram do próprio impulso dado pelos conservadores ao ideal monárquico para voltar ao poder do qual haviam sido apeados com a renúncia de Feijó. Desde que Araújo Lima assumira a Regência, empenhara-se em projetar para o primeiro plano o Imperador-menino, restabelecendo uma etiqueta de cerimônia cortesã de há muito negligenciadas pelo espírito revolucionário de 7 de Abril. É possível que o tenha feito por um rigor nunca conhecido nas Cortes bem pouco formalistas de Pedro I e D. João VI, pois agora se tratava não do cumprimento de uma exigência formalista mas da execução de um desígnio político. As idéias de regressão política sustentadas pelos conservadores necessitavam do prestígio do trono para atrair, de um lado, os descontentes com o 7 de Abril, e de outro lado, para aceitação popular. Em oposição à singeleza ascética do tempo das Regências Trinas e de Feijó, esmerou-se Araújo Lima em realçar a pompa real em suntuosas solenidades públicas e deliberadamente recolhia-se à penumbra, permitindo que o prestígio do Príncipe fizesse esquecida sua própria posição.⁸⁰

O período no qual os liberais disputam o poder com os conservadores vai da Abdicação de D. Pedro I (1831) até a ascensão ao poder de Araújo Lima, em 1838. Nesse momento, são aprovados dois projetos que se tornaram decisivos para a centralização do poder: a revisão do Código de Processo de 1832, ou seja a Lei de Interpretação de 1840, e a Reforma do Código de Processo possibilitada em 1841. A Lei no. 105 (de 12 de maio de 1840) reviu alguns artigos do Ato Adicional, restringindo a autonomia das províncias por ele estabelecida. A polícia jurídica voltava a ser competência do governo central. A partir de então ficava a cargo das províncias apenas a polícia municipal, assim como defini o Art. 1º:

Art. 1º A palavra – Municipal – do Art. 10 (parágrafo 4º) do Ato Adicional, compreende ambas as anteriores – Polícia e Economia –, e a ambas estas se refere a cláusula final do mesmo artigo – precedendo

⁷⁹ RICUPERO. *O Romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)*. Op. cit. p. 117.

⁸⁰ HOLANDA. *História geral da civilização brasileira*. Op. cit.

Propostas da Câmara. – A palavra – Polícia – compreende a Polícia Municipal, e Administrativa somente, e não a Polícia Judiciária.⁸¹

Assim, a força armada repressiva tão utilizada pelos grandes proprietários para impor a ordem e defender seus interesses voltava a ser uma atribuição do Estado.

A Lei impossibilitava a criação de novos cargos públicos nas províncias e reafirmava a manutenção dos já existentes. A burocracia administrativa retorna para as mãos do governo central:

Art. 2º A faculdade de criar, e suprimir Empregos Municipais, e Provinciais, concedidas às Assembléias de Província pelo parágrafo 7º do Art. 10 do Ato Adicional, somente diz respeito ao número dos mesmos empregos, sem alteração de sua natureza, e atribuições, quando forem estabelecidos por Leis Gerais relativas a objetos sobre os quais não podem legislar as referidas Assembléias.⁸²

A lei também procurava dificultar a demissão dos magistrados, figuras centrais para o controle das magistraturas e dos tribunais:

Art. 5º Na decretação da suspensão, ou demissão dos Magistrados, procedem as Assembléias Provinciais como Tribunal de Justiça. Somente podem portanto impor tais penas em virtude de queixa, por crime de responsabilidade a que elas estão impostas por Leis criminais anteriores, observando a forma de processo para tais casos anteriormente estabelecida.⁸³

Esse contexto de medidas centralizadoras implementadas pelos conservadores é visto da seguinte forma por Emília Viotti da Costa:

O Código de Processos, aprovado em 29 de novembro de 1832, configurava-se como um dos principais instrumentos da descentralização. Tornava a autoridade judiciária independente do poder administrativo, submetendo-a à eleição. Estendia a jurisdição criminal à competência dos juizes de paz, também eleitos. O promotor, o juiz municipal e o juiz de órfãos – que até então tinham sido nomeados pelo governo central –

⁸¹ BRASIL CONSTITUIÇÕES. A CONSTITUIÇÃO DE 1824. LEI No. 105 DE 12 DE MAIO DE 1840. Brasília: Minter, s/d.

⁸² Ibidem, p. 47.

passaram a ser escolhidos a partir de uma lista tríplice proposta pela Câmara Municipal. O Código também conferiu amplos poderes ao júri. Nesse sentido, o Código de Processos foi uma conquista dos liberais radicais. Mas, nem bem aprovado o Código, já se cogitava na Assembléia de anular a autonomia local recém-concedida. E de restringir o seu caráter democrático. A concessão liberal e democratizante provocara uma reação conservadora, que acabou por prevalecer alguns anos mais tarde com a aprovação da lei de 1841 que reviu o Código de Processos, restringindo o poder dos juizes eletivos e ampliando a área de influência dos representantes do governo no poder judiciário e policial – revisão perfeitamente coerente com o espírito do liberalismo regressista que imperava nessa fase.⁸⁴

O fato de o projeto que reformou o Código de Processos só ter sido aprovado em 1841 revela que ele foi repellido pelos liberais, uma vez que, quando de sua aprovação, eles já não estavam no poder. É o que informa Sérgio Buarque de Holanda:

A declaração antecipada da maioria impôs uma pausa ente a aprovação das duas medidas. O projeto de interpretação transformou-se em lei a 12 de maio de 1840 e a Reforma do Código de Processo só a 3 de dezembro de 1841.⁸⁵

Todo esse período de disputas pelo poder entre liberais e conservadores é caracterizado da seguinte forma por Emília Viotti da Costa:

Em 1822, as elites optaram por um regime monárquico, mas uma vez conquistada a Independência, competiram com o imperador pelo controle da nação, cuja liderança assumiram em 1831, quando levaram D. Pedro I a abdicar. Nos anos que se seguiram, os grupos no poder sofreram a oposição de liberais radicais que se insurgiram em vários pontos do país. Ressentiam-se uns da excessiva centralização e pleiteavam um regime federativo; outro propunham a abolição gradual da escravidão, demandavam a nacionalização do comércio, chegando a sugerir a

⁸³ Ibidem, p. 47.

⁸⁴ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

⁸⁵ HOLANDA. *História geral da civilização brasileira*. Op. cit. p. 57.

expropriação dos latifúndios improdutivos. [...] A oligarquia brasileira, no entanto, desde seus primeiros tempos, revelou pequena tolerância para com a oposição. Os grupos no poder consideravam o Ato Adicional (1834), que garantiu maior autonomia aos governos provinciais, a última concessão aos anseios dos grupos radicais. A partir de então, as elites se tornaram mais conservadoras e trataram, na expressão de um de seus representantes, de “parar o carro da revolução”.⁸⁶

Assim, quando o IHGB foi criado o Brasil vivia um momento de intensa e transitória agitação política, pois a Regência estava na iminência de ser erradicada. Já se verifica, por essa ocasião, uma divisão no cenário político: há aqueles que se dizem liberais – como o deputado mineiro Theóphilo Benedito Ottoni – e procuram passar a imagem de que desejam mudanças político-sociais substanciais, e os conservadores – tal como Bernardo pereira de Vasconcelos – que, antes de qualquer outra coisa, defendem a ordem e a unidade do território. Na interpretação de Nelson Werneck Sodré a divisão entre os partidos foi, desde o início, apenas aparente, pois nenhum deles defenderiam princípios definidos, agindo tão somente de acordo com os interesses em jogo, considerando circunstâncias específicas:

Nem se caracteriza a existência dos partidos que ornamentaram a vida do segundo império pela luta sem desfalecimentos em defesa de certos postulados políticos a que se subordinassem, que marcassem a trajetória de cada um deles. Nada disso teve lugar e se houve, no início, logo após a fase da Regência, um divisão partidária nítida, ela foi desaparecendo, com o passar dos anos, para constituir uma coisa comum, um jogo personalista, em que os princípios não eram mais do que meros argumentos vagos, coisas imprecisas, ao sabor de todas as conveniências e de todas as transigências.⁸⁷

Mesmo não havendo definição clara dos princípios defendidos pelos partidos políticos⁸⁸ atuantes no Segundo Reinado, houve certamente uma ação de

⁸⁶ COSTA, *Da monarquia à república: momentos decisivos*. Op. cit. p.10.

⁸⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do segundo império*. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

⁸⁸ No entendimento de Boris Fausto os partidos brasileiros do II Reinado se delinearão no final da década de 1830 e o caminho para o poder nesse momento significava ascensão social e um modo de garantir interesses de grupos: “Os dois grandes partidos imperiais – o Conservador e o Liberal –

conservadores e mesmo de liberais que viam na monarquia uma possibilidade de ordem e de estruturação de um Estado capaz de manter a unidade do território. Devido a isso, procuraram centralizar e fortalecer o governo do imperador D. Pedro II. No esclarecimento de Boris Fausto:

As medidas do “regresso” e a maioria de Dom Pedro, promovida pelos próprios liberais, assinalaram a vitória do modelo centralizador. Daí para a frente, os dois partidos aderiram a ele, embora os liberais insistissem da boca para fora em defender a descentralização.⁸⁹

Quando a maioria de D. Pedro II é outorgada – com sua consequente condução ao poder – há um cenário sócio-político de evidente fortalecimento do governo central, o que é possibilitado pela vigoração de leis e instituições conservadoras. Há, nessa ocasião, mudanças na estrutura da Guarda Nacional. Seus oficiais, que antes eram eleitos, passam a ser nomeados pelo governo. O Conselho de Estado e o Poder Moderador são revigorados. No plano ideológico a viabilidade do projeto conservador é fortemente assegurada pela criação do Colégio Pedro II (1837) e pelo Instituto Histórico e Geográfico, fundado no Rio de Janeiro “Debaixo da Imediata Proteção de S.M.I. O Senhor D. Pedro II.”

A Carta Constitucional – base de todo o funcionamento da monarquia constitucional brasileira – outorgada em 1824 e mantida com poucas alterações durante todo o II Reinado por si só, já de início, foi um instrumento de governo que tendia para a centralização do poder e dificultava mudanças na administração do país. Pela Carta havia quatro poderes: O Executivo, o Legislativo, o Judiciário e o Moderador. Mas a supremacia ficava com o Poder Moderador, tido como um mecanismo de equilíbrio e “chave” para os demais poderes :

Art. 98 O Poder Moderador é a chave de toda a organização Política, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e

ficaram constituídos em fins da década de 1830. [...] Chegar ao poder significava obter prestígio e benefícios para si próprio e sua gente. Nas eleições, não se esperava que o candidato cumprisse bandeiras programáticas, mas as promessas feitas a seus partidários. Conservadores e liberais utilizaram-se dos mesmos recursos para lograr vitórias eleitorais, concedendo favores aos amigos e empregando a violência com relação aos indecisos e aos adversários. A divisão entre liberais e conservadores tinha assim muito de uma disputa entre clientelas apostas em busca das vantagens ou das migalhas do poder.” (FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006).

⁸⁹ Idem, ibidem, p. 98.

seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção de Independência, equilíbrio, e harmonia dos mais poderes políticos.⁹⁰

Todo o poder ficava dependente em última instância das vontades do imperador, uma vez que ele era o “Chefe Supremo da Nação.” Além de “Chefe” do Poder Moderador o imperador também acumulava a direção do Poder Executivo, de modo que todo o sistema funcionava a partir de sua visão de administração. O Art. 101 não deixa dúvidas quanto à centralização do poder nas mãos do imperador:

Art. 101 O Imperador exerce o Poder Moderador.

I. Nomeando os senadores, na forma do Art. 43

II. Convocando a Assembléia Geral extraordinariamente nos intervalos das sessões, quando assim o pede o bem do Império.

III. Sancionando os Decretos, e Resoluções da Assembléia Geral, para que tenham força de Lei: Art. 62.

IV. Aprovando, e suspendendo inteiramente as Resoluções dos Conselhos Provinciais: Arts. 86 e 87.

V. Prorrogando, ou adiando a Assembléia Geral, e dissolvendo a Câmara dos Deputados, nos casos em que o exigir a salvação do Estado, convocando imediatamente outra, que a substitua.

VI. Nomeando, e demitindo livremente os ministros de Estado.

VII. Suspendendo os magistrados nos casos do Art. 154.

VIII. Perdoando, e moderando as penas impostas aos réus condenados por sentença.

IX. Concedendo anistia em caso urgente, e que assim aconselhem a humanidade, e bem do Estado.⁹¹

Segundo a interpretação de Raymundo Faoro o Poder Moderador foi um “instrumento conservador” e serviu para manter as tradições monárquicas no Brasil, pois: “por meio dele, no Segundo Reinado, o país será governado por mão

⁹⁰ CARTA LEI DE 25 DE MARÇO DE 1824. CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO. Brasília: Minter, 1986.

⁹¹ Ibidem, p. 28.

de ferro, dentro do estilo parlamentarista. Sua função é a legalização do estamento burocrático, comandado pelo monarca.”⁹²

A leitura de dois documentos elaborados por políticos pertencentes aos dois partidos de então nos permite ter um entendimento maior sobre o funcionamento do Poder Moderador e o modo como ele se relacionava com os outros poderes, consubstanciando o sistema como um todo. Em *Ensaio sobre o direito administrativo pelo visconde do Uruguay* Paulino José Soares de Sousa – político conservador, presidente da Província do Rio de Janeiro no período de 1836-1840 – analisa a legislação do Estado monárquico brasileiro e o cenário político do II Reinado. Para ele o Poder Moderador seria imprescindível para o país pois, estando acima das “paixões, ninguém o atacaria”, podendo ele estabelecer “um equilíbrio” com os demais poderes. Para tanto, o Poder Moderador só poderia ser exercitado pelo imperador, na medida em que ele seria uma figura neutra que não participaria das disputas entre os partidos:

Não pode, sem graves inconvenientes e sem perder a qualidade de neutro e Moderador, residir o Poder que assim se denomina no Executivo, ou depender dos Ministros, os quais ordinariamente são chefes ou homens de partidos, ou dependentes destes. São muito mais suspeitos, muito mais apaixonados, muito mais dependentes nos atos necessários para estabelecer um equilíbrio, e uma harmonia, que muitas vezes eles próprios destruirão, do que o Chefe Supremo do Estado, o qual sempre permanece, qualquer que seja o partido dominante, qualquer que seja o Ministério, e que tem de preservar o Trono para a sua descendência, e com ela a forma Monárquico-Representativa.⁹³

Como defensor do poder centralizado e da manutenção do ordem, Paulino José Soares de Sousa via no governo monárquico o meio de impossibilitar mudanças na administração, e no sistema escravista de produção. Para ele o Poder Moderador é “poder não de movimento, mas essencialmente conservador”.⁹⁴

⁹² FAORO. *Os donos do poder*. Op. cit., p. 146.

⁹³ SOUSA, Paulino José Soares de. *Ensaio sobre o direito administrativo pelo visconde do uruguay*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1862.

⁹⁴ Idem, ibidem, p. 48.

De outro lado Theophilo Ottoni, político da vertente liberal, critica o Conselho de Estado e o Poder Moderador justamente por ver neles entraves que dificultariam reformas no sistema político e na relação entre os poderes. Segundo Ottoni:

Reabilitado por uma lei inconstitucional, a do Conselho de Estado, o Poder Moderador ressurgiu com pretensões que ninguém se atreveu a emprestar-lhe no Primeiro Reinado, quando era um poder constitucional. Sofismando a constituição, pretende-se hoje que não há responsabilidade para os atos do Poder Moderador, e que o Poder Moderador, filho do direito divino, não tem no exercício de suas funções outra sanção senão o for interno, para não dizer o capricho da prestigiosa individualidade a quem é delegado.⁹⁵

Na visão de Ottoni o Poder Moderador impossibilitaria transformações pelo fato do imperador, na conduta deste poder, não poder ser responsabilizado por seus atos, o que geraria “um vício orgânico do sistema”. Para resolver a questão defende a anulação da inviolabilidade de D. Pedro II:

A palavra governo constitucional é sinônimo de governo responsável: se a entidade inviolável e irresponsável governa pessoalmente, de duas uma: ou se há de anular a inviolabilidade e a irresponsabilidade, ou se há de admitir o absolutismo.⁹⁶

Nas críticas que faz ao governo monárquico, Ottoni deixa claro que o geraria um conjunto de mecanismos tais como o Conselho de Estado e o senado vitalício, o que dificultaria a transparência e a flexibilidade administrativa. Tal situação resultaria em um governo pessoal e “absolutista”. Nesse tipo de governo não seria possível a defesa da cidadania:

O monarca do Brasil não tem ministros válidos, mas Sua Majestade o Imperador tem política pessoal, e a política dos monarcas constitucionais outra não deve ser senão a do parlamento.

⁹⁵ MAGALHÃES, Basílio. *A circular de Theophilo Ottoni*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916.

⁹⁶ Idem, *ibidem*, p. 215.

E conforme as exigências da sua política, Sua Majestade, ora se apoia sobre a facção áulica, ora sobre o partido liberal, ora sobre o partido conservador.

Parece mesmo que em cada partido a política do imperial tem sentinelas avançadas, que procuram modificar os vãos da opinião e obrigam os chefes a não tomar uma posição muito decisiva em relação ao paço.⁹⁷

No momento de criação do IHGB, a nacionalidade e a nação brasileira ainda estavam por ser construídas. Por isso, os fundadores do Instituto insistem na utilidade da instituição para efetivar tais fins.

Januário da Cunha Barbosa procura evidenciar a idéia de que já existiria um patriotismo homogêneo no país, com crenças e desejos comuns. Seu objetivo é demonstrar que os “esforços” que homens ilustrados como ele estavam fazendo para criar instituições representativas do Império brasileiro iriam ao encontro de um anseio patriótico que, no seu modo de entender, já havia se estruturado no país. Desse modo, no discurso que profere na solenidade de inauguração do IHGB afirma que o Instituto, nos moldes que estava sendo fundado, estaria apto a concretizar os anseios que cada brasileiro teria para engrandecer sua pátria:

Não se compadecia já com o gênio brasileiro, sempre zeloso da glória da pátria, deixar por mais tempo em esquecimento os fatos notáveis de sua história, acontecidos em diversos pontos do Império, sem dúvida ainda não bem designados. Eis o motivo senhores porque seus membros do conselho da Sociedade da Indústria Nacional, e também sócios do Instituto de Paris, participando dos generosos sentimentos dos nossos literatos, se animaram a propor a fundação de um Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que sob os auspícios de tão útil quanto respeitável sociedade curasse de reunir e organizar os elementos para a história e geografia do Brasil, espalhados espalhados por suas províncias [...].⁹⁸

A intenção do Instituto de centralizar os “elementos para a história e geografia do Brasil” busca, efetivamente, criar uma identificação e um direcionamento ideológico único para o Brasil. Por isso se fala “em gênio, sempre zeloso da glória da pátria”. Para se construir a nação seria necessário estancar as

⁹⁷ Idem, *ibidem*, p. 217.

⁹⁸ BARBOSA. “Discurso”. Op. cit. p. 10.

contestações provinciais que procuravam, segundo Cunha Barbosa, garantir seus interesses imediatos e não buscavam solidificar a idéia de país homogêneo. Empreitada complicada para uma sociedade marcada por uma rígida estratificação social, pela estrutura produtiva escrava, por uma numerosa população indígena e por um contingente de “homens livres”. Portanto, uma sociedade marcada pelos mais diversos interesses. De modo que o projeto conservador de nação para se viabilizar teve que ser incutido através de imposições, exclusões e persuasões, pois tratava-se de se definir quem seria brasileiro e quais os contornos da nação para o império. Segundo Ilmar Rohloff de Matos os grupos dirigentes decidiram do seguinte modo quais seriam os brasileiros:

Eram, pois, cidadãos brasileiros todos aqueles que reuniam dois “caracteres” fundamentais: a nacionalidade e a liberdade. E eram “estranhos”, ou não-cidadãos, aqueles que não possuíam tais “caracteres”: os estrangeiros e os escravos.⁹⁹

Pela via do convencimento e da persuasão ideológica, a construção do Estado e da nação brasileira passou por um caminho complicado e demorado, já que se tornava necessário incutir, nas diferentes elites, a identificação com o poder centralizado e persuadi-las a aclimatar seus interesses locais no âmbito maior do país homogêneo.

O IHGB funcionou como espaço significativo para socializar e implementar os interesses das classes dirigentes que construíram o Estado e a nação Brasileira. Para Manoel Luís Salgado Guimarães, a idéia de nação elaborada no âmbito do IHGB se faz pela interpretação da história nacional praticada pela instituição:

A leitura da história empreendida pelo IHGB está, assim, marcada por um duplo projeto: dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a contudo numa tradição de civilidade e progresso, idéias tão caras ao iluminismo. A Nação, cujo retrato o instituto se propõe a traçar, deve, portanto, surgir como o desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e européia. Tarefa sem dúvida a exigir esforços imensos, devido à

⁹⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff de; GONÇALVES, Márcia de Almeida *O império da boa sociedade: a construção do Império brasileiro*. São Paulo: Atual, 1991.

realidade social brasileira, muito diversa daquela que se tem como modelo.¹⁰⁰

2.2 Quem comanda o Estado nacional brasileiro e a quem interessa a construção da idéia de nação na historiografia brasileira

Os historiadores que trataram do processo de reestruturação do Estado nacional brasileiro durante o Segundo Reinado e da construção da idéia de nação discordam em muitos aspectos, entre os quais: qual grupo liderou a solidificação e assumiu o controle do Estado? Teria sido o Estado monárquico fruto de um acordo nacional ou imposto a partir da ação de uma classe pertencente a uma dada região do país? O imperador teria sido figura atuante na administração do Estado ou manipulado pelas elites?

Nelson Werneck Sodré foi quem apresentou um dos primeiros estudos sobre a questão em 1939. Para este historiador a Revolução Constitucional do Porto (1822) precipitou acontecimentos políticos no Brasil, quando o país teria se visto repentinamente diante da necessidade de estruturar um novo Estado. As elites agrárias – compostas pelos senhores de engenho – teriam forças econômicas e políticas na ocasião, e por isso teriam assumido naturalmente a construção do Estado:

A ascensão da elite agrária é muito rápida. Ela já estava constituída e apta a dirigir o país. Com os acontecimentos precipitados e havendo necessidade de estabelecer a estrutura do novo Estado, não houve mais do que um simples ato de posse.¹⁰¹

Para Werneck as elites agrárias substituíram a elite burocrática portuguesa no comando do Estado com a Independência:

[...] a elite lusitana teve de abandonar os cargos públicos do país, é do interior que vem a nova corrente reformadora da mentalidade administrativa, a corrente dos senhores da terra, dos oligarcas poderosos que, até então, numa longa maturidade de séculos se

¹⁰⁰ GUIMARÃES. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional.” Op. cit. p. 8.

¹⁰¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do segundo império*. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

havia conservado à margem da direção da coisa pública, construindo a riqueza do Brasil.¹⁰²

Com a Abdicação de D. Pedro I teria surgido uma nova classe dominante – “a elite dos letrados” no Rio de Janeiro – que procurou se impor ao restante do país. Segundo Sodré esta é a “fase urbana” do Brasil, na qual o exercício do poder teria sido transferido das localidades para o centro, na Corte:

[...] a elite dos letrados, na fase urbana que se acelerou ao tempo do regime inaugurado com a Independência e na ação desintegradora do processo econômico que apresentou a fragmentação da grande propriedade rural, com o desbarato de tudo aquilo que era a representação da sua força inconteste: a sua capacidade e autonomia para fazer justiça, para punir, para reprimir, a posse de grande número de escravos, a ação direta sobre a administração provincial e municipal.¹⁰³

No modo de entender de Sodré, a “elite dos letrados”, ao assumir o poder, procurou persuadir as antigas elites agrárias de que também elas deveriam ter representação no Estado, oferecendo-lhes títulos nobiliárquicos e cargos ineficazes. O resultado teria sido a centralização absoluta do poder e a ausência de questionamentos quanto à transferência de poder entre essas elites, o que teria gerado um desequilíbrio de forças:

Dominar o poder onde ele mantinha a sua expressão exterior, foi, talvez inconscientemente, a obra inicial do segundo império. Quando, após o primeiro decênio do governo de D. Pedro II, essa obra foi concluída, a administração, o fisco, a economia, a justiça, o predomínio local – expresso no governador – estavam enfeixados no centro e dele emanavam todas as modificações e a orientação geral com que se desequilibrou a existência nacional.¹⁰⁴

Para Sodré o governo de D. Pedro II teria favorecido sobremaneira a “elite letrada” e a classe militar, destituindo do poder os senhores rurais. O grande erro desse governo na opinião do autor teria sido confundir centralização do poder com unidade do território, levando a uma administração que teria ignorado as

¹⁰² Idem, ibidem, p. 161.

¹⁰³ Idem, ibidem, p. 164.

¹⁰⁴ Idem, ibidem, p. 163.

especificidades regionais e a uma imposição de uma concepção de nação específica de uma classe:

O grande erro da política imperial foi confundir centralização com unidade. Para esse ponto de vista descentralizar correspondia seccionar. Nunca pôde o regime, pelos seus mais distinguidos representantes, conformar-se com a federação. Bateram contra ela todos os que se apegaram ao império, na força das suas instituições. [...] O segundo império se fizera paladino da unidade, ele se debatera por ela, fundira-a num cadinho prodigioso, solidificara os laços que prendiam as províncias entre si e todas ao centro. Mentalidade de imediatistas que não podiam ver as consequências destruidoras de uma centralização espantosa num país das condições do Brasil.¹⁰⁵

José Murilo de Carvalho discute a construção do Estado nacional brasileiro a partir da herança do modelo de Estado português. Para ele o Estado lusitano teve como tradição ser administrado por magistrados com uma formação acadêmica e ideológica comum, o que os fez se identificar com a figura do rei e com a orientação de seu governo. A formação jurídica e o treinamento em cargos burocráticos espalhados pelas possessões do império português incutiam nos burocratas do Estado obediência à monarquia, o que daria sustentação para toda a estrutura administrativa. Ao transferir esse modelo de Estado para o Brasil, Portugal teria sedimentado no país a mesma tradição administrativa:

O Brasil dispunha, ao tornar-se independente, de uma elite ideologicamente homogênea devido a sua formação jurídica em Portugal, a seu treinamento no funcionalismo público e ao isolamento ideológico em relação a doutrinas revolucionárias. Essa elite se reproduziu em condições muito semelhantes após a Independência, ao concentrar a formação de seus futuros membros em duas escolas de direito, ao fazê-las passar pela magistratura, ao circulá-los por vários cargos políticos e por várias províncias.¹⁰⁶

Tal como no império português, a elite burocrática brasileira completaria sua formação em cargos públicos nas diferentes províncias do país, o que lhe

¹⁰⁵ Idem, *ibidem*, p. 251.

traria um conhecimento global sobre o funcionamento da estrutura estatal e sobre modo de conservá-la. Para Carvalho os burocratas brasileiros, por representarem os interesses de uma aristocracia da qual muitas vezes faziam parte viam no fortalecimento do Estado um interesse pessoal:

A burocracia [do Estado brasileiro] era dividida em vários setores e a homogeneidade da elite provinha mais da socialização e do treinamento do que de *status* comum e de privilégios que a isolassem de outros grupos sociais. O Estado, por sua vez, dependia profundamente da produção agrícola de exportação e encontrava na necessidade da defesa dos interesses dessa produção um sério limite a sua liberdade de ação.

A homogeneidade da elite pela educação comum na tradição do absolutismo português e pela participação na burocracia estatal fazia com que o fortalecimento do Estado constituísse para ela não só um valor político como também um interesse material muito concreto.¹⁰⁷

Ilmar Rohloff de Mattos por sua vez não considera que já havia um modelo de Estado prévio que teria sido reproduzido no transcorrer dos acontecimentos. Para ele, o Estado brasileiro foi construído por uma classe dominante que se tornou dirigente e se constitui durante o próprio processo. Sob uma perspectiva gramsciana,¹⁰⁸ entende o Estado monárquico brasileiro como um lugar de atuação de uma classe – os saquaremas – que a partir desse *locus* consegue “exercer uma direção intelectual e moral” sobre as demais.

O Estado nacional brasileiro seria o resultado da ação dos saquaremas, isto é, cafeicultores da província do Rio de Janeiro que fazem “a direção saquarema a

¹⁰⁶ CARVALHO. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Op. cit., p. 39.

¹⁰⁷ Idem, *ibidem*, p. 42.

¹⁰⁸ No pensamento de Antonio Gramsci o Estado é resultado da ação de uma classe que consegue impor sobre as demais uma determinada orientação política e moral, universalizar seus próprios interesses. No processo de construção do Estado nacional: “As ideologias germinadas anteriormente se transformam em “partido”, entram em choque e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma combinação delas, tende a prevalecer, a se impor, a se irradiar em toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral. Coloca todas as questões em torno das quais se acende a luta não num plano corporativo, mas num plano “universal”, criando, assim, a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. O Estado é concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima deste grupo. Mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma

partir do pequeno núcleo de políticos da província fluminense que tinham como elementos norteadores os princípios de Ordem e Civilização”¹⁰⁹. Os saquaremas “erigem a Coroa em Partido, reservando-lhe um monopólio particular: o monopólio da responsabilidade.”¹¹⁰ Ao assumirem o poder, eles conseguiram universalizar seus interesses e expandir sua atuação:

Por dirigentes saquarema s estamos entendendo um conjunto que engloba tanto a alta burocracia imperial – senadores, magistrados, ministros e conselheiros de Estado, bispos entre outros – quanto os proprietários rurais localizados nas mais diversas regiões e nos mais distantes pontos do império, mas que orientem suas ações pelos parâmetros fixados pelos dirigentes imperiais, além de professores, médicos, jornalistas, literatos e demais agentes “não públicos” – um conjunto unificado tanto pela adesão aos princípios de Ordem e Civilização quanto pela ação visando a sua difusão.¹¹¹

Segundo Mattos os barões do café a partir de uma complexa rede de relações sociais, conseguiram se impor e se transformar em classe dirigente:

Eles [os saquaremas] participavam das reuniões das câmaras municipais; elegiam-se para a Assembléia Provincial; formavam na Guarda Nacional casavam suas filhas com bacharéis que deferiam representá-los junto ao governo geral; obtinham auxílios do Tesouro imperial; recebiam ou compravam títulos de nobreza, tornando-se “barões do café”; construíam luxuosos palacetes ou casas sólidas e vastas na Corte.¹¹²

Como uma aristocracia agrária que obtinha lucros através da monocultura, os saquaremas desejariam, para Mattos, um Estado forte e centralizado, que impossibilitasse mudanças em sua estrutura e mantivesse a hierarquia social. Nesse sentido, eles seriam “defensores intransigentes da estrutura colonial de produção.”¹¹³

expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”. “ (GRAMMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968)

¹⁰⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

¹¹⁰ Idem, ibidem, p. 17.

¹¹¹ Idem, ibidem, pp. 15-6.

¹¹² Idem; GONÇALVES, Márcia de Almeida. *O império da boa sociedade: a construção do Império brasileiro*. São Paulo: Atual, 1991.

¹¹³ Idem, ibidem, p. 48.

Mattos vincula a solidificação do Estado monárquico ao movimento regressista dos políticos conservadores e à expansão da produção de café. Diferentemente do que defende José Murilo de Carvalho, Mattos entende que os barões do café teriam participação tão decisiva quanto os burocratas na construção e manutenção do Estado nacional brasileiro:

A ascensão e o triunfo dos saquaremas – e, por extensão, dos regressistas ou conservadores – explica-se também pela expansão cafeeira e, por extensão, dos negócios cafeeiros, envolvendo os proprietários de escravos e de terras, os comissários de café, os traficantes negreiros e a burocracia imperial.¹¹⁴

Um dos estudos mais recentes sobre o assunto é o de Míriam Dolhnikoff. Segundo ela, após a Abdicação de D. Pedro I dois projetos de Estado teriam se confrontado. De um lado estaria o projeto daqueles que defendiam maior autonomia para as províncias, isto é, um sistema de governo federativo. De outro o projeto dos que lutavam pela centralização. O primeiro desses projetos teria sido vencedor com a destituição de D. Pedro I, passando então a sofrer oposição do segundo. Aquele teria procurado “acomodar as elites provinciais no interior do novo Estado, garantindo a elas iniciativa política e participação efetiva no processo decisório.”¹¹⁵ O projeto que se opunha ao federativo seria:

[...] herdeiro da ilustração pombalina, que priorizava a necessidade de reformas que possibilitassem a emergência de uma nação segundo os padrões que seus defensores definiam como próprias do mundo civilizado. De seu ponto de vista, apenas um regime centralizado, conferindo ao governo central o monopólio da iniciativa política, seria capaz de empreender as reformas desejadas.¹¹⁶

No modo de entender de Dolhnikoff, o Brasil teve como herança do Período Colonial a fragmentação do território – dada a falta de vínculos entre as províncias – e a oposição de interesses dos grupos dirigentes das diferentes regiões do país. Nessa situação, a unidade só seria possível através de um pacto entre as elites

¹¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 48.

¹¹⁵ DOLHNIKOFF, Míriam. *O pacto federativo – origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2005.

¹¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 23.

dirigentes. Assim, a autora defende a tese de que o Estado nacional brasileiro teria sido possível não pela imposição de uma classe sobre as demais, mas por um pacto entre as diferentes elites brasileiras do Segundo Reinado.

No modo de entender da autora, o poder local e o nacional teriam encontrado um ponto de equilíbrio, necessário para a construção do Estado na. Os grupos dominantes regionais teriam encontrado espaços de atuação nas assembleias provinciais e poderiam nelas defender seus interesses. Por esse motivo teriam aderido ao Estado nacional:

Através das Assembleias Provinciais os grupos dominantes locais por fim assumiram a direção político-institucional das províncias, de tal sorte que encontravam, no âmago do Estado, nichos de acomodação contornáveis o suficiente para dispersar os vãos separatistas. [...]

Na medida em que tomavam parte e partilhavam os monopólios da tributação, da legislação e da coerção, e que desfrutavam de certa liberdade para exercer o controle institucional sobre suas respectivas províncias, as elites provinciais aderiram ao Estado nacional sediado no Rio de Janeiro.¹¹⁷

¹¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 65.

3

**Francisco Adolfo de Varnhagen: A Busca de uma Literatura
Condizente com a “Grandeza” do Impé**

3.1. A defesa de uma literatura nacional que não renegue suas raízes portuguesas

No princípio do século XIX – a partir do qual o romantismo se propaga pelo Ocidente – verificou-se a incorporação da literatura à ideologia dos recentes Estados-nações que passaram a utilizá-la para suas devidas estruturas. A literatura se configura, então, a partir de uma conceituação moderna, isto é, deveria ser a expressão da subjetividade do poeta e da singularidade da nação. Como demonstra Luiz Costa Lima, foram os teóricos alemães do final do século XVIII que reivindicaram para a arte o seu compromisso com os sentimentos, com as sensações e percepções do artista: “o conceito moderno de literatura, como exploração e expressão do infinito contido na subjetividade individual, só se formula nas décadas finais do século XVIII alemão, sobretudo por Fricrich Schlegel e Novalis.”¹¹⁸

O Romantismo surge com reação à permanência dos valores clássicos – fortemente presentes até o Iluminismo. Os românticos acreditavam que a ordenação e o entendimento do mundo e da cultura regidos por leis e modelos, tal como os prescrito na poética de Aristóteles e Horácio, impossibilitava a liberdade e a expressão do pensamento individual. Essa liberdade era requerida para uma autêntica, singular e espontânea manifestação dos desejos, dos sentimentos e dos questionamentos essenciais do ser humano. Do mesmo modo, impossibilitava uma nova compreensão da realidade. No modo de entender de Anatol Rosenfeld:

[...] pode-se dizer que tanto o Sturm und Drang como o romantismo têm tendências anti-clássicas, opondo-se aos seus cânones em geral e em particular ao seu equilíbrio, proporção, ordem, harmonia, objetividade, ponderação, disciplina e visão apolínea.¹¹⁹

No momento no qual se procurou exprimir e difundir o valor dos sentimentos e da sensibilidade intrínsecos do artista, e de sua percepção do real,

¹¹⁸ LIMA, Luiz Costa. “Literatura e nação: esboço de uma releitura”. In: *Revista brasileira de literatura comparada*. Rio de Janeiro, Abralic, 1996.

¹¹⁹ ROSENFELD, Anatol. *Texto/Contexto*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

houve o questionamento e a abolição da sujeição aos modelos preestabelecidos pela tradição clássica. Na desafiadora elaboração de Friedrich Schlegel: “Em sua rigorosa pureza, todos os gêneros poéticos clássicos são agora ridículos.”¹²⁰

Entretanto, segundo Costa Lima, a emergência dos Estados-nacionais provocou uma espécie de acomodação nessa formulação: “O Estado nacional começou a apropriar da literatura antes mesmo de ela se apresentar como o território próprio e por excelência do sujeito individual.”¹²¹ Dada a apropriação da literatura pelo Estado, ela se propõe a exprimir, além da subjetividade do poeta a peculiaridade do “povo” no qual o escritor se encontra inserido. Nesse momento, há um esforço, por parte dos dirigentes políticos, de identificar a literatura com a nação em que ela é produzida, o que representa, sob certo aspecto, outra reação às pretensões universalistas do Iluminismo. Assim esclarece Benedito Nunes: “Ao cosmopolitismo abstrato do século XVIII, supressor das diferenças nacionais, o Romantismo opôs um nacionalismo concreto.”¹²²

No caso brasileiro, a vontade de se ter uma literatura com características próprias, portanto singulares, surge somente após a Independência política do país. Com a ruptura política, houve uma ação direcionada da elite letrada no sentido de equalizar autonomia política com a literária. Mas essa não foi uma tarefa desprovida de discordâncias e embates para esse grupo. No modo de entender de Antonio Candido, o processo de ruptura com a literatura portuguesa – com todas as variantes que ele teve – resultou do “desejo de dar equivalente espiritual à liberdade política, rompendo, também nesse setor, os laços com Portugal.”¹²³

Concomitantemente à apropriação da literatura pelo Estado, certos literatos procuram estabelecer o cânone literário nacional em consonância com projetos políticos que intentam legitimar. Bem entendido, essa é uma ação dos intelectuais ligados a D. Pedro II. Por isso a literatura torna-se um veículo de produção

¹²⁰ SCHLEGEL, Friedrich. *O dialeto dos fragmentos*. São Paulo: Editora Iluminura Ltda., 1997.

¹²¹ LIMA, op. cit. p. 33.

¹²² NUNES, Benedito. “A visão romântica”. In: GUINSBURG, J.. *O Romantismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

¹²³ CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade – estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

ideológica. Francisco Adolfo de Varnhagen é um dos primeiros intelectuais brasileiros que elabora um cânone literário para o Brasil, na obra *Florilégio da poesia brasileira*.

Assim como faz em outros textos de sua autoria, neste livro Varnhagen posiciona-se frente ao debate, próprio de seu tempo, que discutia quais seriam os traços da literatura brasileira e quais autores deveriam representá-la. Deixa evidente seu posicionamento já no prólogo de seu *Florilégio*, declarando-se “inimigo do monopólio literário”. Com tal declaração ele intenta praticar uma literatura que, ainda que brasileira, não rompa, nem se oponha às suas raízes européias, particularmente portuguesas. Como toda a sua produção destina a justificar e a demonstrar o êxito do sistema colonial português, não se opõe à permanência de elementos da tradição lusa na cultura brasileira. O continuísmo que defende pode ser demonstrado na defesa e no elogio das ações dos monarcas lusos em território brasileiro:

O primeiro soberano [D. João VI] que veio à América franqueou os portos do Brasil e elevou-o à categoria de reino. O segundo emancipou-o com uma coroa imperial. Qual deverá ser a missão do terceiro? Do primeiro soberano nascido no novo mundo? Não será a de organizar fundamentalmente e assegurar para sempre o seu vasto império?¹²⁴

No *Florilégio* Varnhagen defende que se deve entender a literatura e a cultura brasileira como um desenvolvimento espontâneo, previsto de sua matriz portuguesa, que na América ganharia elementos próprios de seu contexto de produção:

Aqui desejaria alguém que entrássemos na questão da divisibilidade das literaturas portuguesa e brasileira, o que vários julgam impossível, em consequência da uniformidade da língua. Repugnará sempre a nosso ânimo entrar em tal questão, por nos parecer que os argumentos de parte a parte poderão correr o risco de sair pedantes, ou demasiado

¹²⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. “Memorial orgânico oferecido à nação.” In: *Guanabara – Revista Mensal, Artística, Científica e Literária* (tomo I). Rio de Janeiro, 1851.

escolásticos, sem falar dos mal entendidos preconceitos de amor próprio nacional numa questão literária.¹²⁵

O autor considera um despropósito a polêmica que girava em torno da tentativa de estabelecer demarcações rígidas entre as literaturas brasileira e portuguesa, acreditando que os brasileiros não deveriam renegar a tradição lusa. No *Florilégio* há evidências de que o autor acredita ser importante para a produção literária brasileira – aquela que exprima a cor local – não se opor à herança cultural lusitana:

Longe de nós o consignar a idéia de que no Brasil não se deve, e muito estudar os clássicos portugueses e a gramática. Pelo contrário, reputamos essa necessidade urgentíssima, ao vermos que os nossos melhores escritores, – os que mais agradam ao Brasil, foram os que mais os folhearam.¹²⁶

Esta postura do autor não passou despercebida a José Aderaldo Castello que elogia a importância concedida por Varnhagen à herança cultural portuguesa:

Em certo sentido, o que caracteriza a atitude crítica de Varnhagen, ressaltado sobretudo como pesquisador e historiador, o põe, apesar do seu patriotismo, numa posição um tanto oposta – talvez mesmo retardada – a de outros escritores brasileiros românticos, como por exemplo um Gonçalves de Magalhães, uma vez que se considere cronologicamente a sua obra crítica publicada. Varnhagen é assim outra face do nosso pensamento crítico da época romântica, impregnada ainda de luso-brasileiro, sem aquela vibração patriótica, nacionalista, injustamente antilusitana da face direita, com o citado Gonçalves de Magalhães, sugestionado pelas advertências de Garret e Ferdinand Denis, conforme ele se manifestou à de 1836.¹²⁷

Para Castello, Varnhagen “é a outra face do nosso pensamento crítico da época romântica, impregnada ainda de luso-brasileiro”. Varnhagen se coloca

¹²⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Florilégio da poesia brasileira ou coleção das mais notáveis composições dos poetas brasileiros falecidos, contendo as biografias de muitos deles, tudo precedido de um ensaio histórico sobre as letras no Brasil*. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira de Letras, 1946.

¹²⁶ Idem, ibidem, p. 7.

¹²⁷ CASTELLO, José Aderaldo. *Textos que interessam à história do romantismo*. São Paulo: Comissão Estadual de Cultura, s/d.

numa tradição de intelectuais conservadores – tais como Januário da Cunha Barbosa e Karl Friedrich Phillip von Martius – que defendem a manutenção e a permanência das instituições e os valores “civilizatórios” trazidos ao Brasil pela monarquia lusa. Para eles, a cultura brasileira deveria ter seus traços particulares, mas não poderia se opor e deixar de valorizar os vínculos com a cultura portuguesa. Tal postura está presente em ensaios literários – a exemplo do *Florilégio* – e propostas de historiografia como as veiculadas na *Revista do IHGB* de autoria de Januário da Cunha Barbosa e Karl Friedrich Phillip von Martius, elaboradas sob a égide dos grandes feitos, das personalidades ilustres, e voltada para afirmar os valores “civilizatórios” e cristãos, e do comprometimento com a monarquia portuguesa.

Monarquista convicto e defensor dos valores da tradição lusa, Varnhagen procura selecionar textos e praticar uma determinada leitura das poesias que – de um ponto de vista conservador – promovam uma espécie de junção simbiótica entre as duas tradições. Quer atingir, além do leitor brasileiro, o público português, pois sua canonização de autores é “brasileira, ao menos no assunto”. Mas “julgamos dever dar sempre preferência a esta ou aquela composição mais limada, porém semigrega”. De forma que o resultado para Varnhagen é “que esta coleção adquirirá com isso mais interesse para o leitor europeu, ao passo que deve lisonjear o americano.”¹²⁸

Assim como outros literatos da crítica romântica brasileira, que se gabam de produzir antologias que serviriam para impedir que poetas brasileiros se perdessem na obscuridade¹²⁹, Varnhagen vê na valorização da literatura nacional um modo de inserir o Brasil no rol das nações civilizadas da Europa. É por esse motivo que

¹²⁸ VARNHAGEN. *Florilégio da poesia brasileira*. Op. cit., p. 3.

¹²⁹ No prólogo de seu *Parnaso brasileiro* Januário da Cunha Barbosa diz que sua intenção, ao elaborar uma antologia de poetas brasileiros, é demonstrar que o Brasil teria uma produção poética expressiva que o colocava no nível de civilização das nações cultas européias: “[...] em uma palavra, o Brasil gozando a dita de ter visto nascer no seu solo poetas ilustres, que os mais belos tempos da Grécia e do Lácio se não dedignariam de contar por seus poetas, aos quais exatamente compete o *mens diviniar, adque os magna sonatorum* do grande lírico romano; talvez porque no meio das suas desaventuras nunca teve ócio sobejo para lhes levantar padrões, que os tirasse do pó do esquecimento, não podia ostentar-se entre as nações cultas tão fecundo e rico em tesouros de nobre poesia, quanto em realidade deles se achava abastado. BARBOSA, Januário da Cunha. *Parnaso da poesia brasileira*. In: ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

ele não perde de vista o leitor europeu. Entretanto, a literatura, segundo os críticos desse período – a exemplo de Januário da Cunha Barbosa, João Manuel Pereira da Silva, Santiago Nunes Ribério, Joaquim Norberto de Sousa Silva e Varnhagen – também deveria ser instrumento para a criação da identidade nacional. Sendo assim, o *Florilégio* é feito sob o dilema de promover a civilização no Brasil – entendida como herança e legado da cultura lusa – e a necessidade premente de construção e sedimentação da literatura brasileira e da idéia de nação.

Assim, sob a perspectiva da construção da idéia de nação, o autor postula que a poesia brasileira deveria tratar apenas de temas locais e ter suas próprias características, pois:

[...] esta opinião do vulgo, que acha também em Portugal mui ridículo um dos nomes de mais glória para o Brasil – o Ipiranga – prova que a poesia brasileira tem que declarar-se independente da mãe-pátria: pois desgraçado do poeta do Brasil que, ao chegar-lhe a inspiração, tivesse que mandar consultar um de seus filhos, que nunca tivesse ido à América (pois a estes se acostuma o ouvido como é natural) , se tal ou tal palavra lhe promove o riso, como o jacarandá ao censor.¹³⁰

De outro modo, Varnhagen defende que o português falado no Brasil deve resguardar as tradições da cultura local. Mas os brasileiros não deveriam perder de vista que se trata de uma língua trazida por Portugal. Valoriza, assim a matriz linguística que originou o português a fim de que ele pudesse se desenvolver de forma singular em solo brasileiro. Para Varnhagen, esse é um elemento fundamental que liga as duas culturas, que, por isso, não deveriam se rivalizar. Nesse sentido, tece elogios pela forma como a língua portuguesa se desenvolve na Europa, em contraste com o que teria ocorrido com a espanhola:

O português poliu-se sem degenerar quase nada de sua filiação galego-asturiana, nem corromper o valor das articulações latinas. O castelhano, procedente da mesma filiação, só chegou àquele resultado, depois de arabizar-se muito, de adotar o gutural árabe, e de alterar insensivelmente outras articulações latinas. O português de hoje é o mais legítimo, representante do antigo castelhano, e do domínio romano na Espanha: e o

¹³⁰ VARNHAGEN. *Florilégio da poesia brasileira*. Op. cit., p. 7.

castelhano moderno serve a comprovar quanto o domínio de uma nação estrangeira pode fazer variar um idioma já bastante formado.¹³¹

3.2 A canonização como um imperativo para a nacionalidade e para a identidade nacional

A seleção de poetas proposta por Varnhagen em seu *Florilégio* possui, antes de qualquer outro aspecto, um caráter de parcialidade e de imposição. Ao buscar elementos para a construção da literatura e da nacionalidade brasileira – tais como uma produção literária feita por brasileiros natos que trate da natureza do país – pratica uma leitura nacionalista e patriótica dos poetas que canoniza. Preocupa-se tanto em fazer uma avaliação estética criteriosa das poesias compiladas, como buscar nelas as referências que os poetas fazem à realidade brasileira.

Nesse sentido, mostra-se enfático ao explicitar que apenas estão em seu *Florilégio* poetas nascidos no Brasil, ou seja, exclui daí a produção dos estrangeiros. Mesmo os portugueses que viveram no país e trataram de temática local estão excluídos de seu cânone:

Cumprindo adotar uma regra para os que devia ter entrada na nossa coleção, fizemos prevalecer a do nascimento no Brasil, por ser o princípio mais geral que (salvo casos mui especiosos ou de pretendidas argúcias) instintivamente em nossos ânimos prevalece, quando se trata até das províncias do mesmo reino, em que a pátria natal prefere sempre à terra em que nos estabelecemos, bem como em direito internacional, quando não há declaração em contrário, a nacionalidade de origem prefere à do domicílio.

Por esta razão excluímos Pinto Brandão e Diniz, embora escrevessem versos sobre assuntos do Brasil. Marcial, os Sênecas, Lucano, e vários imperadores bem se criaram e viveram em Roma; e, sem embargo, pelo seu nascimento os mesmos escritores romanos lhes chamam hispanos, não esquecendo jamais sua origem.¹³²

Pela produção poética que Varnhagen seleciona, pretende encontrar no passado, nas poesias que ele se gaba de trazer à luz, elementos que distingam o

¹³¹ Idem, ibidem, p. 9-10.

¹³² Idem, ibidem, p. 4-5.

Brasil como nação e como império, capazes de produzir uma cultura singular. Para a concretização de seus propósitos políticos imediatos – construir a nação e a identidade brasileira –, busca no passado maneiras de satisfazer necessidades políticas que lhe são prementes: defesa da monarquia portuguesa, construção do Estado monárquico brasileiro, da identidade nacional e da idéia de nação. Acreditando que na Colônia já havia um germe de nacionalidade brasileira, julga encontrar aí a gênese para a nação brasileira.

Com tais propósitos, Varnhagen seleciona Anônimo Itaparicano informando que seu anonimato teria sido uma vontade do próprio poeta. Mas, com o espírito investigativo que lhe era peculiar, e com sua vontade de ser o primeiro a descobrir e a revelar informações que acredita valiosas e úteis para o país, Varnhagen transcreve uma carta que atribui a esse poeta na qual ele teria manifestado seu desejo de permanecer na obscuridade. Nesse sentido, o antologista informa:

Debaixo desta designação vamos alistar no nosso ensaio de biblioteca da poesia brasileira outro americano cultor das amenas letras. Foi ele mesmo quem quis figurar com tal designação [...].

Eis os fatos. Veio-nos à mão um livro em 4º raríssimo, não mencionado em catálogo ou biblioteca alguma, de 128 páginas (além das 4 no princípio), sem lugar, nem ano de impressão, e com o seguinte título no rosto: *“Eustachidos. Poema sacro e tragicômico, em que se contém a vida de Sto. Eustachio martyr, chamado antes Placido, e de sua mulher e filhos. Por um anonymo, natural da ilha de Itaparica, termo da Cidade da Bahia. Dado à luz por hum devoto do Santo.”*¹³³

A decisão desse poeta de se manter anônimo é recebida como um mérito dos propósitos patrióticos nela. Itaparicano teria se eximido da glória que poderia ter, ao escrever um livro de poesias estenderia a todos os seus conterrâneos:

[...] o poeta que na parte da glória que lhe caberia por esta composição fez abnegação do seu nome em pró de todos os seus conterrâneos, em nome da bahiana ilha sua natalícia, o próprio poeta, dizemos, consente pela sua naturalidade o descobramos.¹³⁴

¹³³ Idem, ibidem, p. 197.

¹³⁴ Idem, ibidem, p.198.

Entretanto, como Varnhagen adota o critério nacionalista de nascimento para reunir os poetas de seu *Florilégio*, não respeita o desejo de anonimato de Itaparicano, revelando sua suposta identidade:

Ora pois, as letras, sobretudo as do princípio do século passado, a que indubitavelmente pertence o livro por todos os indícios tipográficos, não conhecem outro itaparicano seu cultor, além do Padre jesuíta Francisco de Sousa, autor da conhecida obra “*O Oriente conquistado*”.¹³⁵

Uma das poesias de Anônimo Itaparicano selecionadas demonstra de forma clara a intenção de localizar o patriotismo no período colonial. Varnhagen ressalta as referências ao cenário local e o “amor da pátria” que estariam presentes na poesia “Descrição da ilha de Itaparica”:

No mesmo livro, e depois do poema [Eustachidos], encontra-se a “Descrição da Ilha de Itaparica, termo da Cidade da Bahia, da qual se faz menção no Canto quinto”, título este que se lê em ar de rosto à pág. 105.

Esta descrição consta de 65 oitavas, das quais não pretendíamos publicar as 43 primeiras – por serem destas algumas insulsas e sem interesse – Mas o amor da pátria que transpira na 2^a, os esclarecimentos à cerca da velhice do autor que se lêem na 3^a, e não menos o desejo de não mutilar um tal canto de assunto tão brasílico por esta primeira vez que vai ser conhecido, deliberou-nos a admiti-lo na íntegra no *Florilégio*, certos de que os leitores no-lo agradecerão.¹³⁶

A título de ilustração, julgamos conveniente transcrever alguns trechos – já que o poema é extremamente extenso:

1. Cantar procuro, descrever intento
Em um heróico verso e sonoro
Aquella, que me deu nascimento,
Pátria feliz, que tive por ditoso:
Ao menos com esse humilde rendimento
Quero mostrar lhe sou affectuoso,
Porque é de ânimo vil e fementido
O que à pátria não é agradecido.

4. Em o Brazil, província desejada
Pelo metal luzente, que em si cria,

¹³⁵ Idem, ibidem, p. 198.

¹³⁶ Idem, ibidem, p. 201-2.

Que antigamente descoberta e achada
Foi de Cabral, que os mares descorria,
Porto donde está hoje situada
A opulenta e ilustrada Bahia,
Jaz a ilha chamada Itaparica,
A qual no nome tem também ser rica.¹³⁷

No *Florilégio* o nacionalismo se manifesta em diferentes momentos, a exemplo de quando Varnhagen informa que as poesias que seleciona possam não ser as melhores:

O leitor perdoará a pretensão do título que vai no rosto. Intitulamos este livro – *Florilégio da poesia brasileira* – mas repetimos que não queremos por isso dizer, que oferecemos o melhor desta, porém sim (com algumas exceções) o que por mais americano tivemos. Escolhemos as flores, que julgamos mais adequadas para nosso fim, embora seja alguma menos vistosa, outra pique por alguns espinhos, esta não tenha aroma, aquela pareça antes uma descorada orquídea, e aquela outra uma parasita criada com a ajuda de seiva alheia, etc.¹³⁸

No entanto, a preocupação com a temática e o critério da nacionalidade evidenciam que para o autor os valores estéticos de uma obra têm menor importância do que o assunto tratado. Marisa Lajolo chama a atenção para esse aspecto da reflexão de Varnhagen sobre a literatura ao afirmar que:

Opondo de um lado o que é bom ao que é americano, Varnhagen sugere que ambos os predicados – qualidade estética e americanidade – não andam, necessariamente juntos. E que, no caso de discreparem, sua antologia favorece a americanidade [...]¹³⁹

A defesa que Varnhagen faz da existência de uma literatura brasileira no passado colonial – elaborada já segundo as tradições e valores locais, ditados pelo meio, visto que “vai já para dois séculos havia no Brasil quem julgava que se podia fazer poesia sem ser só com coisas da Grecia e de Roma”¹⁴⁰ – está em consonância com uma das vertentes mais substantivas do pensamento romântico, que procura singularizar a literatura inventando a tradição em que ela é produzida.

¹³⁷ Idem, ibidem, p. 203.

¹³⁸ Idem, ibidem, p. 4.

¹³⁹ LAJOLO, Marisa. “Regionalismo e história da literatura: quem é o vilão da história?” In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000.

Trata-se, para falar com Hobsbawm, da invenção da tradição. Antonio Candido, refletindo sobre as considerações que Schlegel faz sobre o gênero poético, vê no pensamento dele princípios que sustentam as concepções nacionalistas românticas:

Apaixonado pela estética romântica, Schlegel realça a sua força poética, senso do mistério, valor simbólico, busca das forças incógnitas do universo e da alma, graças ao dinamismo do espírito cristão, que rompe a euforia do paganismo. Ao mesmo tempo, acentua o seu caráter particularista, fundado na teoria, que então predomina, de que a literatura exprime as condições locais, o espírito nacional, dependente da raça e das tradições.¹⁴¹

Mas, no caso brasileiro, a tradição longamente estabelecida era portuguesa. A própria Independência do país – necessária para a construção da nacionalidade e a idéia de nação – era um acontecimento recente. Portanto, seria preciso inventá-la ¹⁴². O fato de Varnhagen reunir em seu *Florilégio* autores desconhecidos, e entender esse seu trabalho como algo premente e imprescindível para o delineamento da cultura nacional, revela que realmente não havia uma tradição na qual se pudesse fundamentar a identidade nacional brasileira. Varnhagen chega a reconhecer a ausência de uma tradição sobre a produção literária ao dizer que “devíamos em muitos assumptos ser os primeiros a votar.”¹⁴³

Para construir uma tradição para o Brasil, Varnhagen utiliza diversos elementos, a começar pelo critério de nascimento dos poetas que reúne. A condição de nascido em território nacional lhe serve de argumento para igualar os “brasileiros” num mesmo estado e mascarar as diferenças, as contradições,

¹⁴⁰ VARNHAGEN. *Florilégio da poesia brasileira*. Op. cit., p. 3-4.

¹⁴¹ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1971. Vol. 2, 4ª ed.

¹⁴² Consideramos nesse trabalho a conceituação que Eric Hobsbawm faz de “tradições inventadas. Segundo esse historiador: “O termo “tradição inventada” é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as “tradições realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgem de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisas de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez.” (HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984). Para Hobsbawm, “tradições inventadas” comportam sempre um conjunto de práticas reguladas por regras com vista a incutir valores e normas de comportamento pela repetição, “o que implica automaticamente; uma continuidade em relação ao passado”. A artificialidade das “tradições inventadas” também é enfatizada pelo historiador.

disputas que surgem no momento de estruturação do Estado brasileiro e de construção da idéia de nação. A exigência que o autor faz de que a poesia nacional seja descritiva, “brazileira ao menos no assunto”, é o critério para valorizar a cor local, colocar em primeiro plano a natureza – vista como cenário, paisagem – e os acontecimentos históricos que julga ser os mais relevantes. Segundo Maria Helena Rouanet, colocar como um imperativo que a literatura faça referências à natureza, tal como fizeram os literatos românticos que buscaram construir a identidade nacional, teve dupla consequência: “voltar os olhos para essa natureza e “pintá-la” permitia aos escritores brasileiros o duplo movimento necessário ao estabelecimento de uma identidade: delinear a imagem do “eu” e mostrar a sua diferença em relação ao “outro”. ”¹⁴⁴

Mas a orientação da literatura nacional para a natureza, posto como preceito incisivo, substitui e ocupa o lugar da tradição ausente. Assim entende João Cezar de Castro Rocha:

De fato, os países de passado colonial precisaram operar transformações no ideário romântico, a fim de ajustá-lo às suas circunstâncias. [...].

Na impossibilidade de sustentar a concepção organicista da nacionalidade através do recurso à tradição histórica, os românticos brasileiros descobriram na natureza uma forma de compensação.”¹⁴⁵

Antonio Candido precisa a maneira como os românticos brasileiros valorizaram o contexto nacional como fonte de uma literatura peculiar:

Era preciso mostrar que tínhamos uma literatura, exprimindo características que se julgavam nacionais; e para lhe dar validade era preciso também provar que o meio já a vinha destilando antes, graças ao poder causal que lhe atribuíam os pressupostos românticos.”¹⁴⁶

Varnhagen intenta convencer seu leitor que existia uma produção literária nacional pois quer “provar que o meio já a vinha destilando antes”. Para isso demarca um momento de início da produção literária de germinação da literatura brasileira. Em seu texto produz e encadeia as supostas etapas dessa produção

¹⁴³ VARNHAGEN. *Florilégio da poesia brasileira*. Op. cit., p. 4.

¹⁴⁴ ROUANET, Maria Helena. “Nacionalismo” In: JOBIN, José Luís. *Introdução ao Romantismo*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999.

¹⁴⁵ ROCHA, João Cezar de Castro. “História”. IDEM, *Ibidem*.

umas às outras, de modo a formar um todo coeso. O desenvolvimento da literatura brasileira ganha sentido através de seu *Florilégio*. O crescimento dessa literatura teria início com o que Varnhagen denomina de “primitiva poesia nacional”, isto é, aquela feita pelos brasileiros que frequentaram os colégios dos jesuítas, pois foram deles que surgiram “os primeiros poetas que produziu o Brasil”:

Nessas aulas se educaria primeiro o franciscano Vicente de Salvador, nascido na Bahia em 1564, e auctor de uma história do Brazil, que existe manuscrita; nas mesmas estudaria o seu compatriota, o Pe. Domingos Barboza que escreveu em latim um poema da *Paixão*. Dellas saíam os dois amigos de Vieira – Martinho e Salvador de Mesquita, dos quaes o primeiro imprimiu obras em Roma (1662-1670), e o segundo deixou tragédias e dramas sacros. Dellas saiu, finalmente o escriptor paulistano Manoel de Moraes, queimado em estátua pela inquisição.¹⁴⁷

Essa é a fase caracterizada por Varnhagen como a da “primitiva poesia nacional”. Nesse ponto o autor situa num tempo mítico, longínquo o início da poesia nacional, procurando comprovar e acompanhar sua evolução para persuadir seu leitor da existência dessa poesia:

Desejámos agora dar algumas amostras das primeiras cantigas religiosas ensinadas pelos Jesuítas; ou d’alguma modinha das que devia entoar a bella colona, sentada junto ao rio, a gosar da suave viração da tarde! – Mas só o tempo poderá recolher esses monumentos da primitiva poesia nacional.¹⁴⁸

Tanto no *Florilégio*, quanto na *História Geral do Brasil*, o procedimento de Varnhagen é típico dos historiadores europeus do período romântico. Adotou-se no século XIX a postura de buscar sentido para a trajetória de um povo nas narrativas elaboradas a partir de uma documentação tão vasta que lhe daria foros de veracidade. Por isso tais narrativas, tal como se vê nos textos de Varnhagen, são tão ricas em informações e datas, estruturadas de modo a dar a impressão de evolução seja de uma nação, seja de uma literatura. As implicações e os

¹⁴⁶ CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

¹⁴⁷ VARNHAGEN. *Florilégio da poesia brasileira*. Op. cit., 16.

¹⁴⁸ Idem, ibidem, pp. 19-20.

condicionamentos da escolha dessa forma de narrativa são esclarecidas do seguinte modo por Hayden White:

A verdadeira explicação [da História] residia na narração de uma estória que fosse ao mesmo tempo precisa nos pormenores e convincente em seu significado. Mas a precisão dos pormenores muitas vezes se confundia com a verdade do sentido da estória. Não se percebia que o sentido da estória era dado pelo modo escolhido de elaboração do enredo para fazer da estória contada um *estória de tipo particular*. Não se entendia que a própria escolha de um modo de elaboração de enredo refletia o compromisso com uma filosofia da história, e que Hegel chamara a atenção para isso ao examinar a história como forma de arte literária em sua *Estética*.¹⁴⁹

3.3 Varnhagen e a tradição clássica

A liberdade no ato de expressão, reivindicada pelos românticos como um imperativo próprio da criação artística, não é observada por Varnhagen. Ele acredita que se deve antes estabelecer limites rígidos sobre o modo e os assuntos tratados pelos escritores. Na apreciação que faz da obra de Gregório de Matos Guerra, questiona o aspecto crítico-satírico de sua poesia. Analisa de forma bastante negativa essa obra, censurando trechos longuíssimos de suas poesias, além de desautorizá-lo frente às suas críticas aos representantes do poder e às pessoas que se destacavam na sociedade da Bahia do século XVII:

Se nas descrições das festas ou caçadas, em geral demasiado prolixas, nos entretém e diverte, nas sátiras pessoais temos sempre que lamentar, que o poeta ultrapasse os limites da decência, e que algumas vezes deixe de ser cavalheiro. A maledicência que emprega contra o governador Antônio Luiz, a par dos elogios que de sua administração nos deixou Botelho, e principalmente Rocha Pita fazem acreditar que não a justiça, mas a vingança, o movia contra esse representante do poder.¹⁵⁰

¹⁴⁹ WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

¹⁵⁰ VARNHAGEN. *Florilégio da poesia brasileira*. Op. cit., p. 22.

Nessas considerações de Varnhagen, fica evidente que a poesia para ele deve ser grave, transmitir valores éticos, morais, religiosos e patrióticos, não devendo se insurgir contra as instituições, a ordem e a autoridade. Na *História geral do Brasil*, do mesmo modo que no *Florilégio*, o autor compara Gregório de Matos Guerra a Botelho de Oliveira, evidenciando sua concepção de “poeta de boa nota”, ou seja aquele que produz obras “úteis” ao país, que não se insurge contra as autoridades e as instituições, que inspira valores morais e louva o cenário local. Para Varnhagen, Gregório de Matos não seria “útil” ao Brasil, uma vez que:

[...] era mais que satírico, mordaz e de caráter extravagante.. Deixou-nos muitos versos, que servem a dar idéia da vida do seu tempo na Bahia; mas, infelizmente, muitas vezes há nelas mais é indecências que estro. Gregório de Matos não soube ser útil na terra. Acaso desconhecia que a missão de todo homem, a quem Deus enobreceu com talentos e com gênio, consiste em procurar melhorar quanto possível a multidão.¹⁵¹

O critério de Varnhagen para criticar a poesia de Gregório de Matos passa pelo conservadorismo e pela moralidade exacerbada. Assim como demonstra João Adolfo Hansen, as categorias em arte utilizadas por Varnhagen como “indecência” e “imoralidade” foram igualmente empregadas pela maioria dos críticos da obra de Gregório de Mattos. Mas revelam mais desconhecimento dos elementos composicionais da sátira do que uma avaliação consistente dela. De outro modo, tais categorias estariam, segundo Hansen, mais vinculadas aos interesses daqueles que as utilizam:

[...] a obscenidade está prevista num sistema de tópicos, articulando-se retórica e politicamente nos poemas segundo gêneros, temas e destinatários específicos. Categorias como “pessimismo”, “ressentimento”, “plágio”, “imoralidade”, “realismo”, “oposição nativista crítica”, “antropofagia”, “libertinagem”, “revolução”, que vêm sendo aplicadas por vários críticos desde o século XIX aos poemas ditos de autoria de Gregório de Matos, podem ter algum valor metafórico de descrição de um efeito particular de sentido produzido pela recepção. Não

dão conta historicamente, contudo, do seu funcionamento como prática discursiva de uma época que, desde a obra de Heinrich Wölfflin, o século XX constituiu neokantianamente como “barroca”: como categorias analíticas, são apropriadas antes para o desejo e o interesse do lugar institucional da apropriação que propriamente para o objeto dela.¹⁵²

O anacronismo da análise que Varnhagen faz da obra de Gregório de Matos Guerra se dá pelo fato de ele misturar, em sua avaliação, princípios neoclássicos e românticos. Por um lado, exige que esta poesia transmita valores morais, mas, por outro cobra originalidade do poeta:

Mattos, pelas tendências do seu caráter, fez-se, não discípulo, mas escravo imitador de Quevedo; portanto assim como sucede a este, se muitos lhe acham graça e chiste, outros o acharão em oposição com o decoro de engenho: em vez de senhor e gracioso, o encontrarão; quando quer ser philosopho, o acharão cynico. Como de Quevedo, o estylo é cortado e desigual: a par de um belo conceito, traz Mattos uma sandice, um disparate, ou uma indecência. Sua imaginação era talvez viva, mas descuidada. O seu gênio poético faísca, mas não inflama; surprehende, e não comove; salta com ímpeto e força, mas não voa, nem atura na subida.¹⁵³

O critério romântico da originalidade utilizado por Varnhagen comparece na censura de que Gregório de Matos teria imitado Quevedo. No entanto, o autor também desqualifica o poeta por achar que sua poesia não “comove”, outro critério romântico: o patetismo na expressão da dor. Varnhagen apenas valoriza as descrições que identifica na produção poética de Gregório de Mattos e os efeitos que elas produziram, pois são “demasiado prolixas, nos entretém e diverte”.

Como bem demonstra M. H. Abrams, a exigência de que arte produza um efeito corretivo e moralizador é própria da poética neoclássica. Nesse caso, o valor de uma obra está não nela mesma, nem, como no Romantismo, na capacidade criativa do artista, mas no leitor:

¹⁵¹ IDEM. *História geral do Brasil*. 4ª ed. integral São Paulo: Edições Melhoramentos, 1951. Volume III.

¹⁵² HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho – Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. São Paulo: Ateliê Editorial; Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

¹⁵³ VARNHAGEN. *Florilégio da poesia brasileira*. Op. cit., p. 22-23.

El concepto de que el arte es imitación, pues, jugó un papel importante en la estética neoclásica; pero un examen pormenorizado muestra que en muchas teorías no jugó el papel dominante. El arte, se decía comúnmente, es una imitación, pero una imitación sólo instrumental, enderezada a producir efectos sobre un auditorio.¹⁵⁴

O dilema o qual Varnhagen não consegue resolver consiste em sua busca da poesia nacional, a “pintura” da natureza brasileira de uma perspectiva e, de outra, valores morais e religiosos, ou seja, sua preocupação em “civilizar” o povo. Assim defende que o poeta brasileiro deveria se inspirar no cenário local, mas não prescindir das regras e modelos da tradição:

Deus o faze bem [ao Brasil], para que os poetas, em vez de imitarem o que lêem, se inspirem da poesia que brota com tanta profusão do seio do próprio paiz, e sejam antes de tudo originais – americanos. Mas que por este americanismo não se entenda, como se tem querido pregar nos Estados Unidos, uma revolução nos princípios, uma completa insubordinação a todos os preceitos do clássicos gregos e romanos, e dos clássicos da antiga mãe-pátria.¹⁵⁵

Ao sujeitar os critérios de sua análise aos princípios nacionalistas e moralizantes, Varnhagen valoriza Botelho de Oliveira como um “poeta de boa nota”, pois sua poesia “pertence ao gênero culto”. Além de fazer referência à natureza brasileira, já que compôs a “belíssima silva à baiana Ilha da Maré.”¹⁵⁶

A elaboração do cânone de Varnhagen se fundamenta em critérios que perpassam a obra do autor como um todo. Tais critérios, como por exemplo, a exigência do nascimento do poeta em território nacional, a descrição da natureza e da realidade local e o exercício do didatismo em arte adaptam-se à construção da idéia de nação e da nacionalidade brasileira. Por isso, a urgência do autor em procurar demonstrar a existência volumosa de uma literatura produzida no país. Com esse intuito o autor menciona vários poetas dos quais apenas partes ou nenhuma poesia se conservou. Há ainda aqueles aos quais se atribuem

¹⁵⁴ ABRAMS, M. H. *El espejo y la lámpara*. Buenos Aires: Editora Nova s/d.

¹⁵⁵ VARNHAGEN. *Florilégio da poesia brasileira*. Op. cit., p. 15.

¹⁵⁶ VARNHAGEN. *História geral do Brasil*. Op. cit., p. 271.

determinadas poesias que o autor se apressa em questionar, a exemplo do que acontece com Prudêncio do Amaral e João Mendes da Silva:

O mencionado Amaral nos deixou o **Stimulus amandi Dei param**, que julgamos nunca foi impresso.¹⁵⁷

É de saber, que o pai de Antônio José, o mestre em artes, João Mendes da Silva, natural, como seu filho, do Rio de Janeiro, também cultivava a poesia; mas, por infelicidade, nunca se imprimiram as obras que se lhe atribuem.¹⁵⁸

Varnhagen cita títulos de poesias que jamais foram impressas e sobre as quais só obteve menções. Sua intenção é compor um acúmulo e, com isso, demonstrar e comprovar a existência de uma tradição de poetas brasileiros. De tal modo que a variedade de poetas referidos possibilita-lhe afirmar que realmente havia uma literatura nacional.

3.4 A religião que civiliza, que produz a literatura e a identidade nacional

Varnhagen afirma o catolicismo como a religião oficial do Brasil, insinuando que os “brasileiros” e os “índios” seriam detentores de uma suposta tendência natural a ele. Para o autor, o ponto de origem da literatura nacional se dá no processo de catequese do índio brasileiro. Como procura construir a nação brasileira a partir de suas manifestações intelectuais pretéritas, acredita que ambas tenham origem na prática religiosa, ou melhor, são produtos da vontade divina. Portanto, o império brasileiro seria fruto do desejo da providência:

Eram [os índios brasileiros] também grandes oradores, e tanto que apreciavam esta qualidade, que nos melhores faladores aclamavam muitas vezes por chefes. Os missionários jesuítas, conhecendo estas tendências, trataram de empregar a música e a poesia como meios de catequese. Nos seus colégios começavam logo a ensinar a cantar aos pequenos catecúmenos filhos da terra, e, mais tarde, compunham até comédias, ou autos sacros, para eles representarem; e daí proveio o primeiro impulso da poesia e do teatro no Brasil. Assim a respeito deste

¹⁵⁷ Idem. *Florilégio da poesia brasileira*. Op. cit., pp. 27-28.

último sucedeu neste país o mesmo que nos séculos anteriores se passara na Europa: pois como é sabido o teatro da Idade Média se conservou e se aperfeiçoou depois, ocupando-se exclusivamente de assuntos religiosos [...].¹⁵⁹

Sendo assim, acredita que é da união entre a religião, como meio de civilizar das pessoas, e a natureza, como fonte de inspiração, que deve surgir uma literatura eminentemente nacional. Por isso a arte tem a função de engrandecer e enobrecer a nação e o próprio homem, “o gênio terá que buscar, na cultura do espírito, o mais seguro e mais glorioso refúgio”.

Assim Varnhagen entende que a poesia é, por primazia, o elemento civilizatório. Mas considera que civilizadas são as nações européias, já detentoras de uma tradição poética. A poesia se torna, então, a um só tempo, um mecanismo de enobrecimento do Brasil e um elo entre ele e sua “mãe-pátria”. Mas não qualquer poesia, e sim aquela que expressa a fé, a moralidade e a exuberância da natureza brasileira:

Deu-nos Deus a inspiração poética para o louvarmos, para o magnificarmos pela religião, para promover a civilização, e exaltar o ânimo e ações generosas; e serão amaldiçoados, como diz o nosso poeta religioso,

‘.....os vates em metro perigoso
Que abusaram da musa.....’

(Assunção, c. 2^a).¹⁶⁰

Em tom de ameaça, Varnhagen discorre sobre como deveria ser a postura que o autêntico poeta necessitaria assumir: “Infeliz do que dela [da poesia] se serve para injuriar sua raça, seus correligionários, e porventura a memória de seus próprios avós!”¹⁶¹ Ou seja, a sátira está excluída de seu cânone.

No texto “Como se deve entender a nacionalidade na história do Brasil”, o autor reafirma a importância que concede à religião como meio e garantia da civilização do país e também fonte propulsora da identidade nacional. Como ele

¹⁵⁸ Idem, ibidem, p. 29.

¹⁵⁹ Idem, ibidem, p. 11-12.

¹⁶⁰ Idem, ibidem, p. 15-16.

¹⁶¹ Idem, ibidem, p. 16.

tem certo que a religião católica faz parte do legado português, acaba aproveitando o ensejo para enobrecer a nação portuguesa por tão preciosa herança – na sua concepção – e para vincular-lhe o Brasil:

“[...] nós nação cristã, devemos fazer proceder a nacionalidade nossa da civilização e do cristianismo, inoculados nesta terra por uma das nações mais heróicas da Europa de há três séculos e meio, cuja língua falamos [...]”.¹⁶²

3.5 As contradições e os embates na construção da identidade nacional

Há grandes discrepâncias entre os literatos brasileiros do período romântico sobre questões fundamentais do campo cultural e político. A construção da literatura brasileira e de um sentimento de identidade nacional não foi uma tarefa isenta de contradições, tensões e indefinições quanto ao modo de construí-las e quanto às fronteiras que se deveria estabelecer ou não com a cultura metropolitana. Para Antônio Candido as divergências de posicionamento se tornaram elementos decisivos para ação crítica romântica:

[...] foi esse o principal problema dos românticos; a tal ponto que se comunicou aos pósteros, e ainda hoje vemos gente seriamente ocupada em traçar limites, avançar ou recuar barreiras, discutir como e quando passamos a ter uma literatura independente. O problema não foi inócuo no século passado; primeiro, porque se vincula então muito estreitamente a expressão literária ao sentimento pátrio; segundo, porque fazia parte dum ciclo de tomada de consciência nacional, de que a literatura foi um dos fatores. Na medida em que só nos conhecemos quando nos opomos, a alguém ou a alguma coisa, esse diálogo reivindicatório com Portugal foi um bom auxiliar de crescimento.¹⁶³

A postura de Gonçalves de Magalhães, no que se refere ao tratamento que se deveria dar à herança cultural metropolitana, se diferencia da de Varnhagen, uma vez que Magalhães preconiza o rompimento irrestrito com ela. Já o autor do

¹⁶² Idem. “Como se deve entender a nacionalidade na história do Brasil”. In: *Anuário do museu imperial*. Petrópolis, 1948.

¹⁶³ CANDIDO. *Formação da literatura brasileira – momentos decisivos*. Op. cit. p. 343.

Florilégio reclama sua aclimação ao cenário local. No modo de entender de Magalhães:

O Brasil descoberto em 1500, jazeu três séculos esmagado debaixo da cadeira de ferro, em que se recostava um Governador colonial com todo o peso de sua insuficiência, e de sua imbecilidade. Mesquinhas intenções políticas, por não avançar não avançar outra coisa, leis absurdas, e iníquas ditavam, que o progresso da civilização, e da indústria entorpeciam.¹⁶⁴

Julgamos relevante destacar esses dois modos distintos de postular a maneira pela qual se deveria construir a literatura e a historiografia nacional com o intuito de evitar generalizações que incluam a crítica romântica brasileira num rol homogêneo e indiferenciado. Benedito Nunes chama atenção para o equívoco cometido por Ferdinand Wolf que inverteu por esse caminho e não atentou para o que “houvera de conflito na definição da identidade de nossa literatura nem do que ela tinha de vacilante e ambíguo.”¹⁶⁵

Outro “conflito” que se pode mencionar entre Magalhães e Varnhagen – idealizadores que são da nacionalidade brasileira – diz respeito à integração ou não do índio à nacionalidade que procuram forjar. O autor da *Confederação dos Tamoios* (1856) eleva o índio à condição de representante primaz do brasileiro, portador de valores nobres (mesmo que os valores atribuí ao índio não encontrem correspondência na realidade).¹⁶⁶ Varnhagen, por sua vez, coloca o aborígene em oposição ao português (esse sim, na sua concepção, digno de representar o brasileiro), e qualificado como civilizado, aquele bárbaro.

Para Benedito Nunes a discrepância, aqui evidenciada, entre Magalhães e Varnhagen, no que se refere ao debate romântico sobre o índio, tem implicação fundamental para a literatura e para a historiografia nacional desse momento:

Se agora compararmos os *Ensaio*s de Varnhagen e de Magalhães, constataremos que eles convergem em torno de um princípio nativista

¹⁶⁴ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. “Ensaio sobre a história da litteratura do Brasil.” In: “Niterói, Revista Brasiliense”, versão facsimilada pela Biblioteca da Academia Paulista de Letras, 1978. Tomo I

¹⁶⁵ NUNES, Benedito. *Crivo de papel*. São Paulo: Editora Ática, 1998.

¹⁶⁶ “Por alguns escritos antigos sabemos que várias tribos índias pelo talento da música, e da Poesia se avantajavam.” (MAGALHÃES, op. cit. p. 155).

implicado na valoração romântica da cor local, dos signos da terra natal, de sua natureza, de sua paisagem, já tomada como pátria, para identificar o caráter nacional das obras. Mas divergem em torno da representatividade do índio em relação à mesma terra pátria. É sob esse ângulo que se pode focalizar o relacionamento da Historiografia nascente com a produção literária da época, que tão marcada foi pelo Indianismo.¹⁶⁷

Na *História geral do Brasil* o índio é destituído de cidadania e não possui direitos sobre o território brasileiro. Qualifica-se como um ser incapacitado de desenvolver relações sociais leais – imprescindíveis no entendimento de Varnhagen para a existência da nação – e de fixar moradia num dado lugar. Sem tais prerrogativas, segundo o autor, o índio não poderia reivindicar direitos de posse sobre o território brasileiro.

No modo de entender de Varnhagen o índio é belicoso por natureza e se mostra hostil à sociabilidade, à abnegação, como diz, em proveito do bem comum. Diante de tais fatores sentencia que, como ele não tem sentimento patriótico, não deveria pertencer à nação brasileira:

Nos selvagens não existe o sublime desvelo, que chamamos patriotismo, que não é tanto o apego a um pedaço de terra ou bairrismo, que nem sequer eles como nômades tinham bairro seu, como um sentimento elevado que nos impele a sacrificar o bem-estar e até a existência pelos compatriotas, ou pela glória da pátria. Nem poderiam possuir instintos de amor de pátria gentes que, como nômades, a não tinham, e que limitavam a tão curtos horizontes a idéia da sociabilidade, que geralmente a não estendiam além dos da sua tribo ou maloca, a qual não dominava mais território que o dos contornos do distrito que provisoriamente ocupavam¹⁶⁸

Por desqualificar o índio como representante da nacionalidade brasileira, Varnhagen encontrou forte oposição e críticas por parte de escritores indianistas como Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias, os quais representam o índio

¹⁶⁷ NUNES. *Crivo de papel*. Op. cit., p. 221.

¹⁶⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. São Paulo: Melhoramento, 1948. Volume I.

como portador de sensibilidade artística, virtudes e coragens exemplares, princípios inerentes ao Romantismo e do cavaleirismo medieval.

No movimento indianista, o índio e o contexto natural no qual vivia, foram representados na literatura nacional como um elemento de oposição à cultura e à nacionalidade do europeu, notadamente do português. Construiu-se uma imagem arbitrária do índio, já que a ele se atribuiu princípios que não lhe pertenciam. A intenção era construir a identidade nacional a partir de valores considerados elevados e civilizados.

Num momento histórico de agitações, por conta da recém-ruptura política com Portugal – de subsequente impacto no âmbito da cultura, com a procura daquilo que singularizaria o país como nação – alguns literatos viram no índio o ideal de emancipação da nacionalidade brasileira

A discordância entre Varnhagen e Gonçalves Dias sobre o valor e importância do índio para a cultura e para a nacionalidade brasileira se desenvolveu de forma bastante acirrada. Varnhagen criticou severamente as concepções indianistas do poeta em *Memorial orgânico oferecido à nação*. Aí, Varnhagen entra em conflito com o prólogo de Gonçalves Dias a *Annaes históricos do Maranhão*, de Bernardo Pereira de Berredo.

O texto de Gonçalves Dias, cujo título é “Reflexões sobre os Annaes Históricos do Maranhão por Bernardo Pereira de Berredo”, é permeado por uma atitude de oposição à herança cultural portuguesa e ao sistema de colonização. Numa primeira avaliação geral da obra de Bernardo Pereira de Berredo, Gonçalves Dias evidencia o quanto lhe desagradava a atitude daqueles que viam o período colonial como um momento de grandes feitos dos portugueses: “Berredo era Portuguez e só escrevia para Portuguezes: não escrevia a história do Maranhão, escrevia uma página das conquistas de Portugal: dahi o seu principal defeito.”¹⁶⁹

¹⁶⁹ DIAS, Antônio Gonçalves. “Reflexões sobre os Annaes Históricos do Maranhão por Bernardo Pereira de Berredo.”. In: *Guanabara – Revista Mensal, Artística, Scientífica e Literária* (tomo I). Rio de Janeiro, 1851.

Gonçalves Dias prossegue sua análise criticando a atitude de Berredo para com o índio, no sentido de que para o historiador “O que é Portuguez é grande e nobre; o que é de Índios é selvático e irracional.”¹⁷⁰ Sempre tendo em vista o objetivo de engrandecer o aborígene e se manifestar contrário à colonização, o poeta diz que o maior erro desta foi ter sido desenvolvida sob a “cobiça”, ou seja, no Brasil apenas aportava aqueles que tinham intenção de “lucrar fortuna”. Para Gonçalves Dias o tema primordial – e de maior importância – que deveria iniciar o relato da história nacional não é a conquista portuguesa, mas a condição daquele a quem o território brasileiro pertenceria, isto é:

O primeiro tópico de que havemos de tratar na história do Brasil é do Índios. Eles pertencem tanto a esta terra como os seus rios, como os seus montes, e como as suas árvores; e por ventura não foi sem motivo que Deos os constituiu tão distintos em índole e feições de todos os outros povos, como é distinto este clima de todo e qualquer outro clima do universo.¹⁷¹

Como se percebe pela passagem supracitada, para Gonçalves Dias os elementos de singularização da nação brasileira estavam no índio “distinto em índole e feições” e na natureza, ou seja, no “clima”. Para o poeta é o índio e não o português o herói nacional, pois:

Elles são o instrumento de quanto aqui se praticou de útil ou de glorioso; são o princípio de todas as nossas cousas; são os que deram a base o nosso caráter nacional, ainda mal desenvolvido, e será a corôa da nossa prosperidade o dia da sua inteira reabilitação.¹⁷²

Por tais razões, a história nacional deveria criticar os abusos e a violência cometida contra o índio e se posicionar contrária a seu extermínio e a escravidão. Na visão de Gonçalves Dias não só a história, mas também a poesia deveria se ocupar com o índio para que:

[...] nos descrevesse os seus costumes, que nos instruisse nos seus usos e na sua religião, que nos reconstruísse todo esse mundo perdido, que nos

¹⁷⁰ Idem, ibidem, p. 26.

¹⁷¹ Idem, ibidem, p. 28.

¹⁷² Idem, ibidem, p. 29.

iniciasse nos mystérios do passado como caminho do futuro, para que saibamos donde vimos e para onde vamos.¹⁷³

Como Varnhagen elaborada sua obra para mostrar o valor e a importância para o Brasil da herança cultural portuguesa, ignorando o índio, opõe-se de forma enfática a todas essas concepções indianistas. Na caracterização que faz da sociedade brasileira, ele lamenta a “heterogeneidade” da população brasileira:

E que é a nossa população? Para tão vasto paiz como uma gota de água no caudaloso Amazonas. Mas pior é sua heterogeneidade que o seu pequeno número. Temos cidadão brasileiros; temos temos escravos africanos e ladinos, que produzem trabalho, temos índios bravos completamente inúteis ou antes prejudiciais, e temos pouquíssimos colonos europeus.¹⁷⁴

Varnhagen acredita que a abordagem indianista do índio impediria uma discussão objetiva sobre o aborígine:

Há hoje em dia uma tal praga de falsos philanthropos, graças a Rousseau, ou a Voltaire, ou a não sei quem, que a gente em matéria de índios não pode dizer palavra, sem que lhe caiam em cima os franchinotes, com estas e aquellas cediças theóricas pseudo-philantropicas.¹⁷⁵

O índio para ser cidadão deveria, na ótica de Varnhagen, sair de sua condição “selvagem”, e não só se submeter às leis estabelecidas, mas ser utilizado como mão-de-obra, sendo esta, em seu modo de entender, a única maneira de inseri-lo na sociedade:

Ora os nossos índios, ou são cidadãos brasileiros ou: para o serem não cumprem nenhuma das obrigações das leis, e andam vadiando e com as orelhas e beiços furados, em vez de serem guardas nacionaes e vestir uniforme, etc.¹⁷⁶

Varnhagen vê na incorporação do índio ao sistema produtivo um meio de resolver duas questões essenciais do período: mão-de-obra e produtividade. A expansão das plantações de café durante o séc. XIX exigia aumento contínuo da

¹⁷³ Idem, ibidem, p. 30.

¹⁷⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. “Memorial orgânico oferecido à nação.” In: *Guanabara – Revista Mensal, Artística, Científica e Literária*. Rio de Janeiro, 1851. Tomo I.

¹⁷⁵ Idem, ibidem, p. 392.

¹⁷⁶ Idem, ibidem, p. 393.

mão-de-obra. Mas, com as pressões antiescravistas inglesas a partir da década de 1840 – tendo como ápice a decretação da lei Bill Aberdeen de 1846 que autorizava a marinha inglesa capturar e considerar navios de piratas todos os que transportavam escravos – os fazendeiros forçavam o governo monárquico a não aceitar as reivindicações do governo inglês. Por fim o Brasil teve que extinguir e procurar coibir o tráfico de escravos que ainda continuou por algum tempo. Segundo Boris Fausto as exigências inglesas de extinção do tráfico de escravos foi decisiva, pois:

Com base no “Bill Aberdeen”, a marinha inglesa não se limitou a apreender em alto-mar os navios suspeitos de contrabandear escravos. Navios britânicos penetraram em águas territoriais brasileiras, ameaçando mesmo bloquear os principais portos.¹⁷⁷

A resposta dada por Varnhagen à questão da escravidão no Brasil é toda pautada por racismo e inversão dos argumentos daqueles que reivindicavam a abolição. Para ele não se deveria permitir a entrada de escravos no país não por humanitarismo, mas por que a convivência com os negros seria perniciosa para os brancos. Por isso defendia a substituição da mão-de-obra do negro pela do índio:

A escravatura dos africanos torna o paiz escravo de si próprio; pois como diz o M. de Maricá: o captiveiro apostema e tortura os escravos e seus senhores. É urgentíssimo impedir-se que entrem mais; e antes pedirmos todos amanhã esmolas e andarmos descalços que ver o belo e risonho Brasil, a nossa pátria convertida n’uma catinguenta Guiné. [...].

Para suprir seus braços cumpre que se tomem providências à cerca dos indígenas, fazendo que se tire destes o possível proveito.¹⁷⁸

Com relação ao direito do índio sobre a posse do território nacional, Varnhagen se coloca contrário ao modo como os “philo-tapuyas” – que afirmariam que os índios “são os verdadeiros donos da terra” – a colocam. Segundo o autor se os índios fossem os possuidores do território, então caberia aos brancos, tais como ele próprio, deixarem o país, o que para ele seria um absurdo e estaria fora de cogitação: “São [os índios] os donos da terra? Pois então

¹⁷⁷ FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

¹⁷⁸ VARNHAGEN. “Memorial orgânico oferecido à nação.” Op. cit., p. 363.

arranjemossas trouxas e toca a marchar; que somos uns criminosos que estamos de posse do que é de outrem [...].”¹⁷⁹

Para ele, os índios que habitavam o território nacional não eram nativos do lugar, mas para cá vieram, portanto são “invasores”, e não donos originais. Como defende o direito de conquista, ou seja, uma dada região pertenceria, numa disputa, ao vencedor, é partidário de que o Brasil pertenceria aos descendentes dos europeus, ou melhor à “civilização”: “O Brasil pertence à civilização pela mesma razão que a Inglaterra ficou pertencendo aos normandos quando a conquistaram.”¹⁸⁰

Para a integração do índio à sociedade brasileira, também de forma contrária ao que postula Gonçalves Dias, Varnhagen – defensor que é das guerras – não exclui o uso da violência. Solicita o retorno das “bandeiras”, já que assim o país não arcaria com os gastos utilizados na busca do aborígene pelas matas:

Esta guerra [contra o índio] não tem de ser feita à custa da Nação que precisa empregar suas forças n’outros pontos: tem de ser feita exclusivamente por cidadãos brasileiros, guardas nacionaes, que para ella se offereçam, organisando-se em bandeiras ou campanhas, com determinado número de seus escravos africanos.¹⁸¹

3.6 Literatura e História

A reflexão de Varnhagen para demonstrar a existência de uma literatura brasileira– que se inicia, acredita, no período colonial e viera evoluindo com o transcorrer do tempo – baseia-se primordialmente em manuscritos, documentos ou em obra de determinado poeta que faça referência à existência de outro poeta que lhe seja anterior. Assim acredita na veracidade e imparcialidade de seu relato, na mediata em que procura estruturá-lo, tal como faz na *História geral do Brasil*, em uma infinidade de notas e referências bibliográficas. Na dedicatória que faz de sua obra *História geral do Brasil* a D. Pedro II, ele manifesta crença em sua capacidade de narrar a “verdade” em seu relato:

¹⁷⁹ Idem, ibidem, p. 393.

¹⁸⁰ Idem, ibidem, p. 293-4.

¹⁸¹ Idem, ibidem, p. 394.

Sirva estas ligeiras considerações para indicar o espírito de tolerância que reinará nesta obra, que, como acariciada por nós em toda a vida, aspira, pela sua própria imparcialidade, a passar à posteridade, tanto no Brasil, como fora dele. Convencidos igualmente de que a verdade é a alma da história, que só ela pode oferecer harmonia eterna entre os fatos narrados, que o verdadeiro critério da verdade histórica não se pode aquilatar senão pela concordância nos incidentes, não poupamos a nenhuns esforços, afim de remontar às fontes mais puras. Não julgando suficiente o que rezam as velhas crônicas, rebuscamos antigos documentos nos arquivos, não só no Brasil, como de Portugal, da Espanha, da Hollanda e da Itália; [...].¹⁸²

Como bem demonstra Hayden White, a pretensão de ser “realista” é típica da historiografia do século XIX, que procura dar veracidade aos relatos por se fundamentar em uma apreensão “clara” e “imparcial” da realidade:

A cultura européia do século XIX manifestou em toda parte entusiasmo por uma apreensão realista do mundo. O termo “realista”, está claro, significava algo diferente de uma compreensão “científica” do mundo [...]. [...] a despeito de sua orientação em geral “científica”, as aspirações “realistas de pensadores e artistas do século XIX eram informadas por uma percepção de que qualquer tentativa de entender o mundo histórico apresentava problemas especiais, dificuldades não observadas no esforço humano de compreender o mundo dos processos meramente físicos.¹⁸³

As “dificuldades” dos historiadores do XIX derivam do fato de eles se inserirem no próprio processo histórico que procuram relatar. A história deveria ser idêntica, se confundir com o país que se descrevia. Ela ganhava “vida” era a “vida” de uma nação. Por isso os historiadores procuraram atribuir às nações um momento de origem e estruturam suas narrativas de modo a acompanhar sua suposta evolução através do tempo. O relato histórico serviria

¹⁸² IDEM. *História geral do Brasil*. 3ª ed. integral. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, s/d. Volume I.

¹⁸³ WHITE. Meta-história: a imaginação histórica no século XIX. Op. cit., p. 59.

para comprovar a unidade de cada história e a coesão de suas particularidades, das etapas de sua evolução num todo homogêneo.¹⁸⁴

Assim procede Jules Michelet ao narrar a conquista da unidade na França. De início avisa que vai tratar primeiro da França por partes, para depois tomá-la no todo. Sua intenção é fazer o delineamento do território francês: “O verdadeiro ponto de partida de nossa história deve ser uma divisão política da França, formada segundo sua divisão física e natural. A história é antes de tudo geográfica.”¹⁸⁵ Sendo assim, sua narrativa é fortemente descritiva, com uma infinidade de pormenores. Michelet procura “levar” seu leitor para contemplar com ele os quadros do território e do povo que “pinta”, a exemplo de quando trata das regiões de Batz e Ouessant:

Os sentidos ali parecem extintos; não há mais amor, pudor, nem inveja. As moças fazem sem enrubescer, as manobras para seu casamento. A mulher ali trabalha mais que o homem, e nas ilhas de Ouessant, é maior e mais forte. É porque ela cultiva a terra; ela fica sentada no barco, embalado e batido pelo mar, sua rude nutriz. Os animais também se alteram e parecem mudar de natureza. Os cavalos, os coelhos, são de uma pequenez estranha nessas ilhas.

Sentemo-nos nessa formidável ponta do Raz, sobre esse rochedo minado, a essa altura de trezentos pés, de onde vemos sete léguas de costas.¹⁸⁶

Michelet pretende “encontrar o centro da França, o núcleo em torno do qual tudo devia agregar-se.”¹⁸⁷ Considera o seu país como um organismo vivo, composto de partes distintas, cada uma com uma determinada “personalidade”.

¹⁸⁴ Segundo Hayden White Herder foi um dos filósofos da história que teve bastante influência sobre a historiografia romântica e um dos primeiros pensadores a singularizar os períodos de sucessão da história da humanidade, o que foi considerado pelos românticos para particularizar suas respectivas histórias nacionais. Nas palavras de White: “Pode-se dizer que o pensamento de Herder começou por uma apreensão do campo histórico como um conjunto efetivamente infinito de particularidades, cujas origens ou causas presume-se que sejam totalmente incongnoscíveis pela razão, portanto miraculosas, e cuja totalidade se apresentava a seus olhos como um agitado e encapelado oceano de acontecimentos visivelmente casuais. Mas Herder não podia contentar-se com o simples passa-tempo dessa aleatoriedade como realidade última. Insistia – por razões religiosas ou metafísicas – em que este campo do acontecimento tem um fundamento ou propósito ontologicamente anterior e espiritualmente superior, um propósito que lhe dava certeza da unidade, integração e harmonização última das partes no todo.” (Idem, *ibidem*, p.83).

¹⁸⁵ MICHELET, Jules. *Imagens da França*. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2000.

¹⁸⁶ Idem, *ibidem*, p. 30.

Mas quando tiveram que se unir se reconheceram no todo, pois “a história apagou a geografia”, isto é, as diferenças. É a partir dessa prerrogativa que conceitua as “nações”:

As nações podem se classificar como os animais. O gozo comum de um grande número de partes, a solidariedade dessas partes entre si, a reciprocidade das funções que elas exercem uma em relação à outra, é a superioridade social. É aquela da França, o país do mundo onde a nacionalidade, ou a personalidade nacional mais se aproxima da personalidade individual.¹⁸⁸

No Brasil do século XIX Varnhagen foi o historiador oficial a quem se atribuiu a tarefa de escrever a “biografia” do país em suas particularidades regionais. De forma semelhante ao que Jules Michelet fez na França, ele procura construir a nacionalidade brasileira e uma história para o império com o intuito de assegurar a unidade do território nacional.

Sendo assim, seu pensamento historiográfico está comprometido com os propósitos do projeto político do governo do imperador D. Pedro II que o IHGB se incumbiu de executar. Tais propósitos giravam em torno da necessidade de se construir a idéia de nação e de identidade nacional, com vistas a homogeneizar as diferenças no interior das elites dominantes e fazer prevalecer a noção de todos na condição de brasileiro. O que, evidentemente, era uma tarefa complicada numa sociedade escravocrata.

De outro lado, reafirma constantemente o objetivo de inserir o império brasileiro no rol das nações civilizadas européias. No prefácio da segunda edição da *História geral do Brasil*, Varnhagen afirma que esse foi um dos intuitos de sua obra: “Assim a integridade do Brasil, já representada majestosamente no Estado e no Universo pela monarquia, vai agora, bem humildemente, ser representada entre as histórias das nações por uma história nacional.”¹⁸⁹

Tal como se verifica no contexto europeu do período, a historiografia produzida no âmbito do IHGB – na qual se insere a obra de Varnhagen – é

¹⁸⁷ Idem, ibidem, p. 115.

¹⁸⁸ IDEM, ibidem, p. 126.

¹⁸⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1857. v. 2., 1ª ed..

marcada pela idéia de unidade territorial, tempo linear, progresso, evolução, valorização do futuro. Conforme esclarece Manoel Luís Salgado Guimarães:

Herdeiro de uma concepção antiga de história, lança-se o Instituto Histórico à tarefa de escrever a gênese da nação Brasileira, preocupação, neste sentido moderna da historiografia européia do século XIX. Momento mesmo de passagem, essa historiografia abriga aspectos de uma visão antiga e de uma visão moderna de pensar a história. Utilizando-se categorias próprias da história iluminista, vai-se tentar da conta da especificidade nacional brasileira em termos da sua identidade e do papel que lhe caberá no conjunto de Nações.¹⁹⁰

Na obra de Varnhagen a gênese da literatura nacional é a mesma da idéia de nação que ele procura construir, pois ambas seriam fruto do patriotismo e resultado de uma única história. *Na História geral do Brasil* esse seu pensamento é elaborado do seguinte modo:

Uma nação, diz outro talentoso escritor francês, é um grupo mais ou menos considerável de famílias, provindas às vezes de sangue mui diferente, mas todas unidas pela identidade de espírito público: tem no passado um só história, não duas: e se dessa rompesse as tradições, deixaria de apresentar-se devidamente” E de feito: a mesma história nos dá exemplos do caro que tem pago algumas nações o pretenderem renegar de todas as tradições de seu passado.¹⁹¹

Varnhagen demarca um momento de surgimento da literatura que canoniza como brasileira e intenta, a partir desse ponto, persuadir o leitor de que traça – de forma imparcial, já que fundamentada em farta documentação – a continuidade e a evolução real da literatura nacional. A sua concepção de evolução da literatura brasileira está inserida numa periodização de longa duração – trata da literatura que considera nacional por séculos –, no interior da qual identifica “impulsos” que

¹⁹⁰ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional.” In: *Estudo históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

¹⁹¹ VARNHAGEN. *História geral do Brasil*. (prólogo da 2ª ed., reproduzido na 3ª ed.) São Paulo: Companhia Melhoramentos, s/d.

fizeram com que esta literatura evoluísse.¹⁹² A partir desses “impulsos” discute as idéias que considera mais relevantes em cada século.

O autor estrutura o relato que faz da literatura nacional em três momentos ou “impulsos”, isto é, a manifestação no tempo do que ele acredita ser a genuína cultura brasileira, que faria com que surgisse uma nação singular. O primeiro “impulso” se dá com a ação “civilizadora” praticada pelos jesuítas em seus colégios:

“Nos seus colégios começavam logo a ensinar a cantar aos pequenos catecúmenos filhos da terra, e mais tarde compunham até comédias, ou autos sacros, para eles representarem; e dahi proveio o primeiro impulso da poesia e do theatro no Brazil.”¹⁹³

O segundo deste “impulsos” é verificado pelo historiador na guerra contra os holandeses.¹⁹⁴ Para Varnhagen é esse momento histórico mais relevante para a literatura “brasileira”, por ser o período no qual teria surgido o patriotismo do “brasileiro”:

Mas é singular como a atividade literária só começa depois que a guerra dos holandeses, despertando, por assim dizer, os ânimos, os distraiu da

¹⁹² A idéia de progresso é evolução dos românticos dialoga bastante com a filosofia da história de Herder. Este entende que com o transcorrer do tempo a humanidade evolui, de forma que cada etapa da história da humanidade contribui para o aperfeiçoamento da seguinte: “Mas no seu conjunto são três momentos sobrepostos numa inseparável sequência. O egípcio não teria sido *egípcio* sem o ensino ministrado à criança no Oriente e o grego não teria chegado a ser *grego* sem a aplicação escolar dos egípcios. A repugnância dos que vêm depois só mostra que houve desenvolvimento, progressão, que se foram subindo os degraus da escada! (HERDER, Johann Gottfried. *Também uma filosofia da história para a formação da humanidade*. Lisboa: Edições Antígona, 1995).

¹⁹³ VARNHAGEN. *Florilégio da poesia brasileira*. Op. cit., p. 11.

¹⁹⁴ Bernardo Ricupero nota com acuidade o significado para Varnhagen da guerra contra os holandeses. Segundo Ricupero este seria o momento para o historiador do nascimento do Brasil: “Entre as invasões estrangeiras, a mais importante foi a holandesa. Consequência da União Ibérica (1580), o principal mérito da guerra contra os holandeses teria sido, aos olhos do nosso autor [Varnhagen], a união de descendentes de portugueses, índios e negros na mesma causa. Os índios, personificados em Felipe Camarão, e os negros, simbolizados por Henrique Dias, como se libertaram da barbárie e da escravidão, ao participarem da guerra, indicando que sua situação desfavorável poderia modificar-se, já que não teria como causa a origem racial, mas fatores históricos.

A guerra contra os holandeses marcaria, além do mais, o início da consciência da existência de uma entidade distinta e característica como o Brasil.” (RICUPERO. *O Romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)*. Op. cit., p. 134.

exclusiva ocupação de ganhos e interesses mesquinhos, para ocupar-se mais em apreciar as artes do engenho.¹⁹⁵

É o momento para Varnhagen no qual a nacionalidade brasileira teria surgido. Nacionalidade esta que por anacronismo ele está exatamente construindo em seu presente. Seria então o colono português o verdadeiro “brasileiro”, visto que se outras raças participaram do conflito, isto teria ocorrido por elas já estarem “absorvidas” pelos lusitanos:

A verdadeira nacionalidade brasileira de hoje nasceu antes da Independência, já existia no Arraial do Bom Jesus em Pernambuco, em frente ao poder dos Holandeses, e não era índia; era crioula e cristã, era portanto, já há mais de dois séculos, brasileira. Foi essa a nacionalidade a que alentou e eletrizou os corações dos que ficaram vencedores em Guararapes. – Esses que chamamos, incorretamente, indígenas concorriam nela, não como tipos, mas apenas absorvidos pela raça cololizadora.¹⁹⁶

Por fim, o terceiro “impulso” se dá no período do “ciclo do ouro” (séc. XVIII) em Minas Gerais:

Mas foi mais que tudo a província de Minas, que (por ser pátria d’uns literatos, e residência de outros) imprimiu um novo e grande impulso na regeneração da literatura brasileira. Se esta nascera da atividade de uma guerra de armas, agora, um século depois, outra guerra com os elementos, com as brenhas e entranhas da terra para extrair-lhe o oiro nelas escondido, produziu a regeneração literária que já traz em si mesma o cunho de ser nascida daqueles sertões do coração do Brasil.¹⁹⁷

Ao tratar das etapas de “evolução” da poesia nacional, Varnhagen exhibe um certo misticismo na leitura que faz do passado brasileiro. Fala em “fase primitiva” de “nascimento” e “regeneração” como se estivessem situadas num tempo mítico, lendário, mas que, justamente por isso, deveriam ser entendidas como motivos de

¹⁹⁵ VARNHAGEN. *Florilégio da poesia brasileira*. Op. cit., pp.16-17.

¹⁹⁶ Idem. “Como se deve entender a nacionalidade na história do Brasil.” In: *Anuário do museu imperial*. Op. cit., p. 234.

¹⁹⁷ Idem, *ibidem*, pp. 34-34.

enobrecimento e orgulho para o Brasil. Ao comentar a contribuição do catolicismo para a cultura “brasileira” o autor fala desse tempo lendário:

Mas voltando aos tempos em que deixamos as letras e a poesia entregues aos desvelos dos Jesuítas: é, sem dúvida, que dos colégios destes que se haviam apoderado da instrução da mocidade saíram os primeiros humanistas, e os primeiros poetas que produziu o Brasil.¹⁹⁸

O retorno que Varnhagen faz ao passado com o intuito de verificar uma evolução para, com isso engrandecer o presente e apontar para um futuro grandioso para o país, é uma postura genuinamente moderna. Segundo Octavio Paz:

Nossa idéia de tempo como mudança contínua não é apenas uma ruptura do arquétipo medieval cristão, e também uma nova combinação de seu elementos. O tempo finito do cristianismo torna-se o tempo quase infinito da evolução natural da história, mas conserva duas de suas propriedades constitutivas: o ser irrepetível e sucessivo. A modernidade nega o tempo cíclico da mesma maneira categórica que Santo Agostinho o tinha negado: as coisas sucedem somente uma vez, são irrepetíveis. [...] A história é o nosso caminho de perfeição.¹⁹⁹

É por entender o tempo como mudança e aprimoramento e ver a história de forma teleológica que Varnhagen entende a nação como uma herança:

E ainda admitindo que muitas vezes abusavam os superiores do inferiores, os senhores dos escravos, e uns e outros dos índios, como é certo, não é também certo que à custa das lágrimas do exílio, nos legara ele a nós, seus herdeiros, as casas fabricadas as fazendas criadas, as vilas e cidades fundadas, — a vida, a religião, o comércio, a riqueza, a civilização... a pátria enfim?²⁰⁰

¹⁹⁸ Idem, *ibidem*, p. 16.

¹⁹⁹ PAZ, Octavio. *Os filhos do Barro: do romantismo à vanguarda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

²⁰⁰ VARNHAGEN. *História geral do Brasil*. (prólogo da 2ª ed., reproduzido na 3ª ed.). Op. cit., 10.

4.1 Desbravando o território

A obra de Varnhagen como um todo está a serviço da construção do Estado nacional brasileiro, da idéia de nação, da nacionalidade e da delimitação do território brasileiro. Para o autor tanto a história quanto a literatura deveriam tratar de forma incisiva de todas essas questões, tornando-se dessa maneira “úteis” para o império.

No que se refere ao território, a literatura e a história deveriam contribuir para o “exato” conhecimento dele, descrevendo-o com máxima riqueza de pormenores. Nesse sentido, a obra de Rocha Pita, por exemplo, é recomendada “pela riqueza de descrições”.²⁰¹ Do mesmo modo, Varnhagen insiste em classificar como literatura nacional as obras que façam referência ao território, isto é, a uma dada leitura da natureza brasileira, vista como a mais exuberante do mundo e portadora das maiores e melhores potencialidades. Mesmo o clima que poderia, em algumas estações, parecer adverso, jamais seria motivo de preocupações. Na comparação com o de outras áreas do planeta, ele sempre estaria com vantagens, pois:

A maior humidade do verão faz que a ardência do sol nunca se chegue tanto a sentir. Parece providencial nesta terra que os dias mais calorosos sejam justamente os de maior humidade.

O firmamento ostenta-se no Brasil em toda a sua esplêndida magnificência. O hemisfério austral é, segundo sabemos, mais brilhante que o do norte, ao menos nas altas latitudes, donde se não pode ver a bela constelação do Cruzeiro, de todas as firmamento a que mais atrai a atenção, ainda dos menos propensos a admirar a criação, nessas miríades de mundos, que confundem o miserável habitante deste nosso pequeno planeta.²⁰²

Na visão de Varnhagen a flora brasileira é incomparável em beleza e produção de frutos, já que seria um espécie de dádiva divina para o engrandecimento e promissor desenvolvimento do país:

A vegetação é sucessiva: poucas árvores perdem as folhas; algumas delas carregam de flores, quando ainda os seus ramos vergam com o peso dos

²⁰¹ Idem. *Florilégio da poesia brasileira*. Op. cit., p. 31.

frutos da safra anterior; e destes últimos vão uns inchando, quando já outros estão de vez ou de todo maduros. Nos terrenos de formação de gnaisses, em vigorosa decomposição pela ação fortíssima da atmosfera e das chuvas torrenciais, há mais humidade, e a vegetação é mais luxuriosa, sendo aí mais admirável as matas-virgens. No litoral têm as plantas bastante analogia com as da costa da África fronteira: nos alagados do mar pululam as rozofóreas, que chamamos mangues, as quais se multiplicam pelos próprios ramos, que dos galhos se debruçam a buscar a terra. São árvores como que destinadas pelo Criador para marcar os leitos aos rios dos climas entretópicos, quando as suas águas se vão mesclando com as salgadas do mar. Seguem muitas euforbiáceas, malváceas e leguminosas. Abundam, porém, mais que tudo, e que em país nenhum, as famílias das palmeiras e das orquídeas, plantas aéreas de grandes e notáveis flores.²⁰³

As árvores frutíferas, quando transplantadas de outros países, produziram frutos superiores àqueles encontrados em seus locais de origem:

Nestes climas [brasileiros] é que melhor prosperou, depois, a cultura introduzida da cana, do gengibre, do anil, da canela e do cravo; e quando mais temperados e húmidos, a do café da Arábia, e modernamente a do chá China: é neles que as mangas trazidas da Índia são mais saborosas que as do Oriente; e que a laranja importada da Europa se tornou tão superior a toda que se conhece; como sem dúvida sucederá com os tão celebrados *mangustões* de java e *duriões* de Amboíno e Malaca que, esperamos não tardarão a ser importados da Ásia, e devidamente cultivados.²⁰⁴

A fauna brasileira também seria superior à européia. Aliás, para estabelecer a superioridade da fauna e da flora brasileiras, a Europa é sempre o referencial de comparação utilizado por Varnhagen:

Se as plantas do Brasil têm alguma paridade com as do continente da África fronteiro, não sucede assim com os animais: todos eles especiais americanos, sem relação, em geral com os da zona tórrida nos outros

²⁰² Idem. *História geral do Brasil*. Op. cit., pp. 13-14.

²⁰³ Idem, *ibidem*, p. 14.

²⁰⁴ Idem, *ibidem*, p. 16.

continentes, excepto na circunstância de serem, com ali, mais perfeitos do que os das zonas temperadas e fria e em maior número os trepadores.

[...]Entre os animais pequenos notam-se como gêneros sem correspondentes no chamado mundo velho, e que só os têm na Austrália, o tamanduá, os tatus, as preguiças e os gambás e jaguaticacas.²⁰⁵

Como se verifica, Varnhagen procura persuadir seu leitor – ou as elites brasileiras – das vantagens que o território nacional teria sobre os demais países. Em seu modo de entender, era condição *sine qua non* para promover o desenvolvimento do império convencer as elites da necessidade da unidade do território e de investimentos na infra-estrutura, pois o retorno seria imediato, já que: “O Brasil é tão feraz que qualquer local em que se julgue conveniente empregar alguns capitais produtivos tem por força que prosperar mais ou menos segundo se atenderem outras circunstâncias.”²⁰⁶

Dado que Varnhagen encontra infindáveis riquezas no território nacional, acredita ser uma necessidade urgente unir esse território para que se possa melhor explorá-lo economicamente e transformá-lo numa “nação compacta”, já que em seu entendimento o país ainda estaria – tal como no período colonial – fragmentado em “muitas colônias juntas”, condição que para o autor seria absolutamente reprovável e responsável pelo atraso do país:

Assim o Brasil declarou-se independente; proclamou o Império; e depois de um quarto de século acha-se quase na mesma; e com mais ar de colônia, ou antes de muitas colônias juntas que de nação compacta. Como colônia vende seus produtos *à porta de casa*; e como colônia se sustenta, e vive quase exclusivamente do comércio exterior. Com tanto território fertilíssimo de sertão continua a descuidar este, e a esquecer-se de que só d’ahi lhe podem vir sólidos recursos, e legítima segurança e energia.²⁰⁷

Ao finalizar o “Ensaio histórico sobre as letras no Brasil” que precede o *Florilégio*, Varnhagen analisa a obra de alguns de seus “amigos ilustres” e reafirma a sua idéia de literatura comprometida com a descrição do território.

²⁰⁵ Idem, *ibidem*, p. 17.

²⁰⁶ Idem. *Memorial orgânico oferecido à nação*. Op. cit., p. 370.

²⁰⁷ Idem, *ibidem*, p. 358

Censura tais figuras expressivas no cenário político de então, uma vez que teriam cultivado a poesia por mera distração:

Os quatro autores referidos, que terminam o nosso Florilégio, são José Bonifácio, Paranaguá, Januário, e Álvaro de Macedo: os laços de amizade e veneração, que a eles nos prendiam, e nos ligam às suas famílias, quase nos apertam o pulso, e fazem que a mão trema ao escrever deles um juízo crítico – prematuro talvez. Digamos antes de tudo, que nenhum desses brasileiros talentosos cultivou a poesia senão por distração de mais sérios estudos.²⁰⁸

Sobre Álvaro Macedo, Varnhagen chega ao ponto de pretender interferir no processo de composição da obra dele. Informa que pediu ao poeta para dar uma cor local à sua poesia, mas lamenta não ter sido plenamente atendido:

A muita convivência que, na qualidade de colega, com Macedo tivemos, e a amizade que a ele nos ligava, nos permitiram quase que assistir à composição dos últimos dois cantos do seu poema, ao qual, a pedido nosso, o autor decidiu dar uma cor mais americana na parte descritiva; e lastimamos que não desse ainda mais desenvolvimento a este nosso pensamento, quando quase simplesmente nomeia as frutas, etc.²⁰⁹

Ao que tudo indica, a falta “da cor mais americana” que Varnhagen diz ser uma das características da obra de Álvaro Macedo, não é a da poesia “Grandeza mexicana” do poeta mexicano bispo Balbuena, justamente valorizada pelo autor por que “abunda em cenas descritivas”:

O pequeno poema *Gandeza Mexicana*, publicado no México em 1604 pelo, ao depois bispo Balbuena, autor de epopéia – *El Bernardo* – e, apesar de suas hipérboles e exagerações sempre poéticas, o primeiro trecho de boa poesia, que produziu a vista desse belo país, que logo se começou a corromper, primeiro com falsidades na guerra, depois com a sede do ouro. Força é confessar que a obra de Balbuena é, de todas as que temos mencionado, a que mais abunda em cenas descritivas, por se haver ele inspirado, mais que todos os outros de um dos grandes elementos, que

²⁰⁸ Idem. *Florilégio da poesia brasileira*. Op. cit., p. 45.

²⁰⁹ Idem, ibidem, p. 47.

deve entrar em toda a elevada poesia americana – a majestade de suas cenas naturais.²¹⁰

Como demonstra Mônica Pimentel Veloso o nacionalismo que verificamos na obra de Varnhagen – que viu na natureza um meio de afirmação da singularidade brasileira – é uma recorrência na prática literária e na historiografia brasileira do período romântico:

Entre nós, o nacionalismo sempre foi compreendido como a capacidade de retratar, o mais fielmente possível, as coisas locais. Descrever lugares, cenas, fatos e costumes das diversas regiões brasileiras significava entrar em comunhão com a nação.²¹¹

Foi uma necessidade do momento conhecer o território, pois só assim se poderia efetivamente tomar posse dele. Percebe-se que o *Florilégio* foi estruturado de modo a inserir um poeta de cada região do país, certamente com o intuito de passar uma visão de unidade e coesão da obra, como também do império que seria um espelho dela. Varnhagen data e localiza os poetas pertencentes às diferentes províncias, que depois se tornaram os Estados. Inicia com a Bahia: “nessas aulas [ministradas pelos jesuítas] se educaria primeiro o franciscano Vicente do Salvador, nascido na Bahia em 1564, e autor de uma história do Brasil [...]”.²¹²

Passa pela província do Rio de Janeiro: “Na cidade do Rio de Janeiro, onde em 1735 se tinha começado a organizar uma sociedade literária que não vingou, volveu-se em 1752 a tratar de outra, que chegou definitivamente a organizar-se, com o nome de *Academia dos Selectos*.”²¹³; Minas que é o local onde teria se dado o “grande impulso na regeneração da literatura brasileira” São Paulo; Goiás: “Mais para o interior, em Goyaz pulsava a lyra de Pindaro o sublime Cordovil, de quem devemos sentir que não sejam conhecidas maior número de produções.”²¹⁴

Varnhagen, assim como a elite letrada do Segundo Reinado, procurou construir para o país a idéia de nação integrada a centralização do poder. Assim,

²¹⁰ Idem, ibidem, p. 14.

²¹¹ VELLOSO, Mônica Pimenta. *A literatura como espelho da nação*. In: Estudos históricos. Rio de Janeiro, vol. 1, no. 2, 1988.

²¹² FARNHAGEN. *Florilégio da poesia brasileira*. Op. cit. p. 16.

²¹³ Idem, ibidem, p. 33.

²¹⁴ Idem, ibidem, p. 44.

foi preciso incutir nas elites econômicas – que por decorrência tinham poder político – que era chegado o momento de unir o território, caso contrário ele se fragmentaria. Se o território continuasse, defende Varnhagen, composto de regiões sem vínculos (legado pelo passado colonial), o país não se desenvolveria. Nesse sentido esclarece Regina Araújo:

A formação do Brasil enquanto um corpo político autônomo ocorreu sob o imperativo da indivisibilidade e integridade do território, transformado em dogma político. Em nome deste dogma, o império brasileiro nasceu e se legitimou, afirmando-se sobre as elites regionais e celebrando as regiões separatistas. Em meio às convulsões políticas externas e internas que marcaram as primeiras décadas do século XIX, foi em nome de um território ainda em grande parte desconhecido, dotado de estruturas produtivas que pouco se comunicavam entre si, que teve lugar o projeto de centralização monárquica que deu origem ao Brasil.²¹⁵

Assim, a preocupação de Varnhagen com a natureza brasileira ganha sentido por estar inserida num projeto político-ideológico de construção dos limites geográficos do território nacional. Ele próprio afirma que os limites desse território ainda estavam por ser definitivamente estabelecidos. As décadas de 1840 e 1850 foram marcadas pela tentativa do governo monárquico de centralizar o poder e incutir nas elites regionais os limites de cada província, necessários para a unidade do território. Por isso o objetivo de Varnhagen em delinear os limites do território nacional.²¹⁶

No “Memorial orgânico” essa condição “desagradável” é explicitada do seguinte modo:

É bem sabido que no Brasil como em toda a extensíssima fronteira do Império os nossos limites estão por assignar de um modo terminante. –

²¹⁵ ARAÚJO, Regina. A formação da memória territorial brasileira (1838-1860) – Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, junho de 2001.

²¹⁶ Conforme elucida Boris Fausto: “A concepção de um império estável e unificado, originário da burocracia governamental, foi assumida pelos donos da terra fluminense, estritamente vinculados à Corte pela geografia e por seus negócios. O setor de proprietários rurais da Bahia e de Pernambuco, pertencente ao Partido Conservador, tinha vivido e ainda estava vivendo a experiência das lutas pela autonomia regional, com conteúdo popular. Esta seria a razão básica para apoiar a idéia de um governo central dotado de grande autoridade. (FAUTO, Boris. *História concisa do Brasil*. Op. cit., p. 99)

Anularam o sábio tratado de 1750²¹⁷, caducou o de 1777 [Tratado de Santo Ildefonso, um dos tratados que anularam o Tratado de Madri, o outro foi o Tratado de El Pardo de 1761], e o Império só está devidamente limitado pelo oceano.

Adiante veremos se há meio de sahir quanto antes deste estado, que para os vizinhos deve ser tão desagradável como para nós.²¹⁸

A considerar tais afirmativas, torna-se possível afirmar que para o autor não havia ainda um espaço geográfico que pudesse ser representado como unidade tida por brasileira e, exatamente por tal razão, seria ele mesmo o pioneiro a construí-la. A urgência verificada de “sahir quanto antes deste estado” está em que sem território não há Estado nem nação. Para Marcelo Escolar: “o pré-requisito necessário para a conformação material de qualquer Estado-Nação moderno corresponde à apropriação exclusiva de um território”.²¹⁹

O Brasil, como os demais países americanos – pelo fato de serem ex-colônias – não possuíam, no momento em que iniciaram os processos de estruturação de seus respectivos Estados nacionais e a posterior construção da

²¹⁷ Tratado de Madri. O fato de Varnhagen se referir a ele com “sábio” certamente se deve ao fato de tal tratado ter ficado na historiografia luso-brasileira como um grande feito da diplomacia portuguesa. O autor, como defensor dos valores e das tradições portuguesas não perdeu a oportunidade de glorificar o tratado. Segundo Demétrio Magnoli, o Tratado de Madri foi, no momento de sua decretação: “Celebrado como expressiva vitória diplomática portuguesa, foi em grande medida condicionado pela superioridade dos conhecimentos geográficos lusos na América meridional. Na primeira metade do século XVIII, inúmeros desbravadores – alguns provavelmente em missões secretas organizadas pela Coroa – percorreram a Amazônia ocidental subindo o Guaporé, o Mamoré e o Madeira. Manuel Félix de Lima, explorador do Guaporé, parece ter fornecido informações valiosas a Alexandre de Gusmão. João de Sousa de Azevedo, por seu turno, pode ter sido o informante original acerca dos rio Arinos e Tapajós. Na região meridional, a Coroa portuguesa desencadeou, na década de 1740, um amplo programa de reconhecimento de fronteiras e espionagem direcionado para os aldeamentos missionários do Paraguai, Uruguai e Rio Grande do Sul. As primeiras conversações visando ao futuro tratado, que datam de 1746, assinalaram a multiplicação das expedições para as zonas limítrofes de soberania incerta. (...) O tratado como queria Gusmão, assinalou o abandono diplomático do Meridiano de Tordesilhas. O lugar da linha ancestral na delimitação recíproca das soberanias foi preenchido então por um conceito oriundo do direito civil romano: o *uti possidetis* (interdito possessório: a posse legitimada e justificada por uma circunstância de realidade, pela ocupação efetiva.” (MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria – imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora da Universidade Paulista: Moderna, 1997.

²¹⁸ VARNHAGEN. “Memorial orgânico oferecido à nação.” Op. cit., p. 359.

²¹⁹ ESCOLAR, op. cit., p. 103.

idéia de nação²²⁰ um território já unificado. Não havia ainda vínculos culturais, sociais e econômicos entre as regiões do país, já que elas negociavam diretamente com a metrópole.²²¹ Para Regina Araújo tal aspecto é justamente o elemento especificador desse processo na América:

A especificidade da formação dos Estados nacionais americanos, nos quais o território não estava imediatamente dado como base dos vínculos sociais e culturais, tem paradoxalmente como efeito a ênfase em sua materialidade e historicidade como elemento fundamental para a constituição do Estado e da nação.²²²

No entendimento de Varnhagen, o conhecimento das fronteiras brasileiras e a delimitação dos limites de cada região do país seriam essenciais para a unidade do território brasileiro e para a centralização administrativa do império. Tanto assim que elabora um plano de divisão do espaço geográfico nacional:

Uma lei razoável de divisão territorial do Brasil é-lhe mais necessário do que o produto de quanto café recolhe. Não haverá administração central que se entenda com as províncias, e que verdadeiramente governe em quanto estas puxem cada uma para sua banda, e as grandes tratem de engolir as pequenas.”²²³

Como é partidário da unificação do país, Varnhagen se apressa em esclarecer que essa divisão é unicamente uma prerrogativa para a “boa” administração do império e para promover sua coesão num todo unificado:

²²⁰ Tal como enfatiza Eric Hobsbawm “o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto.”(HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

²²¹ Como esclarece Maria Odila Leite Dias a falta de vínculos entre as províncias só foi superada na década de 1840/1850 com a centralização do poder e a imposição da unidade do território: “A consciência propriamente “nacional” viria através da integração das diversas províncias e seria uma imposição da nova Corte no Rio (1840-1850) conseguida a duras penas através da luta pela centralização do poder e da “vontade de ser brasileiros”, que foi talvez uma das principais forças políticas modeladoras do império; a vontade de se constituir e de sobreviver como nação civilizada européia nos trópicos, apesar da sociedade escravocrata e mestiça da colônia, manifestada pelos portugueses enraizados no Centro-Sul e que tomaram a si a missão de reorganizar um novo império português. A dispersão e fragmentação do poder, somada à fraqueza e instabilidade das classes dominantes, requeria a imagem de um Estado forte que a nova Corte parecia oferecer.” (DIAS, Maria Odila Leite. “A interiorização da metrópole (1808-1853).” In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1986.)

²²² ARAÚJO. A formação da memória territorial brasileira (1838-1860). Op. cit., p. 8.

²²³ VARNHAGEN. “Memorial orgânico oferecido à nação.” Op. cit., p. 384.

E claro é que esta divisão de que tratamos é só administrativa, propriamente dita. Nada tem que ver com a eclesiástica, nem com a judicial, que seguiriam como até aqui, enquanto o tempo não indicasse para elas as necessária reformas. No Brasil temos exemplos de bispados que se estendem de umas a outras províncias; e não vemos inconveniente grave em haver comarcas com julgados em duas ou três diferentes divisões administrativas.²²⁴

O interesse maior de Varnhagen é assegurar a existência do regime monárquico no país e preservar as tradições trazidas pela Casa de Bragança, isto é, manter o país na condição de império. Para viabilizar a integração do território e a centralização política, quer unir as “diferentes peças da monarquia” para mantê-la em equilíbrio:

A proposição quase não carecia de esclarecimento. Todos sabemos, mais ou menos, as origens das províncias e todos temos olhos para ver em qualquer mapa as suas desigualdades; isto é, a monstruosidade de umas, e a quase nulidade de outras. E isto quando as estrelas do Império para o seu uniforme regimen e movimento devem constituir uma constelação regular. E isto quando as diferentes peças da monarquia brasileira para que esta se mantenha em equilíbrio devem ser, quanto possível, de igual força e resistência, à maneira das pedras de uma abóbada de volta inteira, que sustendo-se e apoiando-se umas nas outras, conseguem sustentar o edifício todo.²²⁵

Mas há uma contradição no desejo de que as diferentes regiões do império tenham “igual força e resistência” – pois isso apontaria para um regime federativo – e, ao mesmo tempo, ser partidário da centralização do poder, pois esta por si só desequilibra tais “forças”, já que estas deveriam se submeter a uma força maior, isto é, ao governo central. No prólogo da segunda edição da *História geral o Brasil* Varnhagen defende que a integridade em última instância se materializa na monarquia, do mesmo modo que em sua própria obra. Assim o território nacional, a monarquia e sua narrativa seriam faces de uma mesma entidade: “A integridade do Brasil, já representada majestosamente no Estado e no Universo pela monarquia, vai

²²⁴ Idem, ibidem, p. 384.

²²⁵ Idem, ibidem, p. 362.

agora, bem que mui humildemente, ser representada entre as histórias das nações por uma história nacional.”²²⁶

O equilíbrio, portanto, só pode existir no discurso persuasivo de Varnhagen não na materialização da divisão do território que pretende aplicar no país.

Nesse aspecto Pedro Puntoni esclarece que são bem outras as idéias políticas do autor. Elas giram em torno do antifederalismo e da inexistência de autonomia para as províncias: “o antifederalismo de Varnhagen era decalcado de uma prevenção para com os poderes locais, desejando, sobretudo, o esvaziamento dos poderes locais, isto é regionais. Para ele, apenas o Estado forte e centralizado construiria a nação.”²²⁷

A tão desejada unidade só aconteceria, no entendimento do autor, com a comunicação efetiva entre as províncias que traria, além disso, o desenvolvimento econômico do império:

Comunicação interna. – Reclama o desenvolvimento do commercio interior do paíz, e sobretudo aconselha a política, como medida urgente para a unidade nacional, o fazer-se quanto antes comunicar por uma estrada de ferro-cariz o empório de Minas, isto é, a bacia do Rio S. Francisco com o mar.²²⁸

Varnhagen demonstra estar imbuído de autoridade para promover o controle político do território nacional, visto que em seu plano de divisão para o país visa “efetivamente realizar no Brasil uma nova divisão do território”.²²⁹ Ele estabelece limites, desloca demarcações, localiza o que seria os melhores pontos para as sedes dos governos regionais. Assim, pretende “ligar mais o systema de concentração e conciliação do paíz consigo mesmo.”²³⁰ É com aparente segurança e desenvoltura que constrói os limites geográficos do território nacional. Por isso é minucioso em informar que através de seu plano objetiva:

1. Dar a cada província uma extensão de território proporcionada à das outras, o suficiente população e riqueza, para que gozem proximamente

²²⁶ Idem. *História geral do Brasil*. Op. cit., p. 2

²²⁷ PUNTONI. “O Sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira.” Op. cit., p. 647.

²²⁸ VARNHAGEN. “Memorial orgânico oferecido à nação.” Op. cit., p. 429.

²²⁹ Idem, *ibidem*, p. 386.

²³⁰ Idem, *ibidem*, p. 386.

de igual importância, e possam pela reunião de maiores capitães empreender obras maiores.

2. Neste sentido reunir, quanto possível, os povos a que a natureza tiver prestado mais fácil comunicação, e além disso aqueles cujos esforços convergindo convenientemente a um fim, produzem o bem-estar de toda a província por meio: v. g., da abertura de uma ou duas boas estradas através da Serra do Mar, ou para algum porto dos rios mais próximos, as quais fariam evidentemente desenvolver os recursos. A todas as nossas províncias damos pois um ou dois portos de abrigo, ou pomos à sua disposição os rios que melhor poderão aproveitar.

3. Para mais auxiliar um tal desenvolvimento dos recursos do interior, e até para ligar mais o systema de concentração e conciliação do país consigo mesmo, propomos que quanto possível se prefira que fiquem no interior dele os centros governativos. [...].²³¹

Após uma descrição pormenorizada de cada uma das áreas que deveriam se tornar as divisões regionais, Varnhagen censura o Ato Adicional²³² por não tratar do território brasileiro, já que ele teria imitado os Estados Unidos da América em vários aspectos, a não ser no que se refere ao território:

Tal é a divisão de território que por em quanto nos parece a mais apropriada para desenvolver os recursos do país. [...] Os Estados Unidos têm os seus territórios, e não sabemos como neste ponto fosse omissa o Ato Adicional, que n'outras disposições os imitaram.²³³

Marcelo Escolar chama a atenção para o fato de que no processo de estruturação dos Estados nacionais modernos a apropriação e a exploração dos recursos naturais e humanos de um dado território – tal como Varnhagen pretende fazer no Brasil – foram uma etapa necessária para a “formação do capital mercantil” que viabilizou tais Estados. A delimitação e a conseqüente exploração

²³¹ Idem, *ibidem*, p. 386.

²³² A censura de Varnhagen ao Ato Adicional pode estar relacionada ao fato do Ato ter dado maior autonomia às províncias. Segundo esclarece Boris Fausto: “Uma lei de agosto de 1834, chamada de Ato Adicional porque fez adições e alterações à Constituição de 1824, determinou que o Poder Moderador não poderia ser exercido durante a Regência. Suprimiu também o Conselho de Estado. Os presidentes de províncias continuaram a ser designados pelo governo central, mas criaram as Assembleias Provinciais com maiores poderes, em substituição aos antigos Conselhos Gerais.” (FAUSTO. *História concisa do Brasil*. Op. cit., p. 87.)

²³³ VARNHAGEN. “Memorial orgânico oferecido à nação.” Op. cit. p. 388-9.

de um determinado território aconteceram simultaneamente à organização burocrática de um organismo estatal:

Se esquematicamente supomos a apropriação monopolista dos recursos materiais e humanos de determinada área de superfície terrestre como um passo necessário do processo de formação do capital mercantil (assumindo a pluralidade antagônica de tais áreas e portanto o potencial exclusivo de suas economias), poderíamos considerar, como uma expressão de tal apropriação diacrônica, a organização burocrática paralela de um organismo estatal de dominação política [...]. Essa apropriação soberana orientada à integração nacional e material do território vai permitir às diversas formas de organização nacional-estatal do domínio. Então, mercado e Estado aparecem articulados com maior ou menor coerência em um só território nacional.²³⁴

. O temor de Varnhagen é de que o Brasil perca partes de seu território, tal como teria acontecido com o México. O pesadelo das revoltas do Período Regencial ainda o atormentava. Para evitar a federação deveria-se promover uma “verdadeira união” do país:

Se o México depois de sua independência, em vez de querelar inutilmente, tivesse pensado em organizar-se como nação, e em unir-se para debelar o estrangeiro invasor, não teria sofrido, ante o mundo e a posteridade, o vexame e o tributo de guerra que sofreu, e não haveria sido despojado de metade de seu território, incluindo a Califórnia. Não há força sem união, e não haverá nunca verdadeira união, enquanto não se estabeleça bem a unidade.²³⁵

Regina Araújo discute a função que a geografia teve no âmbito do IHGB e como a historiografia do período romântico brasileiro se valeu da imagem do território proposta por ela para construir o território nacional:

Apesar de pouco estudada, a geografia produzida nos quadros do Instituto cumpriu um papel essencial. Afinal, conforme já assinalou Marcelo Escolar, a geografia se institucionalizou como campo disciplinar nas sociedades ocidentais “com o propósito, relativamente implícito, de ser

²³⁴ ESCOLAR. *Crítica do discurso geográfico*. Op. cit., p. 104.

²³⁵ VARNHAGEN. “Memorial orgânico oferecido à nação.” Op. cit., pp. 401-2.

um discurso que formara um determinado tipo de idéia de país e uma forma específica de consciência territorial de pertencimento. A exaltação do passado nacional, empreendida pelos historiadores, baseou-se em grande medida, na exaltação do território, imaginado como portador de riquezas e potencialidades que fariam a grandeza da nação que se pretendia construir.²³⁶

Se nas belezas naturais e nas potencialidades produtivas, o território nacional seria insuperável, o mesmo não ocorreria com o desenvolvimento industrial ou com a condição de país “civilizado”, como quer Varnhagen. Se num aspecto o império brasileiro poderia se alçar à condição das grandes nações européias – a exuberante natureza vista como uma espécie de compensação pelo “atraso” com relação à Europa –, em outro demandaria um longo percurso. Portanto, é para superar a condição de nação não “civilizada”, que o autor considera desfavorável, que ele elabora projetos para o Brasil.

No momento em que Varnhagen inicia seu projeto de divisão do território nacional com vistas ao desenvolvimento do império ele verifica a inferioridade do país com relação à França e à Bélgica e se diz alarmado, por exemplo, com a falta no Brasil de mapas seguros nos quais poderia se orientar, o que já não ocorreria nessas nações européias caracterizadas como “civilizadas”:

N’um paíz como a França, ou melhor como a Bélgica, com mapas levantados minuciosamente e em grande escala, com um cadastro e estatísticas da maior exatidão; e em que o paíz se acha com igualdade civilizado, e povoado segundo suas forças produtivas, impossíveis já de melhor, nada mais fácil do que proceder a uma divisão do território.

Mas a que distância nos achamos no Brasil de tal perfeição! Em que século futuro a chegaremos a conseguir? Não possuímos, nem possuiremos tão cedo, um mapa levantado geodesicamente, e as escassas informações estatísticas que temos, merecem uma confiança secundária.²³⁷

Mas é essa mesma condição de nação não “civilizada” e a escassez de material cartográfico, com a qual Varnhagen afirma se deparar, que lhe servem de argumento para defender seus projetos políticos e econômicos para o

²³⁶ ARAÚJO. *A formação da memória territorial brasileira (1838-1860)*. Op. cit., p. 9

desenvolvimento do país, materializados, por exemplo, no modo como pretende demarcar os limites internos território nacional. Procura passar a impressão de que intenta unicamente esclarecer e precisar as fronteiras brasileiras que não estariam bem determinadas:

Assim por enquanto não poderemos nós seguir rigorosamente esses princípios recomendados para uma exata divisão do território; mas lembrando-nos que o melhor é inimigo do bom, e que o péssimo quanto possuímos cumpri-nos sim tê-los [os mapas existentes sobre o Brasil] em vista, para os seguir com a possível aproximação, mas tomar por condição principal a necessidade de que as demarcações fiquem exatamente determinadas, e que apesar da inexatidão dos mapas, se evitassem dúvidas e controvérsias, quando se houvesse de imprimir 'a divisão que propomos o caráter de lei constitucional, se de tal honra fosse julgada digna.²³⁸

Varnhagen informa que teve que se voltar para o delineamento das fronteiras do país, para as demarcações naturais, isto é, montanhas e principalmente rios. É exatamente dos rios mais conhecidos e admirados de então – o Amazonas e o Prata – que o autor se vale para localizar também o que considera ser o melhor local para situar o “coração” do império: sua capital. Para Varnhagen a sua localização deveria ser objeto de escolha criteriosa, pois seria dela que partiriam as “veias” e “artérias” que injetariam vida e progresso no país. Sendo assim o melhor local seria onde se encontra “os dous grandes rios que abraçam o país” para os quais convergiriam importantes afluentes. Como acredita que o império brasileiro é uma dádiva divina para os “brasileiros”, com “majestosas cenas naturais”, quer convencer que é essa mesma natureza portentosa que apontaria para uma localização privilegiada para a capital do país que, sendo localizada por esse processo, transformaria o império em nação civilizada:

Mas se abandonando a idéia de achar já feita e acabada a cidade que tanto nos convém, nós resolvêsemos a fundar uma, segundo as condições que se requer a toda capital de paíz civilizado hoje em dia, a verdadeira

²³⁷ VARNHAGEN. “Memorial orgânico oferecido à nação.” Op. cit., p. 384.

paragem para ela é a mesma natureza quem a aponta e de modo mui ternamente. E como não temos de cor toda a configuração e estrutura do Brasil, olhemos para o mapa, que ele mesmo indica uma situação como não temos segunda, nem a terá nenhum outro paíz. É a em que se encontram às cabeceiras dos afluentes Tocantins e Paraná, – dos dous grandes rios que abraçam o império; isto é, o Amazonas e o Prata, com as dos do S. Francisco, que depois de atravessar pelo meio desemboca a meia distância de toda a extensão do nosso litoral, e de mais a mais a meia distância da cidade da Bahia a Pernambuco. É nessa paragem bastante central e elevada donde partem veias e artérias que vão circular por todo o corpo do estado, que imaginamos estar o seu verdadeiro coração; é ahi que julgamos deve fixar-se a sede do governo do Império.²³⁹

A justificativa de Varnhagen para uma criteriosa escolha da localização da capital do país seria a necessidade que encontra de buscar um clima ameno que possibilitasse bom influência sobre o governo e sobre a população: “o grande princípio da escolha de um local de clima mais frio, para situar a capital de um grande Estado intertropical; princípio que Montesquieu prova ser verdadeiro na história da humanidade na Ásia; visto que um tal clima permite ao governo e aos habitantes desenvolver mais energia, como já vemos suceder ao mineiros, que crescendo em número e população, se tornaram mais fortes do que os fluminenses.”²⁴⁰ Além disso, o autor quer transferir a capital para o interior por razões de defesa.

Demétrio Magnoli discutindo a obra de Jaime Cortesão informa que para esse historiador um dos mitos geográficos fundadores do Estado lusitano no Brasil é a “Ilha-Brasil”, que seria circundada por dois grandes rios: o Amazonas e o Prata:

O historiador [Jaime Cortesão], investigando a cartografia colonial e uma vasta documentação do período, sustenta a tese de que o Estado lusitano operou pela instrumentalização de um mito geográfico: a Ilha-Brasil.

²³⁸ Idem, ibidem, p. 385.

²³⁹ Idem, ibidem, p. 367.

²⁴⁰ Idem, ibidem p. 368.

Segundo essa interpretação, a cartografia portuguesa sobre o Brasil refletiu e difundiu a lenda de uma entidade territorial segregada, envolvida pelas águas de dois grandes rios, cujas fontes situavam-se em um lago unificador. Dezenas de cartas quinhentistas e seiscentistas delineiam os contornos da Ilha, de proporções continentais, emoldurada pelos cursos dos rios Amazonas e do Prata, que se encontram depois de descrever arcos convergentes. A lenda precede as primeiras tentativas de exploração interior. O lago unificador, que cumpre a função mítica de lugar de origem, recebeu diferentes denominações: *Dourado*, *Eupana*, *Laguna encantada del Paytiti*, *Paraubada*.²⁴¹

Ora, parece-nos que, apesar de Varnhagen lamentar a escassez ou a precariedade dos mapas sobre o Brasil, o que ele faz ao procurar delimitar as fronteiras internas do território nacional é justamente atualizar em grande medida o mito da “Ilha-Brasil”, legado da tradição lusa que o autor tanto reverencia. Ele próprio informa que mesmo sendo os mapas existentes insuficientes “cumpre-nos sim tê-los em vista, para os seguir com a possível aproximação”. Para o que considera ser a melhor determinação do ponto onde se deve situar a capital do Brasil não os despreza: “olhemos para o mapa, que ele mesmo indica uma situação como não temos segunda, nem a terá nenhum outro paíz.”²⁴² Tal como o mito que diz ser a “Ilha-Brasil” circundada pelo Amazonas e pelo Prata, Varnhagen localiza a capital do império (seu “coração”) num local onde se encontram as cabeceiras dos afluentes Tocantins e Paraná, isto é, o ponto de origem dos rios “que abraçam o império, o Amazonas e o Prata”, interligados “com as [cabeceiras] do S. Francisco”. Do mesmo modo, segundo Demétrio Magnoli o mito fala que o lago que alimenta os rios Amazonas e Prata também interliga as água do Tocantins às do São Francisco: “no início da descrição lendária, ele [o lago unificador] interligava as águas do Tocantins às do São Francisco.”²⁴³

²⁴¹ MAGNOLI. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. op. cit., pp. 45-6.

²⁴² VARNHAGEN. “Memorial orgânico oferecido à nação.” Op. cit., p. 367.

²⁴³ MAGNOLI. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. Op. cit., p. 46.

4.2 Assegurado o território, torna-se necessário defendê-lo

Assim como possui um projeto para o território nacional, Varnhagen apresenta outro para a “defesa interna” do império brasileiro, e proteger “os recursos do paíz”. Para promover urgentemente a ocupação efetiva do território, propõe incentivar a imigração de europeus para o Brasil. Outro modo de defesa seria a unidade das províncias em torno do poder centralizado nas mãos do imperador. Nesse sentido pensa ser imperativo diagnosticar já no início de seu “Memorial orgânico oferecido à nação”, as deficiências que encontra na localização e defesa das fronteiras do país, na ausência de um “plano combinado” para viabilizar as “comunicações internas”, na falta de uma “subdivisão das províncias subordinada a miras governativas”, e, por fim, na inexistência de um “plano de defesa:”

O Brasil é um estado cujas raías com os vizinhos estão por assignar; um império cujo centro governativo não é mais conveniente, e cujo systema de comunicações internas, se o há, não é filho de um plano combinado; um paíz em fim cuja subdivisão em províncias é desigual, monstruosa, não subordinada a miras algumas governativas, e procedente ainda no fundo (a beira mar ao menos) das primeiras doações arbitrárias feitas, há mais de três séculos, pelos reis portugueses. Ainda mais: assim como não há plano de comunicações internas que fomentem o comércio e a agricultura, também não consta havê-lo de defesa do território a fim de prevenir, pela simples ocupação desde já de certos pontos decididamente estratégicos, qualquer futura tentativa inimiga.²⁴⁴

Após localiza os entraves da integração e defesa do território, Varnhagen procura ser minucioso em indicar uma infinidade de lugares nos quais acredita ser essencial a construção de fortalezas e postos militares. Na região sul do país, por exemplo, sentenciar:

Nem se diga que, por serem pequenas e fracas as nações ahi limítrophes, podemos nós estar descuidados: para nos fazermos respeitar é necessário estarmos fortes: se não o estivermos mais vergonhosa e vexatória será a ofensa que recebermos, se virmos alguns de nossos vizinhos entrando-nos

²⁴⁴ VARNHAGEN. “Memorial orgânico oferecido à nação.” Op. cit., p. 357.

impunemente por casa. E convençamo-nos que para entrar em guerra basta estarmos em paz.²⁴⁵

Em sua ótica a nação brasileira precisaria ser defendida também internamente pois, no país conviveria-se permanentemente com um inimigo “invasor”, o índio, e com outro que a qualquer momento poderia se rebelar contra seu “benfeitor”, o escravo. O autor defende que o império deveria se armar contra o aborígene, expulsando dessa forma “uma gente invasora” e adquirindo o direito sob o território pela conquista. Por isso, é implacável com os defensores do índio:

Ignorantes! Não sabeis que essa gente [os índios] era e é nômade, e sem assento fixo; e que só aproveita do território enquanto nele acha a caça? E não sabeis também que essa raça, pela maior parte botocuda e canibal, não era indígena, mas sim invasora, e intrusa neste território?²⁴⁶

Na visão do autor, a conquista do território se daria através de uma guerra que não poderia ser interrompida. Seria necessário fazer com que “todos obedeçam ao pacto proclamado”, isto é, submetidos às imposições das leis penais. Nesse sentido, Varnhagen vê no aborígene o perigo permanente de uma “rebelião armada”:

Precisamos civilizar o império, fazer todos em toda a sua extensão obedecer ao pacto proclamado, e a experiência de mais de meio século tem provado a insuficiência dos meios brandos que são justamente os mais gravosos para o estado. Se necessitamos pois seguir a conquista, que quer dizer ir-se consolar os rebelados levando-lhes presentes de facas e machados? Tem-se visto com sua paciência converter esses ferros em pontas de setas, que no ano seguinte despendem contra os seus benfeitores. Que mais jus têm eles para, só por sua incapacidade moral, estarem excluídos do código moral? Não constituem eles uma rebelião armada dentro do império?²⁴⁷

Assim, o território brasileiro é visto pelo autor como uma questão de conquista e defesa permanente. O modo de vencer essa “guerra” deveria ser o restabelecimento das “bandeiras”, haja visto que, para Varnhagen, teria sido este

²⁴⁵ Idem, ibidem, p. 389.

²⁴⁶ Idem, ibidem, p. 393.

²⁴⁷ Idem, ibidem, p. 394.

o melhor sistema para a conquista do território e para a dominação do indígena que o império já tivera. O retorno das “bandeiras” se justifica por que o autor não acredita na “regeneração” moral e “civildade” do índio:

Pelo systema das bandeiras, que o governo não fazia mais que tolerar, se conquistou todo o sertão com suas minas, que foram trabalhadas pelos braços dos índios, e se deu quase cabo do indômito caiapó. E enganemo-nos: as raças bravias, que se declararam inimigas de morte de nossos antepassados, serão até os últimos descendentes bravios, nossas inimigas de morte: e tomarão por cobardia e medo deles quanto se faça com humanidade para os trazer à civilização. Assim o representava n'outro tempo mui terminantemente a câmara da Bahia contra as ordens régias sobre o não se castigarem os Índios sublevados. Não temos outro recurso, para não estarmos séculos à espera que estes queiram civilizar-se, do que o de declarar guerra aos que se não resolvam a submeter-se, e o ocupar pela força essas terras pingues que estão roubando à civilização.²⁴⁸

Para Varnhagen, sem a devida proteção o país não se desenvolveria nem se imporia “ao estrangeiro como uma nação verdadeiramente independente”. Dado o seu desejo de elevar o império – em um curto espaço de tempo – à mesma condição das nações “civilizadas” européias, ele se apressa em decretar a urgente necessidade de proteção do “commércio interno”:

Convençamo-nos que é da maior urgência proteger por todos os modos o comércio interno, e nivelá-lo ao menos ao comércio marítimo, a fim de que a riqueza pública e o bem-estar dos súditos brasileiros dependa o menos possível do comércio externo, e possa o Brasil n'uma crise nutrir-se a si mesmo.

Só então o Império imporá ao estrangeiro como nação verdadeiramente independente.²⁴⁹

O autor conclui seu “plano de defesa” postulando a soberania do país e indicando os meios pelos quais o Estado nacional brasileiro poderia fazer frente aos demais Estados “poderosos”:

²⁴⁸ Idem, ibidem, p. 394.

²⁴⁹ Idem, ibidem, p. 358.

Para assegurar o Brasil de modo que este possa pelo menos *fazer cara e bater o pé* quando o insultem, em vez de se por a chorar, não vemos senão dous meios: ou o de uma respeitável marinha de guerra, ou o da concentração de sua principal força no interior. Se não temos meios para rivalizar com os poderosos na primeira, sejamos pelo segundo meio tão fortes como qualquer outro estado que o seja.²⁵⁰

4.3 Uma nacionalidade para brancos

Como é intenção de Varnhagen construir uma nação “civilizada” para o Estado brasileiro, então comandado por elites brancas e abastadas, ele não vê problemas de espécie alguma em excluir negros, índios e pobres livres em geral da qualidade de “brasileiro”. Daí provem as críticas severas que ele faz aos que continuam importando negros africanos para o Brasil. Para o autor os eles colocariam em risco o futuro promissor do império e a classe dirigente que ele defende, isto é, o negro inviabilizaria seu próprio projeto de uma nação branca e “civilizada” :

Escuro e medonho é o vulcão que estão preparando ao Brasil os que, sob pretextos de aumentar os braços e a cultura da cana e do café, sustentam como indispensável o tráfico dos africanos. Egoístas insensatos! E sacrificais assim o futuro de vosso paíz a um conto de réis de menos, ou de mais para as alfândegas! [...]Quereis pois ver o vosso Brasil daqui a séculos igual ao continente d’África fronteiro, e vossos netos reduzidos talvez à condição de servos dos netos dos africanos.²⁵¹

Num primeiro momento, Varnhagen propõe que se deva utilizar do índio como mão-de-obra, uma vez que desse modo se evitariam dois problemas que considera maiores: a continuação da entrada de negros africanos no Brasil e o risco da mestiçagem do branco com o negro:

Buscar africanos além dos mares para os escravizar, não havemos antes dentro do Brasil prender à força os índios bravos para os desbravar e civilizar? Teríamos com eles um aumento de braços menos perigosos que os dos negros, porque daqui a pouco estariam misturados conosco em cor

²⁵⁰ Idem, ibidem, p. 390.

²⁵¹ Idem, ibidem, pp. 390-1.

e em tudo; e então teríamos em todas as províncias – povo – classe social que algumas não possuem.²⁵²

Mas a solução – numa perspectiva de longo prazo – que mais agrada ao autor é a importação de imigrantes europeus. Excluído o negro escravo, Varnhagen encontra no incentivo à imigração de colonos europeus para o Brasil o modo de resolver definitivamente dois problemas que considera cruciais para o império: a povoação do território e a substituição da mão-de-obra africana. Para ele, o colono europeu além de assegurar a ocupação e a defesa da nação contribuiria para civilizá-la. Segundo Varnhagen o Brasil só se desenvolveria quando os brancos trabalhassem livremente sem o contato com negros:

Estamos convencidos que a emigração espontânea para o Brasil não será eficaz enquanto não oferecermos, como nos Estados-Unidos, aos emigrantes pobres e trabalhadores, alguns distritos sem escravatura. O trabalhador europeu não se atreve sem vexame a pegar na enxada ao lado do escravo.²⁵³

O autor vê a presença do negro como um empecilho para a vinda de europeus para o país. Estes se recusariam a trabalhar convivendo com negros. Propõe, por isso a imediata extinção do tráfico de africanos. Além disso, deixa claro que não trata da questão com “sentimentalismo”. Ao contrário, como se julga um defensor dos interesses nacionais, informa que o “problema” da escravidão deve ser tratado “pelo patriotismo”:

A mais essencial providência a tomar é que não entre um só mais, para o que basta que se declare roubo à fazenda a posse de um escravo que não se prove que já estava no Brasil na ocasião da publicação da lei que cumpre promulgar.

Encaramos a questão dos escravos, não pelo sentimentalismo, mas pelo patriotismo; não porque achemos infame o tráfico, mas porque tememos pelo futuro do Brasil, se continuamos a importar africanos.²⁵⁴

Acredita que o território e a nacionalidade “brasileira” se constituem ao mesmo tempo. Assim, por um lado o índio é aceito por que poderia ser

²⁵² Idem, ibidem p. 293.

²⁵³ Idem, ibidem, p. 391.

²⁵⁴ Idem, ibidem, p. 392.

paulatinamente assimilado com a miscigenação. Mas, por outro, é excluído como portador de direitos de ocupação do espaço geográfico nacional, pois, além de invasor, causaria sérios transtornos para a presença do branco e para o desenvolvimento do império:

Mas alegam as philo-tapuyas, Eles [os índios] são os verdadeiros donos da terra, e por isso...São os donos da terra? Pois então arranjem nossas trouxas e toca a marchar; que somos uns criminosos que estamos de posse do que é de outrem; vós, Augustos e Digníssimos Senhores Representantes da Nação, para fora de vossos bancos, que ahi devem estar a arengar os tapuyas: cidades, vilas, freguezias, arsenais, alfândegas, academias, colégios, misericórdias, conventos, bispos, cônegos, párcos, militares, juizes, empregados, toca tudo a embarcar; porque a terra é dos tapuyas!²⁵⁵

Para Varnhagen: invasores por invasores que vençam os mais fortes. De forma que assim se evitariam os tão abominados “sentimentalismos” na questão de direitos sobre o território. A conquista se tornaria dessa forma o mais legítimo mecanismo para se deliberar sobre a ocupação de determinada região, vista e justificada pelo autor como uma guerra da civilização contra a barbárie:

O Brasil pertence à civilização pela mesma razão que a Inglaterra ficou pertencendo aos normandos quando a conquistaram. Pela mesma razão que Portugal ficou pertencendo a Afonso Henriques e seus sucessores vassallos que o tomaram dos mouros, pelo legítimo direito de conquista, consignado pelos publicistas, o da civilização sobre a barbárie.²⁵⁶

De modo que a solução definitiva sobre a questão do direito ao território seria a guerra contra todas as tribos que não se sujeitassem. Contraditoriamente Varnhagen defende o uso dos escravos negros como soldados nessa guerra contra o índio rebelde:

Esta guerra não tem de ser feita à custa da Nação que precisa empregar suas forças n'outros pontos: tem de ser feita exclusivamente por cidadãos brasileiros, guardas nacionais, que para ela se ofereçam, organizando-se

²⁵⁵ Idem, ibidem, p. 393.

²⁵⁶ Idem, ibidem, pp. 393-4

em bandeiras ou companhias, com determinado número de seus escravos africanos.²⁵⁷

Para Varnhagen pior do que o pequeno número de habitantes seria a heterogeneidade da população. Por essa razão exclui tanto negros quanto índios. Excluídos estes, não sobraria nenhum empecilho para se declarar como “brasileiro”, contraditoriamente, o “colono europeu”:

E quem é a nossa população? Para tão vasto paíz como uma gota de água no caudaloso amazonas. Mas pior é sua heterogeneidade que o seu pequeno número. Temos cidadão brasileiros; temos escravos africanos e ladinos, que produzem trabalho, temos índios bravos completamente inúteis ou antes prejudiciais, e temos pouquíssimos colonos europeus.²⁵⁸

No “Discurso preliminar” que faz parte da segunda edição da *História geral do Brasil* Varnhagen defende a idéia de que a nacionalidade “brasileira” seria algo externo ao país, trazido pelos estrangeiros. Isso lhe serve de argumento para postular que em hipótese alguma o índio poderia ser incluído nessa nacionalidade. Aliás, argumenta o autor, o próprio termo “Brazileiro” não pertenceria à América:

Se o nome de Brazileiro não foi inventado senão para designar os civilizadores do Brazil pelo commércio europeu, que a princípio só o fazia a troco de pau *brazil*; palavra por certo não da América. E por outro lado se bem ponderamos a condição dos próprios selvagens de hoje, eles nem se quer são súditos do Imperador do Brazil.²⁵⁹

Varnhagen conclui argumentando que seria extremamente prejudicial para o país misturar a condição de selvagem do aborígene com a do “civilizado” que seria a prerrogativa do “brasileiro”:

Os índios não eram donos do Brazil, nem lhes é aplicável como selvagens o nome de Brasileiros; não podiam civilizar-se sem a presença da força, da qual não se abusou tanto quanto se assoalha; e finalmente de modo algum podem eles ser tomados para nossos guias no presente e no passado em sentimentos de patriotismo ou em representação da nacionalidade.²⁶⁰

²⁵⁷ Idem, ibidem, p. 394.

²⁵⁸ Idem, ibidem, p. 357.

²⁵⁹ Idem. *História geral do Brasil*. op. cit. p. 25.

²⁶⁰ Idem, ibidem, p. 28.

Na nacionalidade “brasileira” construída por Varnhagen o indivíduo europeu tem prioridade e direitos absolutos sobre o “Brasil”²⁶¹. Primeiro por que seria ele quem teria legado a nação aos “brasileiros”, através do passado construído pelo autor com os “feitos gloriosos dos antigos Portugueses”. Segundo por ser o colono imigrante que garantiria um futuro não menos glorioso para o Brasil:

Claro está que, se o elemento europeu é o que essencialmente constitui a nacionalidade atual, e com mais razão (pela vinda de novos colonos da Europa) constituirá a futura, é com esse elemento cristão e civilizador que principalmente devem andar abraçadas as antigas glórias da pátria, e por conseguinte a história nacional.²⁶²

No *Florilégio* Varnhagen se volta para o passado com a intenção de localizar já no período colonial esse “elemento europeu”. Seu objetivo é certamente ligar o presente ao passado e persuadir de que haveria nesse período uma consciência de brasilidade que teria se mantido e desenvolvido até o momento que lhe é contemporâneo. Nesse sentido fala dos “filhos do Brasil” e faz uma listagem de nomes ilustres que teriam se destacado nos serviços que prestaram ao aparato burocrático do Estado português:

Já neste século [século XVIII], principalmente desde o Marquez de Pombal vemos filhos do Brazil ocupando os primeiros cargos do Estado, e outros distinguindo-se com escritos que ganharam nomeada. João Pereira Ramos, um dos reformadores da Universidade, é guarda-mór do Archivo da Torre do Tombo. Seu irmão, o Bispo de Coimbra, D. Francisco de Lemos é Reitor e reformador da Universidade; D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas foi feito Bispo do Rio de Janeiro, sua terra natal; o báculo de Pernambuco confiou-se a D. Francisco da

²⁶¹ Ernest Gellner chama a atenção para a heterogeneidade de modos por meio dos quais os Estados nacionais são estruturados, dado que a inclusão ou exclusão de indivíduos fica na dependência dos interesses daqueles a quem é concedido o direito de dominar determinado Estado: “A fronteira política de um determinado Estado pode não incluir todos os membros da nação; ou pode abrangê-los a todos, mas englobar também alguns estrangeiros; ou pode falhar ambos os objetivos simultaneamente, não incorporando todos os nacionais, e não obstante, incluindo também alguns estrangeiros.” (GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993)

²⁶² VARNHAGEN. *História geral do Brasil*. Op. cit., p. 25.

Assução e Brito, natural de Mariana; e depois a D. Fr. Diogo de Jesus Jardim, do Sabará.²⁶³

Ao pretender encontrar “brasileiros” na Colônia, portanto, num período anterior ao da Independência, o autor comete uma anacronia. A consciência dos nascidos em território “brasileiro” desvinculados da condição de “portugueses da América” só começa, como se sabe, a se desenvolver com a ruptura política com Portugal, isto é partir de 1822, quando alguns abastados “brasileiros” percebem que seus interesses, notadamente econômicos já não devem ser vinculados ou tratados pela Metrópole.

István Jancsó e João Paulo G. Pimenta demonstram que até a Independência a única identidade coletiva refere-se à mudança da condição de “conquistador/colonizador” que se tornou “colono”. Mas o este não se via como portador de uma nacionalidade distinta da portuguesa, uma vez que se considerava “como agente da expansão dos domínios do rei de Portugal (e por esta via, da cristandade).”²⁶⁴ Para tais autores a distinção de identidade apenas ocorria no plano regional:

Assim é que os colonos de São Paulo reconheceram-se como paulistas, mas, por aqueles outros dos domínios do rei de Espanha com quem se defrontavam, eram percebidos, antes de tudo, como portugueses, e era assim que se sabiam diante dos espanhóis. Portanto, ser paulista, pernambucano ou baiense significava ser português, ainda que se tratasse de uma forma diferenciada de sê-lo.²⁶⁵

Ainda segundo István Jancsó e João Paulo G. Pimenta, no plano nacional uma diferenciação ou oposição significativa com relação a Portugal não estava ainda colocada. Não havia uma consciência coletiva integralmente estabelecida de identidade nacional brasileira – tal como a que Varnhagen procura construir na década de 1850. A distinção Brasil/Portugal só se verifica então no aparato administrativo do Estado português. Antes de ser uma oposição política com alto

²⁶³ Idem. *Florilégio da poesia brasileira*. Op. cit., p. 39.

²⁶⁴ JANCÓS, István; PIMENTA, João Paulo G. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo: Senac, 1999.

²⁶⁵ Idem, *ibidem*, p. 136.

grau de homogeneidade, tratava-se de um conceito administrativo, não concretizado na Colônia:

Para designar o todo da América portuguesa, o temo que se segue, em número de ocorrências, é *Brasil* [nos *Autos da devassa da inconfidência mineira*]. Mas atenção: naturais da terra inquiridos, excluídos os que integravam o aparato administrativo metropolitano, não utilizavam o vocábulo Brasil para designar a territorialidade subjacente à identidade política coletiva que querem designar. Nada de *brasileiros*, nenhuma identidade política coletiva ultrapassando o regional. A força coesiva do conjunto luso-americano era indiscutivelmente a Metrópole, e o *continente do Brasil* representava, para os coloniais, pouco mais que uma abstração, enquanto para a Metrópole se tratava de algo muito concreto, a unidade cujo manejo impunha esta percepção. É por isso que é correto afirmar que a “apreensão de conjunto das partes a que genericamente se chamou Brasil” estava “no interior da burocracia estatal portuguesa.”²⁶⁶

4.4 Como deve ser a nação brasileira para Varnhagen

Nas idéias e concepções desenvolvidas por Varnhagen com o intuito de construir uma nação para o Estado nacional brasileiro, pode-se verificar e particularizar as dificuldades com as quais ele estrutura esse seu projeto. Tais complicações referem-se às implicações – com as quais o autor teve que lidar – próprias do processo de construção das nações implementado pelos Estados nacionais europeus modernos.²⁶⁷ De início, o autor constrói as fronteiras e

²⁶⁶ Idem, ibidem, p. 140.

²⁶⁷ Como se sabe, cada nação resulta de um construção orientada de modo singularizado, dadas as demandas próprias das elites nacionais que se encarregam do processo. É nesse sentido que Eric Hobsbawm defende que uma nação só pode ser conhecida *a posteriori*. Contudo, numa perspectiva geral, Hobsbawm chama a atenção para o fato de que há pontos em comum na reflexão daqueles que formularam e procuraram construir nações no início do século XIX. Todos eles falam das implicações para a existência de uma nação: necessidade de um território, de um Estado já existente, de uma economia nacional e de um povo. Como exemplo de uma concepção oitocentista de nação Hobsbawm cita o conceito de Friedrich List [economista alemão da primeira metade do século XIX]: ‘List claramente afirma que: “um território extenso e uma grande população, dotados de múltiplos recursos nacionais, são exigências essenciais da nacionalidade normal...Uma nação restrita em população ou território, especialmente se possuir uma língua distinta, pode apenas possuir uma literatura estropiada, e instituições estropiadas para promover sua arte e ciência. Um Estado pequeno não pode, em seu território, promover à perfeição os vários ramos de produção’.” (HOBSBAWM. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Op. cit., p. 42).

divisões internas do território nacional “brasileiro”, procurando demonstrar a importância de sua unidade.²⁶⁸ Em seguida, trata de elaborar um “plano” para sua defesa, mostrando a necessidade de proteger os “recursos do paíz” e o modo de promover seu desenvolvimento econômico que deveria estar, antes de tudo, orientado para criação e solidificação do mercado interno: “Convençamo-nos que é da maior urgência proteger por todos os modos o comércio interno”²⁶⁹. Em etapa seguinte constrói a nacionalidade “brasileira”. Assim como aconteceu na Itália – onde no momento imediatamente posterior à sua unificação, percebeu-se que não havia “italianos”, isto é, um povo que se identificasse e se submetesse à nação então construída²⁷⁰ – Varnhagen descobre que após a delimitação do território nacional e a elaboração de um projeto para sua defesa e exploração econômica, seria necessário “brasileiros” para povoar e defender o território, isto é, dar sustentação à nação. O que só poderia ocorrer, acredita, se se conseguisse estabelecer no país um sistema de organização social e produtiva que desenvolvesse, integrasse e civilizasse o império, acabando com a “barbárie” reinante no território. Assim defende a implantação no Brasil de áreas produtivas semelhantes a que teriam existido na Idade Média européia. Se o “governo” – argumenta – desse “independência de autoridade” – própria de um senhor feudal – aos “proprietários europeus”, estes se sentiriam propensos a se fixarem no Brasil,

²⁶⁸ Como demonstra Eric Hobsbawm : “Na era das revoluções, fazia parte ou cedo se tornaria parte do conceito de nação que esta deveria ser “uma e indivisa”.” (Idem, ibidem, p. 31.)

²⁶⁹ Eric Hobsbawm postula que alguns Estados nacionais viram na necessidade de defender suas economias um modo de persuadir suas elites dirigentes para a urgência da centralização do poder: “Nos países que perseguiram o desenvolvimento econômico nacional contra a superioridade da Inglaterra, o livre-comércio smithiano era bem menos atrativo. Ali não faltavam homens ansiosos para falar sobre a economia nacional como um todo. [...] aparece o grande federalista americano Alexander Hamilton, que vinculava a nação, o Estado e a economia, usando esse vínculo para justificar contra políticos menos centralizadores sua opção por governos nacionais fortes. [...] Em qualquer caso [nos debates que ocorreram no momento de construção da nação nos E.U.A.] a nação implicava uma economia nacional e sua sistemática promoção pelo Estado, o que, no século XI, significava protecionismo. [...] Para Friedrich List a tarefa da economia – que os alemães desde então tenderam preferencialmente a chamar de “economia nacional” (*Nationaloekonomie*) ou de “economia do povo” (*Volkswirtschaft*) à “economia política” – era a de “realizar o desenvolvimento econômico da nação e preparar sua entrada na sociedade universal do futuro”. ” (Idem, ibidem, p. 41.)

²⁷⁰ Segundo Hobsbawm foi Massimo d’Azeglio quem teria expressado a intenção de, após a construção da nação italiana, construir sua nacionalidade: “Como Massimo d’Azeglio admitiu em sua famosa frase, “Nós fizemos a Itália, agora temos que fazer italianos”.” (IDEM, ibidem, p. 56).

suplantando, assim, as “carências” de povoamento, organização administrativa, civilidade e defesa:

Esta independência de autoridade, para um certo número de anos, é essencial que se dê; pois que só o instinto do mando e o gosto por este gênero de atividade criadora da idade média, poderão seduzir na Europa alguns proprietários a passarem ao Brasil, como também deverá inspirar mais confiança ao mesmo colonizador, e a gente que nele se fie, o não virem ficar sujeitos a autoridades que não conhecessem [...].

Se tomarmos providências adequadas, veremos bem de pressa o paíz coberto destas tribus arregimentadas, as quais com admiração nossa se organizarão dentro do mesmo território do Brasil, onde ora vagueiam muitos miseráveis sem ocupação.

São os meios de colonização da idade média, direis vós... Não negamos: são esses meios poderosos que no fim de cinco séculos de barbaria anarquia foram os únicos capazes de organizar a sociedade de grande parte da Europa, quando até ahi todas as instituições havia sido precárias e flutuantes; por meios análogos os reis cristãos da Espanha se livraram do invasores Árabes, enquanto não adquiriram forças para os ir rechassando; por iguais meios os Normandos firmaram o seu domínio na Inglaterra, e a França deixou de ser invadida por bárbaros estranhos, como o fora até o século VIII.²⁷¹

A contradição do projeto de divisão do território nacional de Varnhagen reside em que ele pressupõe a unificação também no período medieval. No feudalismo havia o controle político do feudo pelo senhor, independente da administração central. O autor justifica a implantação de um sistema feudal no império por não encontrar em território nacional organização territorial legal: “que é o Brasil, com seus escravos e senhores, senão um paíz archi-feudal, onde nem se quer há leis em virtude das quais os servos possam trabalhar por sua manumissão, embora se chamem os suzeranos cidadãos constitucionais?”.²⁷²

Nesse sentido, o autor postula que deveria haver fidelidade no âmbito das relações sociais da nação brasileira, tal como teria existido durante a Idade Média

²⁷¹ VARNHAGEN. “Memorial orgânico oferecido à nação.” Op. cit., pp. 399-400.

²⁷² Idem, ibidem, p. 400.

na Europa, encontrada por Varnhagen na “pintura” que Guizot teria feito daquela época:

Eis a pintura que nos faz Guizot dessa terrorizada existência feudal: “A grandeza feudal era acessível e simples; curta a distância do vassalo ao suzerano. Estes viviam entre si familiarmente e como camaradas, sem que a superioridade se julgasse ilimitada nem a subordinação servil; – quase necessários um para o outro, havia nisso reciprocidade de deveres. Dahi essa extensão de vida doméstica, essa nobreza de serviços pessoais, de que nasceu um dos sentimentos mais generosos da idade média – a fidelidade “. ²⁷³

É por certo a “nobreza de serviços pessoais” com a qual Guizot descreve as relações medievais que faz Varnhagen ver no feudalismo uma possibilidade para “civilizar” o país:

E que diremos ao saber que, agora mesmo que escrevemos estas linhas vemos anunciada um obra que se acaba de publicar na democrática república francesa, em que seu autor, Mr. Richard defende a introdução do feudalismo na Argélia, como único meio de encaminhar essa colônia à civilização? ²⁷⁴

Mas, citando novamente Guizot, Varnhagen deixa transparecer que o que realmente admira no período medieval era o uso da força e do poder central para aplacar as “paixões as ambições impacientes das influências locais”. Em outras palavras, isso significa que ele é contra as rebeliões que postulam autonomias regionais:

As instituições completamente livres, diz ainda Guizot, não se encontram senão ou no berço dos povos ou no período mais elevado de sua civilização., para que a sociedade se desenvolva e cresça, a força tem de dominar as paixões e as ambições impacientes das influencias locais que ameaçam invadir a mesma sociedade: a não se querer deixar de ter liberdade só pelo estéril gosto de possuir o que se creia instituições mais livres. ²⁷⁵

²⁷³ Idem, ibidem, P. 401.

²⁷⁴ Idem, ibidem, p. 401.

²⁷⁵ Idem, ibidem, p. 401.

A construção da nação na obra de Varnhagen se dá pela continuidade de uma tradição, de um governo, de elites (“gente branca”) dirigentes as quais o autor tenta persuadir de que elas pertenceriam a uma unidade política. Com esse intuito o autor procura aplacar as diferenças no interior dessas elites, persuadi-las de que teriam interesses e valores idênticos, já que resultantes de uma única tradição.

Tal como esclarece Ernest Gellner, as nações são o resultado de uma construção ideológica. O que significa dizer que há um processo de persuasão para fazer com que cidadãos se identifiquem com seu país e se sintam portadores de uma nacionalidade. Em sua palavras “uma nacionalidade não é uma característica inata do ser humano, mas chega realmente a parecê-lo.” A naturalização de uma nacionalidade – tal como Varnhagen pretende fazer com as elites brasileiras – se verifica por que:

As nações fazem o homem. As nações são artefatos das convicções, lealdades e solidariedades do homem. Uma simples categoria de indivíduos (por exemplo, os habitantes de um dado território ou os que falam uma determinada língua) transforma-se numa nação se e quando os membros dessa categoria reconhecem firmemente uns aos outros determinados direitos e deveres mútuos em virtude da qualidade comum de membros dela. É esse reconhecimento mútuo, enquanto membros do grupo, que os transforma numa nação, e não os outros atributos comuns, quaisquer que eles sejam, que distinguem essa categoria dos que não são membros dela.²⁷⁶

Confiante de que teria dado forma aos elementos necessários para a nação brasileira – território, unidade administrativa e centralização do poder, defesa, economia nacional e nacionalidade –, Varnhagen passa a defender seu conceito de nação no Brasil. Mas o autor só pode trabalhar de forma sistemática com o conceito de nação por que tal conceito já era um elemento estruturado e constante no contexto político dos Estados nacionais na Europa desde o final do século XVIII.

²⁷⁶ GELLNER. *Nações e nacionalismo*. Op. cit., pp. 20-1.

Os elementos – passado glorioso, território, religião, língua, povo – utilizadas por Varnhagen para construir a nação brasileira surgem no cenário político europeu pós Revolução Francesa no qual os Estados nacionais daquele continente constróem suas respectivas nações. Segundo Eric Hobsbawm, para uma melhor compreensão da natureza do conceito de nação, o melhor modo é “seguir aqueles que, sistematicamente, começaram a operar com esse conceito em seu discurso político e social durante a Era das Revoluções, especialmente a partir de 1830.”²⁷⁷

Seguindo as considerações de Hobsbawm, teóricos do século XIX procuraram: “estabelecer Estados-nações para corpos (sociais) definidos em termos de critérios, tais como etnicidade, língua comum, religião, território e lembranças históricas comuns.”²⁷⁸

O conceito político de nação se estabelece de modo mais preciso durante o século XIX, período no qual países como França, Alemanha, Estados Unidos e Inglaterra pretenderam vincular suas construções da idéia de nação a um determinado território e à cultura de um povo: “A equação nação = Estado = povo e, especialmente, povo soberano, vinculou indubitavelmente a nação ao território, pois a estrutura e a definição dos Estados eram agora [séc. XIX] essencialmente territoriais.”²⁷⁹

O “Memorial orgânico oferecido à nação” foi publicado na revista Guanabara (1851); o *Florilégio* foi publicado em duas partes, uma em 1850 e outra em 1853. A composição da *História geral do Brasil* deu-se por partes e momentos diferentes 1854 (1º volume) 1857 (2º volume). Esse período em que Varnhagen constrói a idéia de nação foi denominado “Conciliação”, a partir do qual iniciou-se uma considerável tranquilidade institucional, quando o Estado nacional brasileiro já se encontra em processo de sedimentação. É por esse motivo que entende que sua obra deve assegurar o maior “esplendor” da nação brasileira “entre os estranhos” e “ministrar dados aproveitáveis na administração do Estado”. Nesse sentido oferece a *História geral do Brasil* a D. Pedro II:

²⁷⁷ HOBSBAWM. *Nações e nacionalismo*. Op. cit., p. 31.

²⁷⁸ Idem, ibidem, p. 33.

²⁷⁹ Idem, ibidem, p. 32.

A Vossa Magestade Imperial, Senhor, Primeiro Estadista brasileiro que reconheceu e sancionou a importância do estudo da História da Nação, tanto para contribuir ao maior esplendor dela entre os estranhos, como para ministrar dados aproveitáveis na administração do Estado, e também para fortalecer os vínculos da unidade nacional, e aviventar e exaltar o patriotismo, e enobrecer o espírito público, aumentando a fé no futuro e na glória das letras [...].²⁸⁰

Assim, os projetos de Varnhagen estão em consonância com os elaborados pela elite letrada do Segundo Império que procurou ser incessantemente “útil” para a “pátria”. Para Maria Helena Rouanet os papéis então atribuídos às diversas áreas do conhecimento visavam a um único fim, isto é, a construção da nacionalidade “brasileira”:

A literatura tomou parte nesse projeto de construção da Nacionalidade e desempenhou, aí, uma função efetiva. Escrever o que quer que fosse – poesia ou história, teatro ou levantamentos topográficos, romances ou descrições geográficas, crônicas ou dissertações sobre etnografia – podia ser instrumento para se atingir o objetivos visado. Com uma condição: era preciso que o que se escrevesse fosse considerado “útil” para a “pátria”.

Os livros úteis e preciosos eram exatamente aqueles que pudessem contribuir para desenhar os contornos de uma imagem do Brasil [...].²⁸¹

4.5 Varnhagen e seu momento histórico

O nacionalismo na obra de Varnhagen não está em dissonância com o das classes dominantes européias que deram fundamentação para a construção dos Estados nacionais daquele continente. Construção essa que se verifica entre o final do século XVIII e ao longo do século XIX. Tal como esclarece Norbert Elias, foi um momento em que grupos que defendiam “ideais humanistas” se confrontaram e perderam força ou foram assimilados pelos grupos que tinham como objetivo maior atribuir “um lugar superior a uma imagem ideal de Estado e nação em sua

²⁸⁰ VARNHAGEN. *História geral do Brasil*. Op. cit., p. 5.

²⁸¹ ROUANET. “Nacionalismo”. In: *Introdução ao Romantismo*. Op. cit., p. 17.

auto-imagem e em sua escala de valores”²⁸². Houve assim, um deslocamento, nesse momento, dos direitos do indivíduo para entidades nacionais como o Estado, a nação e a nacionalidade. Conforme elucida Norbert Elias:

A tendência geral, uma modificação de prioridade dos ideais e valores humanistas e morais aplicáveis às pessoas em geral para os ideais nacionalistas que colocaram uma imagem ideal do país e da nação acima dos ideais humanos e morais na escala de valores de cada indivíduo, pode ser observada nas concepções alimentadas pelas classes médias da maioria dos países europeus entre os séculos XVII e XX. Por quase toda a parte na Europa, as elites intelectuais das classes médias setecentistas em ascensão compartilhavam de uma crença geral em princípios morais, nos direitos dos seres humanos enquanto tais e no progresso natural da humanidade.²⁸³

Da mesma forma, no Brasil Varnhagen procurava convencer as elites dirigentes de que elas deveriam colocar a nação acima das disputas regionais, isto é de seus próprios interesses. O autor condena o “provincialismo” por acreditar que ele não contribuiria para a “glória” do império que só viria como o desenvolvimento do “patriotismo”. Seria pelo patriotismo que os “brasileiros” deveriam arriscar suas vidas pela pátria e pelo imperador:

[...] “Esquecer a nação pela província, diz um ilustre publicista americano, é um sintoma de dissolução política: é o princípio de um estado de coisas como o de Centro-América”. Ao provincialismo associam-se apenas idéias de interesses provinciais, quando principalmente as de glória andam anexas ao patriotismo, sentimento tão sublime que faz até desaparecer no homem o egoísmo, levando-o a expor a própria vida pela pátria, ou pelo soberano que personifica o seu lustre e sua glória.²⁸⁴

²⁸² ELIAS, Norbert. *Os alemães – a luta pelo poder e a evolução dos habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

²⁸³ IDEM, ibidem, p. 128.

²⁸⁴ VARNHAGEN. *História geral do Brasil* Op. cit., pp. 179-180.

Na Europa de então a burguesia se assenta como classe e reivindica – de forma incisiva – participação política exclusiva nos âmbitos nacionais. Segundo Norbert Elias, essa classe determina as diretrizes dos Estados nacionais:²⁸⁵

Durante o período de sua ascensão, as classes médias de países europeus, tal como outras classes emergentes, tinham sido orientadas para o futuro. Uma vez elevadas à posição de classes dominantes, suas seções de liderança e suas elites intelectuais, à semelhança de outros grupos dirigentes, trocaram o futuro pelo passado a fim de basear neste sua imagem ideal delas próprias. As satisfações emocionais derivadas da visada para diante deram lugar às satisfações emocionais derivadas do olhar para trás. O cerne da “nós-imagem” e do “nós-ideal” delas foi formado por uma imagem de sua tradição e herança nacionais. [...] basearam [as classes dominantes] cada vez mais seu orgulho e suas pretensões a um valor especial ora na ancestralidade de sua nação, ora em realizações, características e valores nacionais aparentemente imutáveis.²⁸⁶

Em sua busca de elementos para sedimentar o Estado brasileiro e sua nação, portanto a nacionalidade, Varnhagen se envereda por caminhos semelhantes ao descrito por Elias, trilhado pelas burguesias nacionais européias. Conforme já foi discutido, ele também proclama a renúncia e o sacrifício do indivíduo em favor da pátria. Propõe a busca no passado colonial brasileiro de imagens – tais como a do território de proporções gigantescas e de exuberante e infindáveis riquezas (encontrada pelo autor no mito da “Ilha-Brasil” da tradição cartográfica lusa) e nos feitos “glorioso” dos conquistadores portugueses – para a nação que quer construir:

Hoje nos lisonjeamos de poder com esta obra (que preenche bem ou mal, muitas lacunas na história dos feitos gloriosos dos antigos Portuguezes) corresponder aos bons ofícios prestados pelo governo da metrópole, tanto a nós pessoalmente, como em geral a todos os brasileiros.²⁸⁷

²⁸⁵ Acreditamos ser relevante lembrar, nesse momento do trabalho que – conforme foi ilustrado anteriormente – para João Adolfo Hansen Varnhagen teria uma “ética burguesa” (cf. p. 19).

²⁸⁶ ELIAS *Os alemães*. Op. cit. p. 129.

²⁸⁷ VARNHAGEN. *História geral do Brasil*. Op. cit., p. 11.

Os projetos de Varnhagen para solidificar o Estado nacional brasileiro e construir a nação encontram um terreno fértil no cenário político que lhe é contemporâneo, ou seja, a partir da década de 1850. Como monarquista convicto, procura através de sua obra assegurar a aceitação, por parte das elites brasileiras, da monarquia portuguesa²⁸⁸, em particular, do Imperador D. Pedro II, que é conduzido ao poder em 1840, enquanto o prefácio do *Florilégio* é de 1847.

O autor revela na dedicatória que faz da obra *História geral do Brasil* ao imperador D. Pedro II, o papel decisivo – no seu modo de entender – que a historiografia passaria, nesse momento, a desempenhar na construção e solidificação do Estado-nacional, na criação da idéia de nação, da nacionalidade e na unidade do território. Haja visto, que o imperador é o “Primeiro Estadista brasileiro que reconheceu a importância do estudo da História da Nação”, teria compreendido o papel da história para “fortificar os vínculos da unidade nacional, e aviventar e exaltar o patriotismo, e enobrecer o espírito público”.

O desejo em assegurar a unidade do território brasileiro – verdadeira obsessão de Varnhagen²⁸⁹ - só se torna uma questão para as elites após o retorno de D. João VI a Portugal, em 1821. O regresso do monarca se dá em decorrência de um ultimato por parte das elites portuguesas que lideram a Revolução Liberal, desse mesmo ano. Nesse momento, mesmo tendo o rei tentado implementar uma estrutura administrativa no Brasil²⁹⁰, que desse conta da integridade do país, o

²⁸⁸ Na *História geral do Brasil* Varnhagen demonstra um entusiasmo no mínimo extravagante pela expectativa da chegada da corte portuguesa: “Deixemos o príncipe regente, com toda a real família, partindo do Tejo e amarrando-se pelo Atlântico rumo ao Brasil; e já nos tarda o sair-lhes a todos ao encontro, e com os braços abertos se a ingenuidade da expressão não ofende a majestade. “ (VARNHAGEN, Francisco Adolfo, de. *História geral do Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1953. Tomo V).

²⁸⁹ Há um momento na *História geral do Brasil* que Varnhagen demonstra que seu desejo seria que se tivesse mantido a integridade do Império luso-brasileiro, dada a grandiosidade que essa junção representaria perante as outras nações: “O reino de novo criado, - pelo benéfico rei D. João, era nada menos que o centro e cabeça de um grande império, maior que os dois romanos, que estendia seu poder, na atual Oceania, às ilhas de Solor e Timor; na Ásia, aos estados da Índia portuguesa e à feitoria de Macau; em África, aos terrenos de Moçambique e dependências, ao reino de Angola, e às ilhas de São Tomé, Príncipe, e de Cabo Verde; e na Europa, ao reino de Portugal, com as ilhas adjacentes de Madeira e Açores, - se é que estas e sobretudo aquela se devem considerar como Europa. “ (Idem. ibidem, p.150).

²⁹⁰ Segundo Sílvio de Vasconcelos: “[...] o rei com sua corte, no Rio estabelecia, pela primeira vez um centro político convergente de todas as regiões coloniais da América portuguesa, e em cuja órbita todas elas necessariamente haviam de gravitar.” (VASCONCELOS, Sílvio. “A formação da

monarca não conseguiu estabelecer o sentimento de Estado único e indiviso. As diferentes províncias não aceitavam obedecer ao mando vindo do governo central, na corte. Por isso a Revolução Liberal Portuguesa exerceu imediata influência sobre elas. Silvio de Vasconcelos esclarece esse processo da seguinte forma:

A revolução liberal não tardou a se alastrar pelo Brasil, cujas provinciais tentavam a organização de Juntas Populares, que imediatamente tomariam conta do governo provisório, sem que alguém cogitasse a formação de uma Junta de caráter geral para governar o novo Estado Único.²⁹¹

Ilustrando com mais precisão a reação dos brasileiros às solicitações das Cortes portuguesas (nas quais estavam reunidas as lideranças portuguesas que lideraram a Revolução), Sílvio de Vasconcelos cita um depoimento do padre Diogo Antônio Feijó – que se encontrava em Portugal participando das Cortes – que revela que não havia no Brasil nem a idéia de um Estado nacional, nem tampouco a idéia de nação: “Não há aqui mandatários do Brasil; os americanos neste recinto representam exclusivamente as províncias que os elegeram.”²⁹²

As Cortes portuguesas – no que se refere ao Brasil – intentaram reconduzir o país à condição anterior de colônia. No modo de entender de Silvio de Vasconcelos:

A preservação do Estado Brasileiro criado por D. João VI não se pode atribuir à atitude consciente da população do país, e sim ao interesse dinástico de D. Pedro e à absurda política de recolonização preconizada pelas Cortes. Esfacelaram a unidade administrativa brasileira, suprimindo os tribunais de justiça e as autoridades brasileiras do governo do Rio de Janeiro, incorporando o exército brasileiro ao português, determinando a volta do príncipe regente a Portugal, exigindo das províncias a conservação de relações diretas com Lisboa e tomando ainda outras medidas que revelaram claramente a intenção de fazer o Brasil voltar à antiga condição de dependência econômica.²⁹³

nação brasileira” . In: *Revista de história* – departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, no. 29, janeiro/março de 1957.

²⁹¹ Idem, *ibidem*, p. 28-29

²⁹² Idem, *ibidem*, p. 29.

²⁹³ Idem, *ibidem*, p. 29.

Com o transcorrer dos trabalhos das Cortes – e a acentuação das tentativas de recolonizar o Brasil –, os deputados “brasileiros” que foram a Portugal representar o país mudam de posicionamento político segundo os acontecimentos. De início pretendem manter o Brasil na condição de reino unido, visto que ainda não lidavam com a noção de nação brasileira. No modo de entender de István Jancsó e Joao Paulo G. Pimenta:

Refletindo o sentimento dos que os elegeram, sabiam ter por tarefa “fazer uma Constituição para a nação portuguesa, esta que se acha espalhada mais que outra alguma em todo o universo” (palavras de Domingos Borges de Barros as sessão de 25 de jul. de 1822), levando às Cortes a vontade dos de uma das partes de um Brasil entendido, nos termos de Luís Paulino, com “verdadeiramente uma continuação de Portugal” (em sessão de 1 de jul. de 1822)²⁹⁴

Para esses autores os deputados baianos, num momento inicial, acreditavam que a reorganização do Estado português seria a chance que eles teriam de acabar com a supremacia da região Sudeste na condução do país, o que evidenciaria a heterogeneidade de interesses do momento e a ausência de unidade política no Brasil:

Quando de sua chegada a Lisboa, os baianos anteviam na reorganização do Estado português uma oportunidade para a liquidação da supremacia política do Sudeste no espaço político americano, entendendo por isso “nivelar a antiga Corte do Rio de Janeiro com todas as mais províncias do Brasil” (palavras de Lino Coutinho na sessão de 6 de mar. De 1822), revelando o desconforto de uma elite ciosa de sua riqueza e poder diante de uma subordinação que jamais foi aceita de bom grado desde a transferência da sede dos vice-reis em 1763.²⁹⁵

Mas progressivamente foram se convencendo da necessidade de buscar uma unidade, visto que de outra forma não teriam forças para impedir a recondução do país à condição de colônia lusa:

²⁹⁴ JANCÓS; PIMENTA. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para estudo da emergência da identidade nacional). Op. cit., p. 166.

²⁹⁵ Idem, ibidem, p. 167.

Os deputados baianos (e não somente estes) deram-se conta de que os objetivos que tinham por seus impunham o estabelecimento de alianças com representantes de outras províncias americanas, mais próximas de si que os europeus.²⁹⁶

Em decorrência das exigências e restrições econômicas que as Cortes pretendem impor ao Brasil, inicia-se um movimento nas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e nas do Sul do país com a intenção de romper os vínculos políticos com Portugal e criar a idéia de país único, tendo em vista que as províncias do norte acataram as imposições das Cortes. Assim demonstra Sílvio de Vasconcelos:

Essas medidas [que visam à recolonização do Brasil] foram acatadas sem tergiversações pelas províncias do norte e do centro, não se verificando o mesmo com a do Rio de Janeiro e com a sua capital que, com o regresso de D. João VI tinham sofrido prejuízos econômicos, na certeza de que, com as providências das cortes, perderia irremediável e efetivamente a sua posição de hegemonia. A província do Rio de Janeiro aderiram as do sul, que já anteriormente, na época colonial, haviam estado na dependência militar do vice-rei, no Rio. Decisivo foi o exemplo de São Paulo onde se formou uma Junta Popular tendo por presidente o antigo capitão geral João Carlos Augusto von Oeynhausen e, por vice-presidente o sábio José Bonifácio de Andrada e Silva, que se colocou imediatamente ao lado do príncipe regente com o evidente objetivo de não deixar que Portugal tornasse a subjugar o país. Essa Junta e o Senado do Rio, chefiada pelo português nato José Clemente Pereira, intimaram o príncipe regente a que desacatasse as Cortes de Portugal e permanecesse no Brasil, assumindo a direção da resistência às suas determinações. De fato, representava ele o último símbolo, o traço da união política das várias províncias brasileiras.²⁹⁷

Apesar da persistência de diferenças nos projetos para o país e da oposição das províncias do norte em relação às do sul, a figura de D. Pedro I vai sendo imposta. Desenvolve-se no seio das elites brasileiras de então a aceitação geral de

²⁹⁶ Idem, *ibidem*, p. 167.

²⁹⁷ VASCONCELOS. “A formação da nação brasileira.” *Op. cit.*, pp. 29-30.

D. Imperador I como imperador do país, mesmo que algumas delas ainda se manifestassem contrárias ao poder centralizado no Rio. Para Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves:

Ao final de 1822, Minas Gerais e as províncias do sul já se tinham manifestado favoravelmente à Independência do Brasil, através de ofícios e proclamações enviado pelas Câmaras Municipais, quando da consulta sobre a aclamação do príncipe dom Pedro, como imperador do Brasil, pelo povo do Rio de Janeiro. Em 8 de dezembro de 1822, Pernambuco jurou solenemente adesão e obediência ao imperador, embora, desde o final de setembro, já tivesse eleito deputados para a Assembléia brasileira. Em virtude da dificuldade das comunicações, Goiás e Mato Grosso pronunciaram-se somente em janeiro de 1823. Em seguida, foi a vez do Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe. As quatro províncias do Norte – Pará, Maranhão, Piauí e Ceará – juntamente com a Cisplatina e parte da Bahia, no entanto, permaneceram fiéis às Cortes de Lisboa.²⁹⁸

Mas, até 1840 – momento em que D. Pedro II é elevado à condição de Imperador do Brasil –, as elites brasileiras não conseguem implantar a idéia de nação, pois algumas regiões do país ainda se mantêm hostis à centralização do poder no Rio de Janeiro, sem dar importância para a unidade do território. Portanto, não há ainda uma busca homogênea por interesses comuns, as elites não conseguem se entender, cada uma delas individualmente (pequenos comerciantes, grandes exportadores, traficantes de escravos) queria impor seus interesses sobre os outros. Estavam-se divididas. O período regencial revela que, além de não haver nesse período um Estado solidificado, não existe a unificação e o domínio da política em torno da elite econômica, social e política, hajam vistos as inúmeras rebeliões que acontecem em diferentes regiões do país. No final da Regência, o cenário brasileiro parecia indicar a fragmentação inevitável do território e do governo. Nesse sentido, raciocina Sílvio de Vasconcelos:

Nos anos de 1838-1840 as perturbações no país alcançavam o seu clímax: quatro províncias – o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia e

²⁹⁸ NEVES; MACHADO. *O império do Brasil*. Op. cit., p. 103.

Maranhão – haviam proclamado a sua independência, e nas demais províncias reinavam agitação e intranquilidade.²⁹⁹

Tal como demonstra Lúcia Maria Bastos foi com a posse de Araújo Lima em 1838 que uma dada orientação política pela elite política conservadora ganha força e consegue se sobrepor, tentando impor um direcionamento único no país:

Com a posse de Araújo Lima como regente, eleito em 1838 com expressivo número de votos, teve início propriamente o processo de consolidação do Estado imperial. Diante do mesmo Holanda [Cavalcanti] que Feijó derrotara por pequena margem, Araújo Lima amealhou 4.308 votos contra apenas 1.981 do adversário. O Ministério que indicou incluía vários nomes expressivos da tradição coimbreense, ficando por isso conhecido como “ministério das capacidades”. Dentre eles, todos opositores do padre Feijó enquanto regente, destacava-se, pela oratória e pela liderança que exercia, Bernardo Pereira de Vasconcelos, que se notabilizara na legislatura de 1826 pela defesa dos princípios liberais, mas que, a essa altura, julgava indispensável “parar o carro da revolução”, que via seguir pelos trilhos de excessiva autonomia provincial [...].³⁰⁰

A idéia de unificação dos interesses econômicos e políticos em torno da nação e do governo central passa a ser cogitada. Fazendo uma apreciação panorâmica das revoltas que aconteceram até a derrocada da Regência, Sílvio de Vasconcelos esclarece os motivos pelos quais a nação nesse período não se sustentava:

Em nenhuma dessas revoluções cogitava-se em proclamar a República do Brasil, mesmo com capital provisória em qualquer parte do país. Nada demonstra tão bem como essa circunstância de que aquela época carecia de sentimento nacional, idéia e vontade aliadas a uma preocupação comum.³⁰¹

A universalização no país do conceito de nação coesa se fortalece na década de 1850. Segundo esclarece Américo Jacobina Lacombe:

²⁹⁹ VASCONCELOS. “A formação da nação brasileira.” Op. cit., p. 32.

³⁰⁰ NEVES; MACHADO. *O império do Brasil*. Op. cit., p. 133.

³⁰¹ VASCONCELOS. “A formação da nação brasileira.” Op. cit., p. 32.

Na época em que a obra de Varnhagen foi concebida e começou a ser elaborada, o Brasil estava numa fase de ardente entusiasmo monárquico. Dava-se fenômeno semelhante ao da Inglaterra no final do século XVII, ou na França após a Revolução. O país via no regime monárquico a garantia da ordem e da estabilidade, em risco durante o período agitado que precedera a aclamação do jovem imperador.³⁰²

No momento em que Varnhagen elabora a *História geral do Brasil* já é possível discutir a nação e a nacionalidade. Numa passagem dessa obra, ele faz um contraponto entre o patriotismo regional – condenado por ele – e o nacional, por ele almejado. Demonstra seu patriotismo ao discutir a Revolução pernambucana de 1817 que, a exemplo de todas as rebeliões, é também terminantemente condenada pelo autor: “[...] Vão decorridos já quarenta anos depois desta insurreição, e os sucessos narrados com pouco exame a vão convertendo em um mito heróico de patriotismo, não brasileiro, mas provincial, sem fundamento algum.”³⁰³

A Revolução pernambucana é tão firmemente condenada por ter representado uma ameaça à unidade do território nacional:

Eis que uma revolução, proclamando um governo absolutamente independente da sujeição à corte do Rio de Janeiro, rebentou em Pernambuco em Março de 1817. É um assunto para o nosso ânimo tão pouco simpático que, se nos fora permitido passar sobre ele um véu, o deixaríamos fora do quadro que nos propusemos traçar...-³⁰⁴

Mas para Varnhagen, Deus teria dado mostras que também desejaria a integridade do território brasileiro, pois impediu que a Revolução de Pernambuco o fragmentasse. No momento em que escreve sua obra já todas as províncias estariam imbuídas com o “espírito” de nação:

Assim, ainda dessa vez (e não foi a última) o braço da Providência, bem que à custa de lamentáveis vítimas e sacrifícios, amparou o Brasil. Provedo em favor da sua integridade. Felizmente, que já hoje podemos dizer que em prol dessa integridade está pronunciado o espírito público

³⁰² LACOMBE, Américo Jacobina. “As idéias políticas de Varnhagen.” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* – volume 275, abril/junho, 1967

³⁰³ VARNHAGEN. *História geral do Brasil*. Op. cit. p. 151.

de todas as províncias do Norte, – que reconhecem como só unidas todas, de Norte a Sul e de Leste e Oeste, se poderão fazer melhor respeitar dos estranhos, [...].³⁰⁵

Ao lado da unidade do território, os letrados – que, assim como Varnhagen se identificavam e estavam comprometidos com o projeto político de D. Pedro II – buscaram, então, a unidade ideológica. No modo de entender de Américo Jacobina Lacombe, Varnhagen “pensa que compete aos literatos e historiadores criar a unidade cultural do país e combater o provincialismo. As biografias, que enviou para a nossa Revista [do IHGB] e o Florilégio da Literatura Brasileira visam a esse fim.”³⁰⁶

4.6 As idéias políticas de Varnhagen

Segundo Arnho Wehling a obra de Varnhagen é uma consolidação das posições “regressistas” dos fundadores do IHGB: Januário da Cunha Barbosa, o Visconde de São Leopoldo e Martius, os quais objetivavam: “consolidar o sistema unitário e a forma de governo monárquico-constitucional.”³⁰⁷ Para Wehling, Varnhagen contribuiu de forma efetiva para a consolidação desse processo:

A realização desse programa [consolidação do sistema político unitário e da forma de governo monárquico-constitucional] nas décadas seguintes [após 1840] – cujo melhor exemplo foi a *História geral do Brasil*, de Varnhagen – deu o tom da aliança entre a intelectualidade e o poder no Segundo Reinado, pelo menos até a Guerra do Paraguai, e o “bando de idéias novas” de 1868, anunciadas por Sílvio Romero.³⁰⁸

Conforme o pensamento de Antonio Gramsci essa “aliança entre a intelectualidade e o poder” tem um papel político decisivo na estruturação dos Estados, já que contribuem para que uma dada orientação política e moral – de determinada classe social – se sobreponha e se torne amplamente aceita pelas demais classes:

³⁰⁴ Idem, ibidem, p. 150.

³⁰⁵ Idem, ibidem, p. 179.

³⁰⁶ LACOMBE. “As idéias políticas de Varnhagen.” Op. cit., p. 151.

³⁰⁷ WEHLING. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional* op. cit., p. 44.

³⁰⁸ Idem, ibidem, p. 44.

É verdade que cada forma social e estatal teve um seu problema dos funcionários, um modo seu de apresentá-lo e resolvê-lo, um sistema particular de seleção, um tipo próprio de funcionário a educar. [...] O problema dos funcionários coincide, em parte, com o problema dos intelectuais. Mas, se é verdade que cada nova forma social teve necessidade de um novo tipo de funcionário, também é verdade que os novos grupos dirigentes jamais puderam prescindir, pelo menos durante certo tempo, da tradição e dos interesses constituídos, isto é, das formações de funcionários já existentes e pré-constituídos quando do seu advento.³⁰⁹

A análise que José Honório Rodrigues faz das concepções políticas de Varnhagen elucidam bastante a forma como o autor se colocava perante a realidade política e social brasileira. Para este historiador o conservadorismo de Varnhagen fez com que ele defendesse e se identificasse com os valores e interesses das elites dirigentes que viram em D. Pedro II uma possibilidade de continuar ditando os rumos políticos do país, em conformidade com suas próprias demandas. José Honório Rodrigues chama atenção para a condenação que Varnhagen faz aos “princípios democráticos” e aos “movimentos revolucionários”. Segundo aquele, as posturas políticas de Varnhagen estão concretizadas em seu “colonialismo”, “oficialismo”, conservadorismo intransigente” e “repúdio ao nacionalismo caboclo”. Por isso tais idéias estarem circunscritas aos grupos dirigentes, sendo por essa razão que “o contexto social da sua ideologia é, como o da sua obra, extremamente limitado”:

Esta a ideologia de Varnhagen, que sempre o guiará na própria seleção dos fatos, e na sua apreciação crítica. Seu horror a todo inconformismo, fosse mais rebelde ou não, a facilidade com que denomina todo movimento mais exaltado de anarquista, sua condenação aos princípios democráticos republicanos – são várias suas censuras às macaqueações dos princípios do Estados Unidos –, sua decidida reprovação a todos os movimentos revolucionários, de gente qualificada ou não, sua ojeriza ao outro lado, à oposição radical, sua inata repulsa às idéias de Frei Caneca, antes de condená-lo, havia de guiá-lo, como o guiou, a sustentar certos

³⁰⁹ GRAMMSCI. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Op. cit., pp. 81-2.

princípios fundamentais que estão sempre presentes em sua obra histórica: o colonialismo, o oficialismo e a rejeição ao nacionalismo caboclo. O contexto social da sua ideologia é, como o da sua obra, extremamente limitado.³¹⁰

Paulatinamente, a figura de D. Pedro II vai sendo construída por letrados conservadores como Varnhagen e por grupos dirigentes, a exemplo do liderado por Bernardo Pereira de Vasconcelos e Pedro de Araújo Lima.³¹¹ Eles procuram transmitir capacidade e legitimidade para cuidar – como se procurou disseminar nessa época – de maneira indistinta, dos interesses das diferentes camadas sociais, e do Império, obtendo êxito, pois como lembra Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves:

As revoltas de 1842 [Em São Paulo e Minas Gerais] não questionaram nem a legitimidade da monarquia, nem a autoridade do imperador, mas sim as políticas equivocadas atribuídas a conselheiros mal intencionados de Pedro II. Constituíram, assim, junto com a Revolta Praieira de Pernambuco (1848), os últimos ecos dos conflitos internos à elite que marcaram o tumultuado período regencial. E significaram o estertor da concepção das pátrias locais, em proveito da visão unitária e centralizadora do Regresso. Mesmo no Rio Grande do Sul, em que se chegou ao extremo de proclamar-se uma República, a aspiração fundamental permanecera sempre a de converter o Brasil em uma federação. Quando, logo após a anistia concedida aos rebeldes, o jovem imperador visitou a província, foi entusiasticamente recebido, tal era a força do símbolo monárquico naquele momento.³¹²

No reinado de D. Pedro II foi sendo construída uma nacionalidade e uma identidade para o Brasil. Raymundo Faoro lembra que a Lei de interpretação de 1840 – que, como já discutimos, limitou a autonomia das províncias e reafirmou

³¹⁰ RODRIGUES, José Honório. “Varnhagen, mestre da história geral do Brasil.” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, (abril-junho), 1967. Vol. 275

³¹¹ Segundo Lúcia Maria Bastos das Neves esse grupo vinha se fortalecendo desde a forte oposição que fez ao regente Feijó em 1835: “O grupo contava com nomes de peso, como Bernardo Pereira de Vasconcelos, Honório Hermeto Carneiro Leão, Joaquim José Rodrigues Torres, Paulino José Soares de Sousa e Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara que, sem partilhar do apego às pátrias locais, temiam sobretudo a fragmentação do Império, e por isso, passaram a defender o que denominaram o Regresso, ou seja, a reconstituição de um poder central forte.” (NEVES, op. cit., p. 132.).

as bases da centralização do poder, tais como o Conselho de Estado e o senado vitalício – antecedeu a antecipação da maioridade de D. Pedro II, o que indica um movimento de tomada do poder pelos conservadores anterior à condução do imperador ao cargo de dirigente: “O fato evidencia que o quadro administrativo e governamental conduziu e dirigiu o Imperador pelos caminhos que lhe abria. D. Pedro II foi um instrumento fiel da nova política, e não seu autor.”³¹³

Para a centralização do poder contribuíram as idéias e a atuação política de Varnhagen. Para José Carlos Reis, sua obra representaria uma espécie de corolário do Estado nacional brasileiro:

A História geral do Brasil refletia uma preocupação nova no Brasil com a história, com a documentação sobre o passado brasileiro, que o recém-fundado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro representava. A *História geral do Brasil* foi possível porque as condições históricas do Brasil, o processo de independência política e a constituição do Estado nacional amadureceram nos anos de 1850. E foi no interior desse processo histórico que ocorreu a outra condição favorável ao surgimento da obra de Varnhagen: a institucionalização da reflexão e da pesquisa históricas no IHGB. A independência política consolidada, e reprimidas as lutas internas geradas por elas, o Brasil possuía um perfil do qual ainda não tomara conhecimento. Nos anos 1850, Varnhagen desenhará o perfil do Brasil independente, oferecerá à nova nação um passado, a partir do qual elaborará um futuro.³¹⁴

³¹² Idem, *ibidem*, p. 142.

³¹³ FAORO. *Os donos do poder*. Op. cit., p. 171.

³¹⁴ REIS. *As identidades do Brasil de Varnhagen a FHC*. Op. cit., pp. 23-24.

1. De Francisco Adolfo de Varnhagen:

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. “Memorial orgânico oferecido à nação.” In: *Guanabara – Revista Mensal, Artística, Científica e Literária* (tomo I). Rio de Janeiro, 1851.

------. *História geral do Brasil*. 4^a ed. integral São Paulo: Edições Melhoramentos, 1951. 3 v.

------. “Como se deve entender a nacionalidade na história do Brasil”. In: *Anuário do museu imperial*. Petrópolis, 1948.

------. *História geral do Brasil*. São Paulo: Melhoramento, 1948. v. 1.

------. *História geral do Brasil*. 3^a ed. integral. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, s/d. 1v.

------. *História geral do Brasil*. 1^a ed.. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1857. v. 2.

------. *Florilégio da poesia brasileira ou coleção das mais notáveis composições dos poetas brasileiros falecidos, contendo as biografias de muitos deles, tudo precedido de um ensaio histórico sobre as letras no Brasil*. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira de Letras, 1946.

------. *Correspondência ativa*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961.

------. *Amador Bueno ou a Coroa do Brasil em 1641 (Drama épico-histórico americano)*. Madri: Imprensa del Atlas, 1858.

2. Sobre Francisco Adolfo de Varnhagen:

LACOMBE, Américo Jacobina. “As idéias políticas de Varnhagen.” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* – volume 275, abril/junho, 1967

MOREIRA, Thiers. “Varnhagen e a história da literatura portuguesa e brasileira.” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* – volume 275, abril/junho, 1967

ODALIA, Nilo. *As forma do mesmo – ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Função Editora da UNESP, 1997.

- PUNTONI, Pedro. “O Sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira.” In: JANCSÓ, István. *Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo-Ijuí: Editora Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Editora, 1999.
- RODRIGUES, José Honório. “Varnhagen, mestre da história geral do Brasil.” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* – volume 275, abril/junho, 1967.
- WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Novra Fronteira, 1999.

4. Documentos Históricos

- ATO ADICIONAL – LEI No. 16 DE 12 DE AGOSTO DE 1834. In: BRASIL CONSTITUIÇÕES. A CONSTITUIÇÃO DE 1824. Brasília: Minter, s/d.
- LEI No. 105 DE 12 DE MAIO DE 1840. In: BRASIL CONSTITUIÇÕES. A CONSTITUIÇÃO DE 1824. Brasília: Minter, s/d.
- CARTA LEI DE 25 DE MARÇO DE 1824. In: CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO. Brasília: Minter, 1986.
- MAGALHÃES, Basílio. *A circular de Theophilo Ottoni*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916.
- SEGUNDO, D. Pedro. *Conselhos à princesa Isabel de como melhor governar*. São Paulo: Edições GRD, 1985. Edição fac-similar do manuscrito.
- SOUSA, Paulino José Soares de. *Ensaio sobre o direito administrativo pelo visconde do uruguay*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1862.

3. Sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional.” In: *Estudo históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

WEHLING, Arno. “As origens do Instituto Histórico e Geográfico”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. No. 338 – janeiro/março – 1983.

SCHWARCZ, Lília K. Moritz. *Os guardiões da nossa história oficial*. São Paulo: Idesp, 1989.

4. Bibliografia geral:

ABRAMS, M. H. *El espejo y la lámpara*. Buenos Aires: Editora Nova s/d.

AMORA, Antônio Soares. *O romantismo*. São Paulo, Cultrix, s/d.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Edições Ática, 1989.

ARANTES, Paulo Eduardo. “Nação e reflexão”. In: *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.

ARAÚJO, Regina. *A formação da memória territorial brasileira (1838-1860)*. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A significação educativa do romantismo brasileiro: Gonçalves de Magalhães*. São Paulo: Edusp, 1973.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

-----*.Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

-----*. A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade – estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

-----*. O romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2004.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1971. Vol. 2, 4ª ed.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

- , *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CASTELLO, José Aderaldo. *Textos que interessam à história do romantismo*.
São Paulo: Comissão Estadual de Cultura, s/d.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Editora,
2006.
- COLLINGWOOD, R. G. *A idéia de história*. Lisboa: Editorial Presença, s/d.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São
Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- , “Liberalismo e democracia.” In: *Anais de história*
(Departamento de história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de
Assis). Assis, 1975. Ano VII.
- CROCE, Benedetto. *História como história da liberdade*. Rio de Janeiro:
Topbooks, s/d
- DIAS, Antônio Gonçalves. “Reflexões sobre os Annaes Históricos do Maranhão
por Bernardo Pereira de Berredo.” In: *Guanabara – Revista Mensal,*
Artística, Científica e Literária (tomo I). Rio de Janeiro, 1851.
- DIAS, Maria Odila Leite. “A interiorização da metrópole (1808-1853).” In:
MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva,
1986.
- DIEHL, Astor Antônio. *Teorias da história: uma proposta de estudos*. Passo
Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2004.
- DOLHNIKOFF, Míriam. *O pacto federativo – origens do federalismo no Brasil*.
São Paulo: Editora Globo, 2005.
- ESCOLAR, Marcelo. *Crítica do discurso geográfico*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- ELIAS, Norbert. *Os alemães – a luta pelo poder e a evolução dos habitus nos*
séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1958.
Volume I.
- FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade
de São Paulo, 2006.
- GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.

- GRAMMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho – Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. São Paulo: Ateliê Editorial; Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.
- HARTOG, François. *O século XIX e a história – o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A razão na história: uma introdução geral à filosofia da história*. São Paulo: Centauro Editora, 2004.
- HERDER, Johann Gottfried. *Também uma filosofia da história para a formação da humanidade*. Lisboa: Edições Antígona, 1995.
- HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). “A invenção das tradições”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- . *Nações e nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Difel /Difusão Editorial S. A., 1978.
- HOURS, Joseph. *O valor da história*. Coimbra: Livraria Almeida, 1979.
- JANCÓS, István; PIMENTA, João Paulo G. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para estudo da emergência da identidade nacional)”. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira* São Paulo: Senac, 1999.
- JERPHAGNON, Lucien. *História das grandes filosofias*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- KANT, Immanuel. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Martins Fontes 2003.
- LAJOLO, Marisa. “Regionalismo e história da literatura: quem é o vilão da história?” In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000.
- Le Goff, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

- ; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1974.
- LIMA, Luiz Costa. “Literatura e nação: esboço de uma releitura”. In: *Revista brasileira de literatura comparada*. Rio de Janeiro, Abralic, 1996.
- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. “Ensaio sobre a história da litteratura do Brasil.” In: *Niterói, Revista Brasiliense*. Versão facsimilada pela Biblioteca da Academia Paulista de Letras, 1978. Tomo I.
- , *Suspiros poéticos e saudades*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986.
- MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- MARTIUS, Karl P. F. von. “Como se deve entender a história do Brasil.” In: *Revista do instituto histórico e geográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: 1º trimestre de 1844. Tomo 6.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de; GONÇALVES, Márcia de Almeida *O império da boa sociedade: a construção do Império brasileiro*. São Paulo: Atual, 1991.
- , *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MICHELET, Jules. *Imagens da França*. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2000.
- , *História da Revolução Francesa: da queda da Bastilha á festa da Federação*. São Paulo: Companhia das Letras/ Círculo do Livro, 1989.
- MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat de. *Do espírito das leis*. Rio de Janeiro: Ediouro s/d
- NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MACHADO, Humberto Fernandes. *O império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- NISBET, Robert A. *História da idéia de progresso*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.
- NUNES, Benedito. *Crivo de papel*. São Paulo: Editora Ática, 1998.

- , “A visão romântica”. In: GUINSBURG, J.. *O Romantismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- PAZ, Francisco Moraes. *Na poética da história: a realização da utopia nacional oitocentista*. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1996.
- PAZ, Octavio. *Os filhos do Barro: do romantismo à vanguarda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro : 1º trimestre de 1838. tomo I.
- Rio de Janeiro :1841. tomo III, no. 10
- Rio de Janeiro, 1939. n. 4
- Rio de Janeiro: 4º semestre de 1849. tomo 12
- RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ROCHA, João Cezar de Castro. “História”. In: JOBIN, José Luís. *Introdução ao Romantismo*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999.
- ROSENFELD, Anatol. *Texto/Contexto*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- ROUANET, Maria Helena. “Nacionalismo” In: JOBIN, José Luís. *Introdução ao Romantismo*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. “Do contrato social ou princípios do direito político”. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- SILVA, Rogério Forastieri. *História da historiografia*. Bauru: Editora da Universidade de São Carlos, 2001.
- SCHAPOCHNIK, Nelson. *Letras de fundação: Varnhagen e Alencar – projetos de narrativa instituinte*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Depto. De História da FFLCH, da Universidade de São Paulo em 1992.

- SCHLEGEL, Friedrich. *O dialeto dos fragmentos*. São Paulo: Editora Iluminura Ltda., 1997.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do segundo império*. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.
- SOUSA, Maria das Graças de. *Ilustração e história – o pensamento sobre a história no iluminismo francês*. São Paulo: Discurso Editorial, 2001.
- SUZUKI, Márcio. O gênio romântico. São Paulo: Iluminuras, 1998.
- TERRA, Ricardo Ribeiro. “Algumas questões sobre a filosofia da história em Kant”. In: KANT, Immanuel. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.
- VASCONSELOS, Sílvio. “A formação da nação brasileira” . In: Revista de história – departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, no. 29, janeiro/março de 1957.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. *A literatura como espelho da nação*. In: Estudos históricos. Rio de Janeiro, vol. 1, no. 2, 1988.
- VOLTAIRE, François Marie Arouet de. “Cartas inglesas”. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- . “Ensaio sobre os costumes e o espírito das nações”. In: *Seleções*. Rio de Janeiro, W. M. Jackson Inc. Editores, 1970.
- . História de Carlos XII. In: *Seleções*. São Paulo: W. M. Jackson Inc. Editores, 1970.
- WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- WEHLING, Arno. “A concepção histórica de von Martius.” In: *Revista do instituto histórico e geográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: outubro/dezembro de 1994. No. 385.
- ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.